

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MARCO AURÉLIO DE JESUS PIO

**DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÕES NO “BAIRRO” DO COROADINHO EM
SÃO LUÍS-MA:** Análise materialista-histórica e socioespacial desde sua ocupação
aos dias atuais

São Luís
2020

MARCO AURÉLIO DE JESUS PIO

**DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÕES NO “BAIRRO” DO COROADINHO EM
SÃO LUÍS-MA:** Análise materialista-histórica e socioespacial desde sua ocupação
aos dias atuais

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Planejamento.

Orientadora: Dra. Grete Soares Pfueger.

São Luís
2020

Pio, Marco Aurélio de Jesus.

Desenvolvimento e contradições no bairro do Coroadinho em São Luís – MA: análise materialista – histórica e socioespacial desde sua ocupação aos dias atuais / Marco Aurélio de Jesus Pio. – São Luís, 2020.

176 f

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientador: Profa. Dra. Grete Soares Pfueger.

1.Desenvolvimento. 2.Coroadinho. 3.Capitalismo. 4.Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). 5.Sustentabilidade. I.Título

CDU: 911.375.64(812.1)

MARCO AURÉLIO DE JESUS PIO

**DESENVOLVIMENTO E CONTRADIÇÕES NO “BAIRRO” DO COROADINHO EM
SÃO LUÍS-MA:** Análise materialista-histórica e socioespacial desde sua ocupação
aos dias atuais

Aprovada em: 15 de janeiro de 2020

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Grete Soares Pfueger
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Magno Vasconcelos Pereira Junior
Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Júlia Kátia Borgneth Petrus
Universidade Federal do Maranhão

São Luís
2020

Dedico este trabalho aos meus pais, Ivone e José Francisco, e todos os demais moradores do Bairro do Coroadinho, povo sofrido, guerreiro e audaz que luta pelo direito de sobrevivência, justiça e igualdade social.

AGRADECIMENTOS

A todos os meus familiares enquanto pilar essencial da sociedade em que cada homem constrói sua vida, pelo apoio moral e sentimental que inspira e motiva a crescermos cada dia mais.

Aos amigos e colegas de curso pelas discussões, atividades e diálogos que favoreceram o aprendizado de modo ímpar, sempre elevando o nível intelectual em conjunto e crescimento individual.

À minha orientadora Profa. Dra. Grete Soares Pfueger pela compreensão, paciência e confiança dedicada na produção da pesquisa, na qualificação e defesa do trabalho construído.

E por fim, a todos os demais professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pelos ensinamentos divididos durante o curso, o auxílio à criticidade e busca pela justiça e igualdade social.

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassinios, misérias e horrores não poupou ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém.

Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778)

RESUMO

A construção socioespacial de precariedade convive lado a lado com regiões mais desenvolvidas onde vivem a classe dominante e detentora do capital. Essa premissa é verificável historicamente em países periféricos como o Brasil e cidades do Nordeste como São Luís do Maranhão que tem visto surgir vários de seus bairros a partir de ocupações irregulares de terras. Foi assim com o “Bairro” do Coroadinho que surgiu em São Luís na década de 1970 a partir da migração de pessoas vindas de outros estados e regiões do Maranhão. Por se tratar de ocupação inicialmente dita “irregular”, não teve a atenção do Estado em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, e por décadas sofreu com descaso e esquecimento do Estado, obrigando os moradores a sobreviver em um local com precárias condições de vida. Por isso, este trabalho tem como principal objetivo analisar a questão do desenvolvimento no Coroadinho desde seu surgimento e formação, buscando no materialismo histórico as determinantes da construção social desta região e efetuar uma hodierna e real análise sob perspectiva socioespacial e econômica desta região, diante das políticas públicas que vem sendo promovidas nos últimos anos. Será estudado e analisado criticamente o sistema capitalista procurando esclarecer suas contradições, assim como as teorias do desenvolvimento e sua relação com o liberalismo e neoliberalismo e principalmente novas teorias que abordam o desenvolvimento humano e sustentável para além do viés econômico. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se de pesquisa do tipo bibliográfica e de campo, aplicada e com abordagem qualitativa, fazendo uso do método científico do Materialismo Histórico Dialético. Quanto ao resultado da pesquisa, verifica-se que as poucas ações do Estado representadas por meio de políticas públicas pontuais e não-frequentes no Coroadinho não satisfaz as definições de desenvolvimento estudadas neste trabalho.

Palavras-chaves: Desenvolvimento. Coroadinho. Capitalismo. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Sustentabilidade.

ABSTRACT

The sociospatial construction of precariousness lives side by side with more developed regions where the dominant and capital class lives. This premise is historically verifiable in peripheral countries such as Brazil and northeastern cities such as São Luís do Maranhão that has seen several of its neighborhoods emerge from irregular land occupations. This was the case with the "Bairro" of Coroadinho that appeared in São Luís in the 1970s from the migration of people from other states and regions of Maranhão. Because it is an occupation initially said "irregular", it did not have the attention of the state in public policies aimed at development, and for decades suffered from neglect and forgetfulness of the State, forcing residents to survive in a place with precarious living conditions. Therefore, this work has as main objective to analyze the issue of development in Coroadinho since its emergence and formation, seeking in historical materialism the determinants of the social construction of this region and to carry out a today and real analysis from a socio-spatial and economic perspective of this region, given the public policies that have been promoted in recent years. The capitalist system will be studied and critically analyzed seeking to clarify its contradictions, as well as the theories of development and its relationship with liberalism and neoliberalism and especially new theories that address human development sustainable beyond economic bias. As methodological procedures, we used bibliographic and field research, applied and with a qualitative approach, using the scientific method of Dialectical Historical Materialism. As for the results of the research, it is verified that the few actions of the State represented through specific and non-frequent public policies in the Crowndo do not meet the definitions of development studied in this study.

Keywords: Development. Coroadinho. Capitalism. Human Development Index (HDI). Sustainability.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01	Relação entre capitalismo e desenvolvimento	23
IMAGEM 02	Capitalismo e o Estado de Bem Estar-Social	32
IMAGEM 03	Países centrais, periféricos e a Cepal	39
IMAGEM 04	Desenvolvimento econômico e humano	45
IMAGEM 05	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	47
IMAGEM 06	Economia brasileira em ciclos	59
IMAGEM 07	Aglomerado de casas no Coroadinho em 1979	78
IMAGEM 08	Jornal “O Imparcial” de 23 de fevereiro de 1984	79
IMAGEM 09	Notícia do Jornal “O Imparcial” sobre a sentença de 1º grau	80
IMAGEM 10	Ampliação do mapa de zoneamento de São Luís (ZIS 1)	83
IMAGEM 11	Divisão de bairros e povoados de São Luís	84
IMAGEM 12	Aglomerados Subnormais em São Luís	89
IMAGEM 13	Coroadinho (ZIS1) destaque como aglomerados subnormal	90
IMAGEM 14	Área da UDH Coroadinho	94
IMAGEM 15	Comparação do mapa da UDH x aglomerado subnormal	94
IMAGEM 16	Residencial rio das Bicas	110
IMAGEM 17	Unidade Mista do Coroadinho	123
IMAGEM 18	Avenidas e ruas esburacadas	125
IMAGEM 19	Recuperação e pavimentação de ruas e avenidas	126
IMAGEM 20	Alagamento nas ruas e casas no período de chuva	127
IMAGEM 21	Obra de recuperação do canal rio das Bicas	128
IMAGEM 22	Construção de praças, quadras e campos de futebol	129
IMAGEM 23	Ecoponto UDH Coroadinho	130
IMAGEM 24	Feira do Coroadinho	131
IMAGEM 25	Reforma da feira e mercado do Coroadinho	132
IMAGEM 26	Ordem de visitação dos distritos e vilas	134
IMAGEM 27	Prédios comerciais na Avenida Amália Saldanha	136
IMAGEM 28	Áreas de precariedade nas transversais	137
IMAGEM 29	Casas e ruas precárias nas transversais	138
IMAGEM 30	Casas e ruas na Vila Conceição e São Sebastião	138
IMAGEM 31	Área com intervenção X Área de risco	139
IMAGEM 32	Linha de Alta Tensão na Vila São Sebastião	140
IMAGEM 33	Expansão da Vila Vale Verde	141
IMAGEM 34	Casas e terrenos na expansão da Vila Vale Verde	141
IMAGEM 35	Praças, Unidades Policiais e casas no Bom Jesus	142
IMAGEM 36	Comércio no Bom Jesus	143
IMAGEM 37	Problemas no Bom Jesus, Parque Timbira e Primavera	143

LISTA DE MAPAS E GRÁFICOS

MAPA 01	Caminho Grande na Ilha do Maranhão	76
MAPA 02	Zoneamento de São Luís conforme a Lei nº 3.253/92	83
MAPA 03	Conformação territorial da RMGSL – LC nº 174/2015	92
GRÁFICO 01	Crescimento demográfico de São Luís	73
GRÁFICO 02	Estrutura etária do Coroadinho entre 2000 e 2010	95
GRÁFICO 03	Domicílios particulares permanentes na UDH Coroadinho	104
GRÁFICO 04	Número de pessoas residentes em domicílios particulares permanentes na UDH Coroadinho	104
GRÁFICO 05	Domicílios UDH Coroadinho sem banheiro ou sanitário	106
GRÁFICO 06	Domicílios UDH Coroadinho sem energia elétrica	109
GRÁFICO 07	Pessoas com 5 anos ou mais não alfabetizadas na UDH Coroadinho	114

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Fases do Capitalismo	28
QUADRO 02	Dados Territoriais e Populacional UDH Coroadinho	96
QUADRO 03	Comparação IDHM ano 2000 e 2010 da UDH Coroadinho	98
QUADRO 04	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus Componentes	99
QUADRO 05	Tipos de Domicílios no Coroadinho	102
QUADRO 06	Condição da Ocupação do Domicílio	103
QUADRO 07	Formas de Abastecimento de Água por Distrito	105
QUADRO 08	Tipos de Esgotamento Sanitário	107
QUADRO 09	Destino do Resíduo Urbano (lixo)	108
QUADRO 10	Distribuição das Escolas Municipais UDH Coroadinho	112
QUADRO 11	Indicadores de Pobreza UDH Coroadinho	118
QUADRO 12	Rendimento Médio da População de 18 anos ou mais na UDH Coroadinho	119
QUADRO 13	Ocupação da População de 18 anos ou mais na UDH Coroadinho	120
QUADRO 14	Total de Atendimento na Unidade Mista Coroadinho	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADHB	Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil
ALCOA	Aluminum Company of América
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAEMA	Companhia de Água e Esgoto do Maranhão
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CF	Constituição Federal
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
COHAB	Companhia de Habitação Popular
COMARCO	Companhia Maranhense de Colonização
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FJP	Fundação João Pinheiro
FNM	Fábrica Nacional de Motores
IBGE	Instituto Brasileiro Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFMA	Instituto Federal do Maranhão
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INCID	Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ODM	Objetivos do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONGs	Organizações não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPC	Paridade de Poder de Compra
PPDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
RMGSL	Região Metropolitana da Grande São Luís
RNB	Renda Nacional Bruta
SECID	Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de São Luís
SEMOSP	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de São Luís
SEMURH	Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação
SEMUS	Secretaria Municipal de Saúde
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UMC	Unidade Mista do Coroadinho
ZIS	Zona de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO	22
2.1	Capitalismo e desenvolvimento	22
2.2	Desenvolvimento econômico	29
2.3	CEPAL: subdesenvolvimento e a teoria da dependência	36
2.4	Do neoliberalismo às novas teorias do desenvolvimento	42
3	ANÁLISE DIALÉTICA DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL, REGIONAL E ECONÔMICA DO COROADINHO SOB O ENFOQUE DO MATERIALISMO HISTÓRICO	51
3.1	Capitalismo mercantilista e a exploração no Brasil e Maranhão entre os séculos XVI e XVIII	53
3.2	Abandono socioeconômico do Nordeste e a política de aparelhamento elitista frente ao capitalismo industrial atrasado do Brasil	60
3.3	Desenvolvimento no Nordeste e formação do Coroadinho a partir de 1950	68
4	COROADINHO NO SÉCULO XXI: Análise socioespacial e econômica	86
4.1	Tipologias e nomenclaturas: de bairro à aglomerado subnormal	86
4.2	Radiografia Socioespacial e Econômica do Coroadinho	90
4.3	Percepções sobre o desenvolvimento nas Vilas e Distritos da UDH Coroadinho a partir da pesquisa de campo	133
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	REFERÊNCIAS	154
	APÊNDICE	161
	ANEXO	176

INTRODUÇÃO

O Coroadinho é um “bairro” situado no município de São Luís, estado do Maranhão, que surgiu de modo mais notável no cenário ludovicense na década de 1980, quando pessoas vindas de outros estados do Nordeste, do interior do estado do Maranhão e de outras localidades e ocupações dentro de São Luís resolveram se instalar às beiras do rio Bicas e ali fixar moradia ocupando a terra que *a priori* não tinha dono. Essa ocupação gerou uma disputa judicial pelas terras ocupadas e mesmo com decisão favorável aos moradores, não livrou a população do esquecimento e ausência do Estado nesta região, pois como ocupação inicialmente dita “irregular”, não teve a atenção do Estado em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, e por décadas sofreu com descaso e esquecimento, obrigando os moradores a sobreviver em um local com precárias condições de vida ao longo de mais de 30 anos.

Diante deste contexto de contradições do capitalismo, ocupação irregulares de terras e ausência de políticas públicas, a problemática e objetivo geral que este trabalho propõe é analisar se houve ou não desenvolvimento no Coroadinho, desde seu surgimento até os dias atuais, diante de uma perspectiva socioespacial e econômica utilizando o materialismo histórico dialético.

Para isso, busca-se discutir as teorias do desenvolvimento e subdesenvolvimento e, precipuamente verificaremos como os estudos do desenvolvimento nascem a partir da evolução do capitalismo e suas fases, comercial, industrial, financeiro e informacional. Neste ponto a discussão entre crescimento e desenvolvimento econômico será importante para perceber que o desenvolvimento na maioria das vezes é discutido apenas pela ótica de fatores econômicos da classe dominante e do crescimento do Estado como um todo, mas sem discutir a qualidade de vida da população.

É neste contexto que surgiu a CEPAL e suas teorias voltadas a explicar o subdesenvolvimento em países periféricos como o Brasil, buscando discutir soluções que possam resolver a questão do desenvolvimento sem ter que aceitar como um simples estágio inferior e linear aos países centrais. Neste sentido a teoria da dependência com viés marxista indica que há uma subordinação entre quem tem o domínio da ciência, informação, tecnologia, mercados e finanças e quem depende de tudo isso de forma muito precária, inclusive configurando essa subordinação não

apenas os interesses imperialistas, mas também de cunho interno no que se refere aos grupos e classes dominantes dentro do próprio país.

Entre 1970 e 1980 o aumento dos preços do petróleo, a crise financeira que atingiu alguns países e a crise fiscal que abateu o Estado de Bem-Estar Social levou a rediscussão do desenvolvimento para as décadas de 1990 e 2000, trazendo à tona o neoliberalismo como política hegemônica sob o domínio dos países centrais e agências multilaterais controladas pelos Estados Unidos da América. A ineficácia das políticas neoliberais para os países periféricos no setor social e de bem-estar, trouxeram desastrosas marcas a partir da década de 1990, como desemprego, pobreza e miséria em massa, alta concentração de renda e desigualdades sociais, elevados índices de mortalidade infantil e analfabetismo, dentre outras mazelas que se intensificaram mesmo diante da industrialização e consequente crescimento econômico de países como o Brasil.

A partir da década de 1990 surgiram novas teorias como o desenvolvimento humano discutido pelos economistas Amartya Sen e Mahbub Ul Haq, e o desenvolvimento sustentável apresentada pela ONU na Agenda 2030. Ambas teorias deixam de ver o fator econômico como único indicador de desenvolvimento e passa a olhar para a liberdade de escolha, qualidade de vida, meio ambiente e tantos outros indicadores como fatores fundamentais para discutir um real desenvolvimento, principalmente nos países periféricos.

No capítulo seguinte, pretende-se buscar historicamente os antecedentes que norteiam a formação econômica, político e social do Maranhão para entender como a partir de 1940 as terras do Coroadinho começaram a ser ocupadas paulatinamente até eclodir uma verdadeira ocupação em massa na segunda metade da década de 1970. Para isso é necessário remontar ao século XVI quando Portugal começou a implantar o seu império colonial na América do Sul a partir da sua expansão marítima que só foi possível por conta de várias transformações que ocorreram na Europa Ocidental antes do século XVI.

Analisaremos as políticas de exploração de Portugal sobre o Brasil desde a sua chegada até o século XX, destacando inicialmente o fracasso das capitânias hereditárias, a produção de açúcar nos engenhos do Nordeste, o surgimento de São Luís a partir da invasão francesa, a formação econômica do Nordeste e consequentemente do Maranhão através de crescimentos efêmeros por conta de políticas comandada de fora e para fora da Província, acontecimentos em nível

internacional que afetaram internamente o país, como a formação da União Ibérica, o movimento de Contrarreforma e a vinda da família real para o Brasil.

Também verificaremos como o ciclo do ouro em Minas Gerais levou a capital do país a ser transferida do Nordeste para o Sudeste desencadeando a partir daí um cenário de constante declínio para o Nordeste e suas cidades. Em seguida a economia entra no ciclo do café, mas do mesmo jeito o Maranhão não terá crescimento econômico neste período, tendo no máximo um boom econômico com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão pelo Marquês de Pombal com a exportação de algodão entre a última metade do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, motivado pela independência dos Estados Unidos da América e o seu rompimento com a Inglaterra que estava em plena Revolução industrial.

Os escravos são libertos formalmente e as elites de São Paulo e do Sudeste promovem a Proclamação da República sem nenhuma revolução para o povo, mas apenas buscando benefícios pessoais e classistas enquanto São Luís e o Nordeste, assim como o restante do país continuam a viver na miséria. No século XX, Getúlio Vargas começou um processo de industrialização tardia que teve continuidade com políticas desenvolvimentistas de seus sucessores, mas pouco mudou a realidade do Nordeste e Maranhão.

Depois de 1960, o Maranhão sofreu com o processo de migração interna e êxodo rural ocasionando o inchamento populacional do centro de São Luís que proporcionou uma expansão da cidade do centro para a periferia formando bairros a partir de políticas de habitação do Estado que não alcançará a classe pobre, obrigando assim muitas vezes à ocorrência de ocupações irregulares como o Coroadinho.

No último capítulo, já analisado os antecedentes históricos e as principais teorias do desenvolvimento, passamos a analisar o Coroadinho desde a tipologia e nomenclatura usada pela população até os órgãos oficiais, discutindo principalmente as questões relativas à condição de aglomerado subnormal e unidade de desenvolvimento humano.

Em seguida, faz-se a análise espacial e socioeconômica utilizando a definição de Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) para analisar indicadores como área, formação distrital, população, densidade demográfica, renda, trabalho, educação, moradia, saúde, abastecimento de água, recolhimento de lixo, fornecimento de energia elétrica, saneamento básico, longevidade dentre outros, sempre comparando com outras UDH's, com o município de São Luís e com a Região Metropolitana da

Grande São Luís, a partir de dados que vão do ano 2000 até 2019, e principalmente com base no Censo de 2010, já que a Lei Complementar Estadual nº 174, de 25 de maio de 2015 alterou a quantidade de municípios da Região Metropolitana, mas não há dados atualizados da UDH para esse ano que possibilite comparações.

Por fim, busca-se verificar algumas políticas públicas que tem sido promovidas pelo Estado dentro do Coroadinho e como o impacto tem contribuído para o desenvolvimento desta localidade, tais como asfaltamento de ruas e avenidas, construção de praças, quadras, campos de futebol, outras áreas de lazer, ecopontos, infraestrutura de drenagem urbana, reforma de mercados, regularização fundiárias e outros.

Para alcançar esses resultados, quanto aos procedimentos, utilizou-se de pesquisa do tipo bibliográfica a partir do levantamento de referências teóricas publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses e outros documentos, além de informações em jornais antigos e outros canais de comunicação.

Também se buscou informações e dados estatísticos através de ofício, visita e pesquisa em banco de dados na internet junto a diversos órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística por meio de dados do Censo Demográfico de 2010 e da Síntese de Indicadores Sociais realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2012 a 2019, também pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INCID), Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano (SECID), Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e alguns órgãos comunitários. Foram enviados mais de 15 (quinze) ofícios e realizadas 22 visitas a órgãos públicos.

Os dados foram coletados, tabulados e analisados, interpretados e expostos através de quadros, tabelas e/ou gráficos a fim de apontar soluções, recomendações e considerações sobre o objeto de estudo. Mas, é necessário ressaltar que os dados que alimentaram as estatísticas utilizadas nesta pesquisa para cada UDH tiveram sua fonte principal no Censo Demográfico promovido pelo IBGE a cada 10 anos, logo os dados mais atualizados são do ano de 2010.

Na análise do trabalho foi necessário comparações entre o IDH e outros dados da UDH Coroadinho, do município de São Luís e da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL), entretanto a conformação da RMGSL em 2010 que era composta por São Luís, São José de Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e Alcântara não é mais a mesma, visto que atualmente ela é composta por São Luís e mais 12 municípios desde a entrada em vigor da LC nº 174/2015. Logo, mesmo cediço que a formação da RMGSL de 2010 não está mais em vigor, decidimos por questão metodológica não utilizar os dados da atual composição para fins de comparação, haja vista que teríamos um lapso temporal de mais de 5 anos de diferença, trazendo sérios prejuízos para a interpretação e análise. Assim, apenas para fins de comparação de dados e viabilidade metodológica, manteremos a utilização da divisão da RMGSL com base na Lei Complementar Estadual nº 038/98 c/c a Lei Complementar Estadual nº 069/03 que é congruente com o Censo de 2010, sem ignorar a vigência da atual composição prevista pela LC nº 174/2015.

Realizei também pesquisa de campo, percorrendo *in loco* várias regiões dos distritos que compõe a UDH Coroadinho por dezenas de quilômetros, por vários dias e horas, entrando de rua em rua, avenida por avenida, buscando observar e analisar a atual paisagem, parando para fazer fotos e vídeos do que julguei importante, buscando verificar pessoalmente cada detalhe para ser relatado. Fiz entrevistas, coletei depoimentos de moradores e funcionários públicos levantando informações que podiam subsidiar a pesquisa. Ressalta-se que este pesquisador mora no Coroadinho há quase 35 anos, conhecendo bem a realidade do campo empírico estudado, mesmo assim descobriu lugares que até então desconhecia a existência e outros que não imaginava em que condições estavam, sendo fundamental a utilização desse tipo de pesquisa para gerar percepções mais fidedignas ao estudo.

Nos procedimentos metodológicos, destaco que a dissertação foi majoritariamente escrita em terceira pessoa, como de praxe e estilo científico. Entretanto, ao descrever o penúltimo subcapítulo que versa sobre a pesquisa de campo e as percepções de desenvolvimento, resolvi escrever em primeira pessoa, ressaltando de modo mais contundente que os dados, fotos, vídeos, entrevistas e outras percepções foram coletadas diretamente pelo pesquisador, sem qualquer meio intermediário.

A respeito do tipo de pesquisa, deve-se deixar claro que quanto à abordagem se trata de uma pesquisa qualitativa, pois se preocupou, portanto, com aspectos da

realidade que se centram na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais e desenvolvimento. E quanto à natureza é uma pesquisa aplicada porque objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos.

Por fim, será adotado como método científico o Materialismo Histórico Dialético a partir de Karl Marx, onde se analisa a realidade utilizando a própria realidade como argumento, ou seja, analisando a luta de classes e meios de produção. Segundo Marx o melhor método a ser utilizado é aquele em que se parte do concreto para o abstrato e por fim, retorna-se ao concreto novamente. Não é possível abstrações sem o concreto, o concreto é a síntese de muitas determinações, ou seja, uma unidade do diverso e, no estudo pretendemos analisar a relação entre a formação e surgimento do Coroadinho e a questão do desenvolvimento no contexto em que está inserido. Por isso o concreto estará tanto no ponto de partida como no processo de síntese e resultado.

Busca-se apreender o real a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade. A análise do real inicia do seu desenvolvimento histórico e da sua gênese, captando as categorias mediadoras que possibilitam a sua apreensão numa totalidade, neste caso será necessário entender o processo de formação histórica principalmente no que tange a questão econômica e social, para poder buscar as contradições e determinações que contribuíram para a realidade que se encontra.

Pois se olharmos para concreto apenas de forma rápida e sem critérios de análise, é possível alcançar conclusões distorcidas ou precipitadas, como o entendimento de que melhorias pontuais significa desenvolvimento no Coroadinho. Assim, é necessário fugir dessa análise superficial no afã de captar a essência. O foco do materialismo histórico está no 'ser' e não nas abstrações da mente. O objeto de estudo não está apenas na cabeça do pesquisador, mas também no mundo real e concreto e por esse motivo aliamos a pesquisa de campo junto ao estudo bibliográfico, o campo de estudo existe independente das abstrações e por isso o objeto de estudo precisa ser determinado em todos os sentidos possíveis, pois sem determinações será meramente fruto de abstrações.

2 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

A palavra desenvolvimento consubstanciada apenas no léxico pode ter o significado de desenrolar, crescer, avançar, progredir, melhorar, ir em frente, se tornar mais forte, entre outras palavras que indiquem que algo está evoluindo, em processo de mudança. Por outro lado, e a partir dessa definição dicionarista de desenvolvimento podemos inferir que a expressão subdesenvolvimento significaria por via de consequência algo ou alguém que estivesse em um nível abaixo do desenvolvido, em retrocesso, estagnado, fraco, decrescendo, em patamar inferior a partir de determinados parâmetros e/ou comparações. Entretanto, não se pode admitir neste estudo o uso dessas palavras apenas por esse viés, posto que precisamos através de uma análise crítica e fundamentada desvelar o significado de desenvolvimento e subdesenvolvimento em uma visão econômica, política, social e ideológica.

Primeiramente, analisaremos as teorias sobre o desenvolvimento para ter parâmetros que possa fundamentar a análise sobre o subdesenvolvimento e suas derivações em um segundo momento. Pois, só é possível tratar do subdesenvolvimento se tivermos uma base teórica que estabeleça os padrões do que se define como desenvolvido.

2.1 Capitalismo e desenvolvimento

A primeira acepção que tomaremos por análise é de desenvolvimento pelo viés econômico, que está consubstanciado como um fenômeno histórico ocorrido em alguns países a partir do surgimento do capitalismo no mundo. O desenvolvimento econômico é a perspectiva de desenvolvimento mais conhecida e estudada no último século ao lado e se relacionando com o capitalismo. Nesta esteira, desenvolvimento econômico e capitalismo andam sempre juntos e de mãos dadas, exigindo que para conhecer um é necessário estudar o outro e vice-versa.

Atualmente essa relação e perspectiva teórica tem cada vez mais sido superada na maioria dos países quando se discute o desenvolvimento, mas também não se pode ignorar que no plano concreto o desenvolvimento econômico ainda é fator relevante e primordial nas políticas nacionais e internacionais de grandes potências estatais e agências a seu serviço.

De modo mais esquematizado, na Imagem 01, apresentamos concisamente o raciocínio que se desdobrará nos próximos parágrafos acerca da relação entre capitalismo e desenvolvimento, como perspectiva mais estudada e aplicada:

IMAGEM 01 – RELAÇÃO ENTRE CAPITALISMO E DESENVOLVIMENTO



Fonte: Elaboração própria (2019)

Para alcançar essa empreitada será necessário recorrer aos apontamentos históricos deste capítulo e mais detalhadamente no capítulo seguinte deste trabalho, pois foram organizados com a finalidade de alicerçar toda esta pesquisa, já que nossa opção pela análise do desenvolvimento econômico será realizada pelo viés do materialismo histórico, afinal de contas, os sistemas econômicos e políticos foram construídos social e historicamente ao longo dos séculos, o que exige a releitura no tempo passado de como surgiu e chegou no nosso tempo e espaço essa aceção de desenvolvimento, principalmente em relação ao nosso campo empírico de estudo.

O capitalismo é um sistema que desde suas origens no final do século XV e início do século XVI, trouxe as mais diversas transformações no mundo a partir da transição do sistema feudal que estava em crise para um complexo modelo de economia, cultura e sociedade (DOBB, 1983). Essas transformações ocasionaram profundas mudanças socioespaciais e econômicas até os dias atuais.

Porém, para que o capitalismo pudesse surgir, foi necessário que a partir do século XI em diante ocorresse uma verdadeira revolução agrícola através do uso de ferramentas e algumas técnicas que permitiram a exploração de terras férteis na Europa, o que possibilitou a produção de excedente econômico que levaria mais tarde os trabalhadores ao comércio (BEAUD, 2005).

Devemos lembrar que no período da Idade Média, a Europa em geral tinha sua política determinada pelos senhores feudais em um sistema de fragmentação do poder. No século XIV, porém, este sistema entrou em crise depois da desagregação social causada pela peste bubônica, que estagnou o mercado agrícola, fazendo surgir a classe da burguesia que foi se tornando cada vez mais influente ao adquirir as terras que eram dos senhores feudais, levando o centro da economia para as atividades comerciais no meio urbano e desenvolvendo bastante o comércio (LIMA, 2005).

A medida que os senhores feudais iam perdendo seu poder político e econômico, os reis se fortaleciam em aliança com a nobreza e a ascendente burguesia, proporcionando a criação de instituições para administrar a política, manter a segurança pública, definindo suas fronteiras e garantindo a proteção do seu território por meio da cobrança de impostos sobre as atividades comerciais, o que gerava um sentimento de identidade nacional. Mais cedo ou mais tarde esse processo de transição aconteceu na maioria dos reinos europeus, em que o pioneiro foi Portugal consolidado desde o século XIII e logo depois ocorreu na Espanha, França e Inglaterra a partir do século XIV. Esse sistema de centralização política ficou conhecido como absolutismo e em seguida ensejaria a formação dos estados nacionais (LIMA, 2005).

Em sua primeira grande fase, nasceu portanto o denominado capitalismo comercial a partir da formação da burguesia que ao se associar à aristocracia formaram os estados absolutos, e aos poucos foi se transformando em estados nacionais e transferindo o comércio de âmbito local para expansão a nível nacional e depois internacional, principalmente através de grandes navegações com intenção exploratória e de formação e dominação de colônias nas terras “descobertas” em suas viagens ultramarinas (BEAUD, 2005).

Em síntese, o capitalismo comercial se alavancou graças à expansão do comércio internacional entre os estados nacionais da Europa, marcada pela expansão marítima comercial e colonial, com a formação de colônias europeias em várias partes do mundo, principalmente nos continentes americano e africano.

Nesta fase a prática do mercantilismo foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo, caracterizando-se pela busca e controle de matérias-primas e metais preciosos, assim como a prática da manufatura e, a intensiva troca comercial em patamar internacional em que cada Estado procurava manter uma balança comercial favorável. Neste período houve o surgimento e crescimento de várias cidades, mas de modo geral a população continuava vivendo no campo (PRONI, 1997).

Com a formação e fortalecimento dos estados nacionais transformados a partir dos reinados absolutistas foi possível promover mercados seguros e expansão das fábricas, de modo que os comerciantes pudessem também começar a investir nas indústrias dando o pontapé necessário para começar a segunda fase do capitalismo que ficou conhecida como revolução industrial iniciada em meados do século XVIII na Inglaterra. Isso foi possível por conta do grande volume de capital acumulado durante o mercantilismo que naquele momento foi investido em maquinário (BRAUDEL, 1996).

Essa transição do capitalismo comercial para o industrial se deu a partir de uma estratégia política e econômica para que houvesse maior investimento no progresso técnico, gerando maior produtividade com mais estabilidade econômica dentro dos estados nacionais. A partir daí se formou um processo de divisão internacional do trabalho entre as nações, a qual tinha por início a busca por matérias-primas nas colônias que depois eram transformadas em mercadorias industrializadas nas metrópoles para a venda por preços mais altos e obtenção de lucro, funcionando como um ciclo de enriquecimento de uns em detrimento da exploração de outros, gerando classes de detentores do capital e trabalhadores, ricos e pobres.

Veja-se, portanto, que enquanto o capitalismo comercial estava centrado na busca do lucro e acumulação de capital a partir das vendas e compras de produtos manufaturados, no capitalismo industrial houve uma racionalização e estratégia para acelerar mais ainda a produção em série aumentando o lucro. Toda essa sistemática vai se materializar a partir do progresso técnico e invento de maquinários, com o condão de fazer o capitalismo evoluir da sua limitação de produtos manufaturados para industrializados através da sistematização da produção (DOBB, 1983).

Historicamente foi nestas duas fases do sistema capitalista, principalmente na revolução industrial que se começou a falar em desenvolvimento econômico (FURTADO, 1980). Pois, no período que marca a fase da industrialização várias cidades europeias e norte-americanas tiveram um aumento populacional urbano nunca visto antes causado pelo intenso êxodo rural de pessoas saindo do campo em busca de emprego nas fábricas e uma suposta melhoria de vida nas cidades, ocasionando ao mesmo tempo a expansão desordenada de regiões periféricas e precárias, já que as cidades não estavam projetadas e preparadas para receber esse contingente tão alto de pessoas (BEAUD, 2005).

Neste contexto, o desenvolvimento econômico não estava ligado diretamente com o interesse de melhoria das condições de vida dos trabalhadores da indústria,

mas com o desenvolvimento econômico das elites que detinham o capital e consequentemente do Estado-nação (ARRIGHI, 1997). Ressalta-se, inclusive, que a formação dos estados foi extremamente importante para que esse processo de desenvolvimento econômico fosse possível, pois os governos passaram a proteger as indústrias nacionais, criando leis e normas jurídicas para garantir a propriedade privada e proteger a indústria, fomentando o avanço tecnológico, dentre vários outros incentivos que propiciaram o aumento gradativo da produtividade. Em verdade, desde os reis mercantilistas já se procurava proteger a economia e seus comerciantes como forma de promover uma espécie de desenvolvimento e isso terá continuidade com maior ênfase no capitalismo industrial (LIMA, 2005).

Neste caso não se tratava de um desenvolvimento para todos, mas desenvolvimento para quem detinha os meios de produção e os representantes do Estado que fomentavam as estratégias necessárias para promoção desse crescimento. Assim, na passagem do capitalismo comercial para o industrial, empresários e agentes políticos foram atores elementares para que o capitalismo prosperasse e tivesse essa conotação de desenvolvimento (FURTADO, 1980).

Em síntese, esse desenvolvimento ocorreu a partir da acumulação de capital, busca por lucros, formação de um mercado competitivo, progresso técnico e inovações tecnológicas para aumento da produção, e também pelo surgimento, formação e incentivo dos estados-nação à indústria capitalista como forma de política de desenvolvimento econômico e, portanto, “desenvolvimento” da nação.

Ao lado do desenvolvimento econômico com perspectiva estritamente materialista, houve também nesta época a criação e grande difusão do pensamento liberal e do liberalismo econômico como formas de alicerce ideológico à este modelo de política de desenvolvimento. O liberalismo alcançou destaque durante o Iluminismo, com as ideias do filósofo inglês John Locke alegando que cada homem tem um direito natural à vida, liberdade e propriedade, e que os governos não devem violar tais direitos (AMADEO, 2017).

Já o liberalismo econômico, diferentemente do capitalismo comercial em que o Estado era o planejador e organizador da economia, pregou a rejeição ao intervencionismo estatal, possibilitando que a maioria das decisões econômicas sejam tomadas pelas empresas e indivíduos e, não pelo Estado. Adam Smith, pai e mais conhecido pensador do liberalismo econômico, propalava que a base da geração de riquezas a partir do lucro estaria no potencial de trabalho sem que o Estado atuasse

como regulador e interventor, e que todos os agentes econômicos de certo modo eram movidos por um impulso de crescimento e desenvolvimento econômico que poderia ser entendido como uma ambição individual, mas que em uma visão macro proporcionaria benefícios para toda a sociedade, uma vez que a soma desses interesses particulares promoveria a evolução generalizada em um suposto equilíbrio perfeito (AMADEO, 2017).

Essa fase industrial regada pelo liberalismo econômico se mantém assim até o final do século XIX, quando são descobertas outras formas de energia e a criação de novas tecnologias, que possibilitou a expansão das indústrias para outros países europeus, para os Estados Unidos (EUA) e Japão. Surgiram novas e complexas relações econômicas com maior grau de internacionalização das indústrias que precisou se aliar ao capital bancário diante da necessidade de ter instituições financeiras para administrar os lucros e os investimentos, assim como promover toda a articulação econômica desta internacionalização do setor industrial começando a terceira fase do capitalismo, mais conhecida como fase financeira (PRONI, 1997).

No capitalismo financeiro, as bolsas de valores funcionam como verdadeiro termômetro do valor das empresas, gerando uma grande corrida pelo crescimento. Grandes corporações acabam se fundindo para haver maior valor e expansão pelo globo principalmente no processo de formação das Sociedades Anônimas, gerando uma maior concentração de capital, diminuição da concorrência e a formação de grupos econômicos hegemônicos, o que dá a esta fase do capitalismo o apanágio de monopolista (DOBB, 1983).

No capitalismo financeiro, o Estado sofreu mudanças na forma de atuar passando agora a administrar e fiscalizar a economia, sem abandonar de vez o liberalismo econômico que entrou em crise em 1929. A partir desse marco, surgiu a política do Estado do Bem-Estar Social propondo a obrigação do Estado em garantir o suprimento das necessidades básicas da população, como saúde, educação, segurança, moradia entre outros, e a intervenção do Estado na economia, para fiscalizar e impedir uma nova crise, tendo como principal defensor dessa política John Maynard Keynes, que analisaremos com mais detalhes depois (MANDEL, 1990).

Por fim, temos o chamado capitalismo informacional ou quarta fase do capitalismo, onde suas principais bases estão no surgimento de novas tecnologias (Revolução Técnico-Científica de ponta) e da sociedade da informação (rede mundial de computadores). Nesta fase é o domínio do conhecimento, da técnica e do saber

científico de alto nível que passam a mensurar a riqueza e o grau de desenvolvimento de um Estado. No capitalismo informacional, as relações econômicas entre países são mediadas através do neoliberalismo, teoria econômica utilizada no final da década de 1970 nos Estados Unidos e na Inglaterra, defendendo a não-intervenção do Estado na economia, privatização de empresas e a diminuição das tarifas alfandegárias (RODRIGUES, 2010).

Considerando a importância das fases do capitalismo para este estudo, e visando potencializar a compreensão e visualização do que foi visto até aqui, tal como a nomenclatura utilizada, seu período de início e suas principais características, veja o Quadro 01 onde apresentamos uma síntese destas informações:

QUADRO 01 – FASES DO CAPITALISMO

FASES DO CAPITALISMO	PERÍODO	CARACTERIZAÇÃO
Comercial	A partir do século XV	Trocas comerciais, expansão marítima europeia e a formação de colônias
Industrial	A partir da segunda metade do século XVIII	Troca do trabalho manual pelo trabalho mecânico nas indústrias
Financeiro	Final do século XIX	Internacionalização das indústrias aliada ao capital bancário e instituições financeiras
Informacional	Entre o final do século XX e início do século XXI	Surgimento de novas tecnologias e da sociedade da informação

Fonte: Elaboração própria (2019).

Percebe-se, portanto, que em qualquer das fases quer comercial, industrial, financeiro ou informacional, o desenvolvimento sempre esteve atrelado à economia, à quantificação de riquezas e a materialização das estratégias de crescimento do capital e que segundo a visão de Milton Santos:

Nos últimos cinco séculos de desenvolvimento e expansão geográfica do capitalismo, a concorrência se estabelece como regra. Agora, a competitividade toma o lugar da competição. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão. A competitividade tem a guerra como norma. Há, a todo custo, que vencer o outro, esmagando-o, para tomar seu lugar. Os últimos anos do século XX foram emblemáticos, porque neles se realizaram grandes concentrações, grandes fusões, tanto na órbita da produção como na das finanças e da informação. Esse movimento marca um ápice do sistema capitalista, mas é também indicador do seu paroxismo, já que a identidade

dos atores, até então mais ou menos visível, agora finalmente aparece aos olhos de todos (SANTOS, 2003, p.23)

Assim, com o pano de fundo teórico do liberalismo e por mais que antes do século XX não se discutisse academicamente a questão do desenvolvimento como teoria de qualidade de vida, é possível notar pela análise histórica até aqui alinhada, que o desenvolvimento atrelado ao capitalismo sempre foi um desenvolvimento do tipo econômico, onde o enriquecimento através das empresas ou negócios lucrativos serve de termômetro para mensurar o grau de progresso, mediante a concorrência e competição pelo capital e seus atores.

2.2 Desenvolvimento econômico

Como vimos anteriormente, o capitalismo industrial alicerçado no liberalismo econômico que promoveu a notabilidade de países como os Estados Unidos e a Inglaterra entre os séculos XVIII e início do século XX, mantiveram suas ideias de desenvolvimento sustentadas nas economias de mercado com autorregulação, em que a produção e consumo de mercadoria são regradas pela lei de oferta e procura e quanto mais eficaz é essa regulação maior o crescimento econômico. Assim, desenvolver seria sinônimo de crescer economicamente e esse progresso é mensurado pelo aumento da riqueza e do dinheiro provenientes da produtividade e lucro. Esse sistema não precisaria da intervenção das instituições estatais responsáveis pelo bem-estar das pessoas e coesão da sociedade, por isso se diz que é autorregulado. Nessa esteira, a fórmula do desenvolvimento era bem simples, bastava os estados adotarem a economia de mercado autorregulada que iriam chegar em algum momento na fase de desenvolvimento que as grandes potências econômicas chegaram (HIRSCHMAN, 1986).

Entretanto, o desenvolvimento não ocorre de forma linear e simples. Primeiro porque o mercado é apenas uma das instituições que a sociedade necessita para funcionar, e quando ele falha ou não alcança todas as pessoas, outras instituições sociais precisam estar vigilantes para prover a sobrevivência dos cidadãos. Em segundo lugar porque o capitalismo entra em constantes crises e nas crises são necessárias intervenções extra econômicas fora da autorregulação (HARVEY, 2016).

Isso ocorreu antes e logo após a Primeira Guerra Mundial. Por isso, mais uma vez precisamos da história para entender a relação de crise do materialismo em

interface com o desenvolvimento. Neste período o sistema econômico entra em conflito com os mecanismos de proteção social, fazendo com que a alta concentração de renda e consequente aumento das desigualdades sociais reduzissem drasticamente as condições mínimas de sobrevivência dos seres humanos, gerando uma crescente população de pobres e miseráveis e demonstrando claramente que a autorregulação do mercado precisava de limitação e controle. Em busca desse intento surgiram diversas propostas de planejamento e regulação da economia pelo Estado, como as de Karl Polanyi¹ que pontuava que o processo econômico é composto por diferentes arranjos institucionais e não unicamente pela autorregulação do mercado, inclusive servindo de base para outros estudos (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

Essa crise teve seu ponto mais alto com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 e obrigou os Estados Unidos a buscar uma política econômica para a crise, já que o país já era o maior ícone do liberalismo econômico no mundo. Esse modelo de intervenção pública dos EUA, chamado de New Deal, consistia no controle dos preços e da produção, redução da jornada de trabalho, aumento de gastos públicos em setores sociais, abertura de mais empregos, como uma forma de reconhecer a crise sem abrir mão do sistema capitalista, apenas ajustando as velas para seguir seus propósitos (MANDEL, 1990).

Essas medidas foram baseadas nas ideias de John Maynard Keynes² que pregava a intervenção do Estado na economia, mas não renunciou ao capitalismo e seus princípios, tendo sua doutrina predominado não apenas nos Estados Unidos, mas também na Europa e vários outros países em processo de planejamento e reestruturação após a Segunda Guerra Mundial.

Para Keynes o Estado deveria atuar no campo da economia, campo social e campo administrativo. No primeiro, deveria coordenar e controlar a produção capitalista, estimular a poupança, promover o desenvolvimento econômico, corrigir distorções do mercado, garantir pleno emprego, e controlar setores estratégicos como telecomunicações e petróleo. No campo social, deveria promover políticas públicas

¹ Karl Paul Polanyi (1886-1964) nasceu na Áustria, foi filósofo social, antropólogo econômico, advogado e professor de História Econômica em Oxford (Inglaterra) para onde migrou fugindo do nazismo em 1933. Conhecido por sua oposição ao pensamento econômico tradicional sua principal obra é "A Grande Transformação: as origens de nossa época", escrito em 1944. (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

² John Maynard Keynes (1883-1946) nasceu em Cambridge, foi um economista britânico fundador da macroeconomia moderna, tornando-se amplamente reconhecido como um dos economistas mais influentes do século XX principalmente na política econômica das grandes potências após a Segunda Guerra Mundial (HOBSON, 1984).

de acesso à educação, segurança, saúde, moradia, dentre outros direitos sociais. E por fim, no aspecto administrativo deveria controlar o funcionamento interno do Estado e seus processos burocráticos com mão de obra qualificada e tarefas bem definidas. A partir do pensamento keynesiano, a ideia de desenvolvimento passou a ser mais ampla e global envolvendo diversas áreas e não apenas o simples crescimento econômico pela autorregulação do mercado (SILVA et al, 2016).

A partir do pensamento keynesiano surgiram outras teorias sobre o desenvolvimento de cunho liberal-capitalista com foco na superação da crise da autorregulação, como a Teoria Estrutural-Funcionalista proposta por Walt Whitman Rost³ entre 1950 e 1960, que com caráter evolucionista propunha o desenvolvimento econômico em cinco etapas que vão da sociedade tradicional (subsistência) à sociedade de consumo (setor de serviços), com ênfase na eficácia do livre mercado, mas com o Estado exercendo um controle no desenvolvimento do país, tal qual as ideias de Keynes (BEAUD, 2005). A principal crítica a esse modelo afirma que ele é baseado na história americana e europeia e, por isso lhe espelha como forma linear do processo de desenvolvimento econômico para todas as sociedades industrializadas, entretanto, não pode ser aplicado aos países asiáticos e africanos, pois os eventos nesses países não se justificam em nenhuma fase de seu modelo.

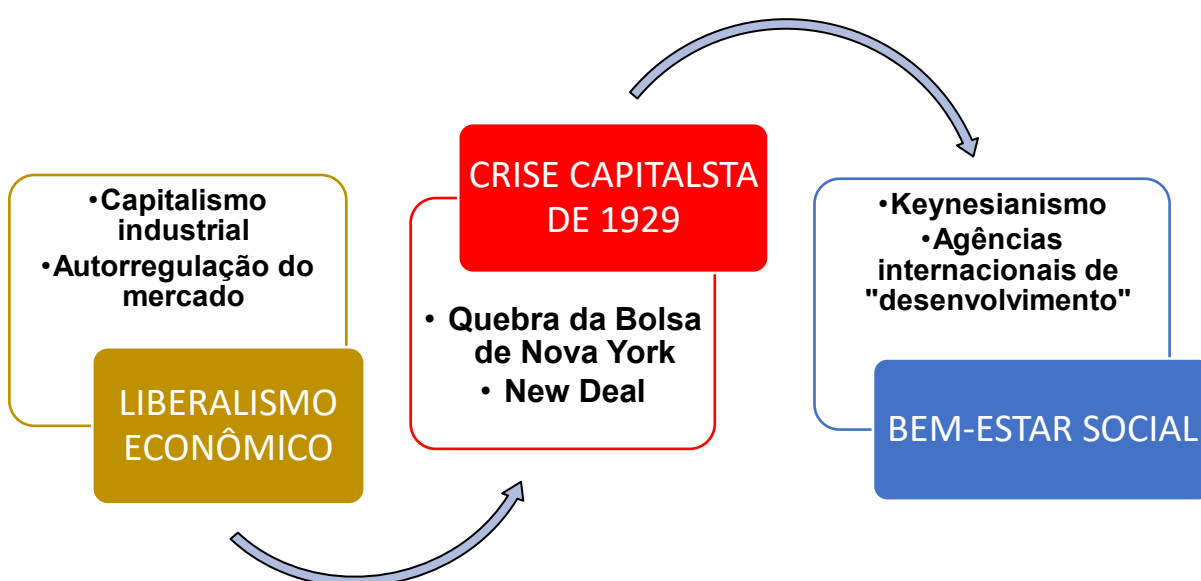
Para ampliar o entendimento sobre essa temática precisamos destacar também que logo depois da Segunda Guerra Mundial em meados do século 20, em razão da grande depressão que atingiu os Estados Unidos, do pensamento keynesiano como estratégia de superação da crise e até mesmo pelo medo ao regime nazifascista, representantes de vários países se reuniram em solo norte-americano para traçar as regras financeiras e comerciais do pós-guerra, e dessa reunião surgiram algumas instituições financeiras a nível internacional, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco para Investimentos Internacionais que ganharam natureza multilateral de desenvolvimento em nível macrorregional, influenciando diretamente na economia e política do mundo todo (PRONI, 1997). O principal apanágio dessas agências era o discurso do desenvolvimento como instrumento de

³ Walt Whitman Rost (1916-2003) nasceu nos Estados Unidos, foi economista, professor e teórico político e considerado um anticomunista, conhecido por uma crença na eficácia do capitalismo e da livre iniciativa sua principal obra foi “Os Estágios de Crescimento Econômico: um manifesto não comunista” (BEAUD, 2005).

orientação e condução de governos tanto na formulação como na execução de políticas públicas. Mas, apesar das aparentes boas intenções, urge questionar quem dava o direcionamento dessas políticas de desenvolvimento das agências e com qual intenção e interesses elas eram pensadas.

Nesse sentido, vejamos na Imagem 02, a relação entre a crise do capitalismo a partir da doutrina liberal e sua reinvenção a partir do keynesianismo e o surgimento das agências de “desenvolvimento” criadas para dar novo rumo aos governos após a crise e a Segunda Guerra Mundial:

IMAGEM 02 – CAPITALISMO E O ESTADO DE BEM ESTAR-SOCIAL



Fonte: Elaboração própria (2019)

Desde o surgimento dessas agências, ficou claro que elas foram criadas para atender aos interesses estadunidense e dos seus aliados, em busca primeiro do seu próprio desenvolvimento econômico e social como forma de planejamento pós-crise e pós-guerra, tanto que os países socialistas logo se afastaram e países periféricos como o Brasil, nem sempre tiveram acesso direto e nas mesmas proporções às políticas de desenvolvimento supostamente destinada aos países-membros.

É nesse período que a noção de desenvolvimento sai do âmbito acadêmico para ganhar força no mundo político, justamente diante da influência da política internacional norte-americana que passou a nortear a atuação das grandes

instituições internacionais nos países pobres, ou seja, as agências internacionais para o desenvolvimento estavam a serviço do capitalismo norte-americano.

É cediço que depois da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos assumiram a hegemonia do mundo capitalista e que por outro lado em plena disputa de poderes, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas comandada pela Rússia se opôs ao capitalismo norte-americano, em meio ao que ficou conhecido como Guerra Fria, onde o embate ideológico, político e econômico eram fundamentais para o protagonismo dos EUA ou da URSS (CATANI, 1980).

Um dos principais objetos no centro dessa disputa era o controle ideológico dos países pobres, também chamados de países “subdesenvolvidos”, em que os EUA tentava propalar uma promessa de desenvolvimento que tinha apenas a intenção de conter o socialismo, já que naquele momento histórico os países periféricos tinham uma inclinação maior à sua doutrina diante da pobreza e miséria que enfrentavam, procurando assim se agarrar à esperança de mudanças e transformações que o socialismo propunha (FURTADO, 1980).

Nesta esteira, o padrão de desenvolvimento passou a ser a política econômica capitalista norte-americana difundida através das agências internacionais de desenvolvimento como instrumento ideológico para mascarar a intenção de domínio e vitória na Guerra Fria. Deste modo, os países que não estavam alinhados com esse padrão eram classificados simplesmente como subdesenvolvidos e assediados a se “desenvolver” buscando o padrão de desenvolvimento dos EUA.

Assim, com base no capitalismo e consequente desenvolvimento econômico, e considerando que este modelo de desenvolvimento ocorreu a partir da revolução industrial, pode-se tratar de três tipos de desenvolvimentos em órbita ao capital: o ‘desenvolvimento original’, dos países que foram pioneiros no processo de industrialização como a Inglaterra, França e Estados Unidos; o ‘desenvolvimento atrasado’ de países europeus como a Alemanha, Rússia, Áustria, Suécia, e Japão, que se desenvolveram e realizaram suas revoluções industriais na segunda metade do século XIX; e derradeiramente o ‘desenvolvimento nacional-dependente’ dos países que foram colônias, e começaram a se desenvolver somente a partir da Segunda Guerra Mundial, como é o caso do Brasil, Coréia e China a título de exemplo (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Se buscarmos o critério de nível de desenvolvimento, os países podem ser classificados em desenvolvidos, de desenvolvimento médio, e pobres. Tanto os de

desenvolvimento médio como os pobres foram anteriormente colônias no processo de expansão do capitalismo comercial e industrial, mas enquanto os primeiros lograram êxito parcial ao superar a sua condição colonial e, em algum momento histórico promoveram uma revolução capitalista razoável e/ou estão tentando realizar suas revoluções nacionais, muitos dos últimos sequer conseguiram estabelecer as bases de uma economia capitalista, como ocorre no continente africano (BRESSER-PEREIRA, 2006).

No meio desse debate, merece destaque a comparação do desenvolvimento econômico e ao processo de crescimento econômico. Em uma visão mais moderna e ampliada o desenvolvimento econômico seria um processo pelo qual ocorre uma variação positiva pelo viés de elementos quantitativos, como o aumento da capacidade produtiva de uma economia, aumento do produto interno bruto e aumento do produto nacional bruto somado obrigatoriamente à variações positivas de elementos qualitativos, como melhorias nos aspectos relacionados com a segurança, redução de desigualdades sociais, qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura, empregos, entre outros. Por outro lado, o crescimento econômico se preocuparia apenas com questões quantitativas, sem qualquer abordagem de cunho social (ARRIGHI, 1997). Assim, desenvolvimento econômico pode ter significado semelhante ao crescimento quando se trata de uma política meramente focada na renda ou produção, e podem ser diferentes quando se tem políticas voltadas para a transformação estrutural, social e econômica. De todo modo, neste trabalho optamos em utilizar as expressões como significados distintos, mas sem ignorar que a depender da análise eles podem ter uma aproximação notável por conta das políticas econômicas adotadas em cada estado.

Segundo Bresser-Pereira (2006) para que possa ocorrer o desenvolvimento econômico é *conditio sine qua non* que haja um processo de crescimento da renda por habitante, ou do produto agregado por habitante, ou ainda da produtividade, de modo que não é possível falar de desenvolvimento sem que a produção e a renda média cresçam. Apesar das inúmeras críticas, o autor sustenta que a renda por habitante ainda é a melhor medida disponível de desenvolvimento e que paralelamente se pode verificar também o produto adicionado por habitante, o qual ele explica ser o aumento da mão de obra de bens e serviços com alto valor adicionado por trabalhador. Ou seja, o elevado nível de conhecimento voltado para a produtividade, conformando assim um verdadeiro capital intelectual.

Se no passado os países desenvolvidos não queriam deixar os mais pobres se industrializar, hodiernamente ocorreu um processo de desindustrialização sem deixar de crescer economicamente, abandonando o modelo de industrialização de produtos simples para trabalhar com propriedade intelectual e desenvolvimento tecnológico de ponta.

Neste processo de desenvolvimento econômico o objetivo principal é a melhoria do padrão de vida da população em médio e longo prazo, mas isso não significa necessariamente distribuição de renda igualitária. Os mais pobres e trabalhadores excedentes do mercado poderão ficar excluídos desse processo de desenvolvimento que por esse viés pode ser dito injusto, por isso a sociedade deve buscar não apenas o desenvolvimento econômico, mas também a justiça social, liberdade e redução das desigualdades (DUPAS, 2006).

No cenário de embate entre o desenvolvimento econômico *versus* a busca de justiça social, capitalistas, classe média profissional e trabalhadores, ricos e pobres, estão em constante choque. Pelo matiz econômico, para haver desenvolvimento é necessário que exista uma espécie de cooperação entre todos para a produção nacional, o problema são os termos dessa cooperação desigual em forças de trabalho e desigual em ganhos dos lucros. Neste modelo de desenvolvimento, a luta de classes existe e é inevitável, mas não impede o desenvolvimento econômico se for mantido dentro de limites razoáveis (BRESSER-PEREIRA, 2006).

No desenvolvimento econômico os estados democráticos através de seus governos são responsáveis por formular as políticas econômicas capazes de tornar possível a acumulação de capital e o progresso técnico, mas ao mesmo tempo precisa ter estratégias para manter o equilíbrio na tensão social básica entre as classes. Deste modo é fundamental a garantia da ordem pública, estabilidade política, bom funcionamento do mercado e boas oportunidades de lucro que estimulem os empresários a investir e inovar (HIRSCHMAN, 1986).

Em síntese, o desenvolvimento econômico promove a melhoria dos padrões de vida, mas não resolve todos os problemas de uma sociedade, devendo os estados nacionais modernos buscar ao lado do desenvolvimento econômico, estratégias e políticas de promoção de segurança, liberdade, justiça social e proteção do ambiente, como verdadeiros indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento humano a serem alcançados em prol das pessoas.

2.3 CEPAL: subdesenvolvimento e a teoria da dependência

Merece destaque tratar inicialmente da ONU e sua parcela de contribuição ao desenvolvimento. Depois do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945 foi criada um organismo internacional com a função de zelar pela manutenção da ordem internacional e que funciona até os dias atuais com o nome de Organização das Nações Unidas (ONU). Além de garantir a ordem, paz e direitos e deveres básicos entre os países-membros, a ONU também se solidificou como lugar para discutir e planejar políticas de desenvolvimento para os estados enquanto organismos internacionais (SILVA et al, 2016).

A questão é que na ONU também existe um desequilíbrio de poder entre os seus membros, o que necessariamente afeta as políticas de desenvolvimento. Pois, mesmo que a Assembleia Geral, que é o principal espaço de debates, tenha todos os países-membros igualmente representados para tomadas de decisões, ainda assim todas as deliberações dessa Assembleia estão subordinados ao Conselho de Segurança, que é uma espécie de órgão executivo da ONU formado por dez membros rotativos e cinco membros permanentes que são Estados Unidos, Inglaterra, China, França e Rússia. Estes membros permanentes têm poder de vetar qualquer matéria de forma isolada a partir das deliberações da Assembleia, o que propicia uma briga por interesses pessoais (SILVA et al, 2016).

Mesmo diante desse panorama de desequilíbrio, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) foi criada oficialmente em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus países-membros. Com o início da Guerra Fria, surgiu na agenda internacional o debate a respeito do subdesenvolvimento dos países periféricos, pois após a guerra, países da África juntamente com a América Latina se tornaram também atores inseridos no sistema internacional. Assim, um dos propósitos da CEPAL era garantir a inserção dos países periféricos da América e Caribe nas políticas de busca pelo desenvolvimento, por meio da cooperação e do avanço tecnológico e industrial, fazendo com que eles se tornassem potências emergentes e não apenas meros exportadores de matéria-prima como tem ocorrido ao longo dos séculos desde o período de colonização (BIELSCHOWSKY, 2000).

Até naquele momento, a desigualdade entre os pobres e ricos era explicado pela teoria das vantagens absolutas⁴ desenvolvidas por Adam Smith e a teoria das vantagens comparativas⁵ desenvolvidas David Ricardo. Entretanto essas teorias não explicavam o que acontecia de fato na América Latina, por isso era necessário pensar a América Latina a partir do seu próprio contexto histórico e contradições, buscando compreender as especificidades locais e afastando modelos e teorias importadas dos países ricos, por isso, os cepalinos influenciados pelo pensamento keynesiano defendiam ser necessário uma forte atuação do Estado no incremento da industrialização e superação da pobreza.

Na visão da CEPAL o mundo estava dividido em dois polos antagônicos, o centro desenvolvido e a periferia subdesenvolvida (Divisão Internacional do Trabalho) e buscava compreender os motivos que levava os países periféricos a ter um desenvolvimento lento, constatando-se por meio dos estudos promovidos na comissão que havia uma deterioração dos termos de troca (BIELSCHOWSKY, 2000).

Dentro da lógica de mercado capitalista-liberal os países periféricos continuavam pobres porque eram responsáveis por produzir matéria-prima de baixo valor e vender para os países desenvolvidos sem conseguir aparato próprio para processar essa matéria, ou seja, seus produtos não agregavam um valor maior e, quanto mais se aumentava a produção de produtos primários mais os preços caíam.

Por outro lado, os países ricos processavam nas indústrias a matéria-prima comprada dos países pobres, agregando alto valor aos seus produtos depois de industrializados, e que voltavam para ser vendido nos países pobres, ocorrendo assim o processo de estagnação e permanência do subdesenvolvimento. Esse processo se chamava deterioração dos termos de troca e em tese, com a intervenção da CEPAL, poderia se acabar com essa relação de dependência a partir da promoção da industrialização nos países periféricos, que não dependeriam mais do processamento de seus produtos no exterior (COUTO, 2007).

⁴ Adam Smith no livro “A riqueza das nações”, em 1776, disse que cada país deveria se concentrar naquilo que produz a um preço mais baixo e trocar parte dessa produção por artigos que custem menos em outras nações, pois com a especialização de produções em cada país, seria possível contribuir para a melhoria do bem-estar das populações (GOTIJO, 2007).

⁵ David Ricardo no seu livro “Princípios da Economia Política e Tributação” em 1817, aperfeiçoou as ideais de Adam Smith (Teoria das Vantagens Absolutas) com a Teoria das Vantagens Comparativas, demonstrando que, mesmo que um país possuísse vantagem absoluta sobre o outro na produção de todas as mercadorias, o comércio ainda assim poderia ser proveitoso para ambos beneficiando-os mutuamente (GOTIJO, 2007).

Portanto, a teoria da deterioração dos termos de troca pode ser considerada como o marco inicial dos estudos cepalinos, a qual identificou o problema na América Latina e possibilitou o início das discussões da teoria do subdesenvolvimento dentro da periferia, sendo elaborada por teóricos da Cepal, como Raul Prebisch⁶ e Celso Furtado⁷ a partir do início da segunda metade do século XX em diante.

Esses dois economistas de destaque advindos da escola estruturalistas do pensamento econômico faziam parte dos pensadores da CEPAL, sendo o intelectual mais destacado o argentino Raúl Prebisch que contribuiu significativamente com a proposta de modelo de substituição de importações onde defendia a abertura dos países periféricos aos investimentos estrangeiros com objetivo de acelerar o processo de industrialização, rejeitando a ideia de que seria melhor se manter com vocação agrária exportadora de matéria prima e construindo um parque industrial que pudesse suprir seu mercado interno com os produtos que precisava (COUTO, 2007).

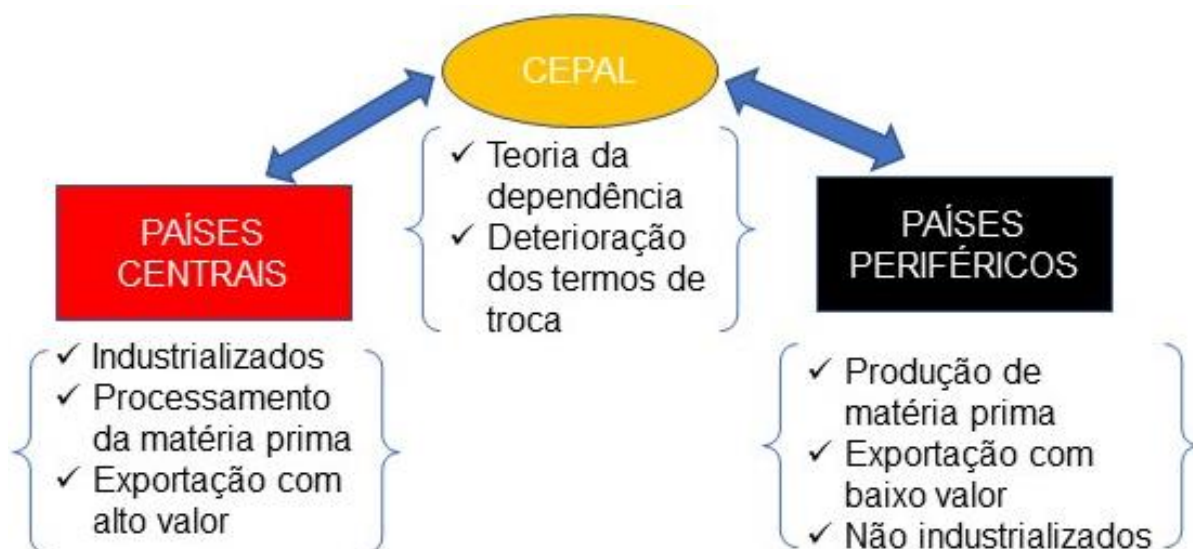
Outro economista importante na CEPAL foi o brasileiro Celso Furtado que fez significativas contribuições por meio da teoria estruturalista que visava uma reforma no modelo com o qual os países periféricos tentavam se industrializar. A obra de Furtado tenta caracterizar o subdesenvolvimento como uma condição estrutural da periferia, usando estudos históricos como base para demonstrar que o subdesenvolvimento é resultante de um processo de construção que não está obrigatoriamente relacionado com as etapas pelas quais passaram os países ricos, nem deve ser visto apenas como um patamar inferior da economia, mas é sobretudo um fenômeno que decorre do próprio desenvolvimento atingido pelos países capitalistas centrais. Ele propõe ampliar o desenvolvimento tecnológico e diversificar a indústria local de acordo com a demanda interna (FURTADO, 1980).

Em síntese, veja a Imagem 03 a seguir, que apresenta a função da CEPAL na relação de dependência que existe entre os países periféricos e países chamados centrais, e de modo esquematizado demonstra os principais apanágios desta interação na busca pela superação do subdesenvolvimento:

⁶ Raúl Prebisch (1901-1986) nasceu na Argentina, foi o mais destacado intelectual e economista da CEPAL, tendo iniciado a linha estruturalista do pensamento econômico e fincado as bases para a teoria da dependência (SILVA et al, 2016).

⁷ Celso Monteiro Furtado (1920-2004) nasceu no Brasil, foi um dos mais destacados intelectuais e economista do Brasil ao longo do século XX, publicando novos pensamentos sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento para países periféricos da América Latina como o Brasil e analisando o papel do Estado na economia (SILVA et al, 2016).

IMAGEM 03 – PAÍSES CENTRAIS, PERIFÉRICOS E A CEPAL



Fonte: Elaboração própria (2019)

O Brasil adotou esse modelo cepalino durante o Governo Vargas, afastando-se um pouco da base de comercialização advinda de uma economia agroexportadora e inserindo em seu mercado novos produtos. Na década de 60 a CEPAL propôs reformas aos seus membros, com o objetivo de desobstruir a industrialização tardia desses países. Na década seguinte ocorreu uma reorientação dos estilos de desenvolvimento para a homogeneização social e a diversificação pró-exportadora, expandindo o conceito de cooperação para além de interesses econômicos.

Celso Furtado, por exemplo, defendeu o processo de substituição de importação desenvolvendo o plano de metas no Brasil. Esse plano desenvolvido por Furtado permitiu junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDS), o investimento nas indústrias nascentes, a partir da ajuda do Estado, para que desta forma houvesse o crescimento ou desenvolvimento das indústrias e da economia dos países da periferia, frente aos grandes centros industriais do Norte (FURTADO, 2000).

Como uma derivação do pensamento de Raúl Prebisch e Celso Furtado sobre a teoria do subdesenvolvimento surgiu também a teoria da dependência que foi formulada por estudiosos como Ruy Mauro Marini, Teotônio dos Santos e Fernando Henrique Cardoso.

Essa teoria, com viés marxista, discute criticamente como se dá o processo de reprodução do subdesenvolvimento nos países periféricos em relação ao capitalismo.

Essa teoria ganhou grande repercussão na América Latina no final da década de 1960 e início da década de 1970 quando se percebeu que o desenvolvimento econômico não era uma mera receita de bolos que se seguia passo a passo até alcançar o resultado pretendido, isso porque existe uma relação de dependência entre os países que estão no centro da economia mundial e os países periféricos, isto é, uma relação de dependência capitalista (MACHADO, 1999).

Essa dependência indica que há uma subordinação entre quem tem o domínio da ciência, informação, tecnologia, mercados e finanças e quem depende de tudo isso de forma muito precária.

Essa relação de dependência tem dupla face, a primeira se trata do que já citamos nas relações de poder e subordinação entre os países centrais e periféricos configurando os interesses imperialistas, e a outra de cunho interno ao próprio país periférico se refere aos grupos e classes dominantes dentro do país.

Deste modo, diferentemente do que se pode imaginar, a teoria da dependência prega que o subdesenvolvimento não será superado apenas pelo alcance da modernização tecnológica ou informacional, ou industrialização em larga escala econômica apenas, mas é necessário uma ruptura do sistema de dependência do país periférico em relação ao país central ou até mesmo a ruptura com o próprio sistema capitalista, ainda que seja mais difícil (MACHADO, 1999). .

É importante mencionar que a partir da teoria da dependência também passou a fazer parte dessa análise cepalina o conceito de dominação na América Latina, em que ocorre a extração de riquezas naturais nos países dependentes, apoio dos países ricos aos regimes ditatoriais nos países periféricos, o crescente endividamento externo que torna os países pobres devedores e portanto dependente dos ricos e etc.

Essa dependência leva ao aumento da pobreza e desigualdades sociais, e segundo Milton Santos (2003) levou os países subdesenvolvidos a conhecerem pelo menos três formas de pobreza e, paralelamente, três formas de dívida social nos últimos cinquenta anos do século passado e primeiras décadas do século XXI:

A primeira seria o que ousadamente chamaremos de pobreza incluída, uma pobreza accidental, às vezes residual ou sazonal, produzida em certos momentos do ano, uma pobreza intersticial e, sobretudo, sem vasos comunicantes. Depois chega uma outra, reconhecida e estudada como uma doença da civilização. Então chamada de marginalidade, tal pobreza era produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho, internacional ou interna. Admitia-se que poderia ser corrigida, o que era buscado pelas mãos dos governos. E agora chegamos ao terceiro tipo, a pobreza estrutural, que

de um ponto de vista moral e político equivale a uma dívida social. Ela é estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; torna-se globalizada, presente em toda a parte do mundo. Há uma disseminação planetária e uma produção globalizada da pobreza, ainda que esteja mais presente nos países já pobres. Mas é também uma produção científica, portanto voluntária da dívida social, para a qual, na maior parte do planeta, não se buscam remédios (SANTOS, 2003, p. 34).

Este último tipo de pobreza mencionado por Santos (2003) é o tipo no qual o Brasil se encontra no contexto de subdesenvolvimento desde a década de 1950 considerando sua condição de país periférico. Trata-se de um novo tipo de pobreza, estrutural globalizada, resultante de um sistema de ação deliberada em que o desemprego é gerado em números assustadores e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo em que o poder público se retira das tarefas de proteção social. Neste sentido a atual divisão do trabalho e a ausência deliberada do Estado de sua missão social de regulação contribuem até mesmo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza.

Chega-se, portanto, a uma espécie de naturalização da pobreza, que seria politicamente produzida pelos atores globais com a colaboração consciente dos governos nacionais e, contrariamente às situações precedentes, com a conivência de intelectuais “contratados” para legitimar essa naturalização. Os pobres agora não são incluídos e nem marginais, eles são excluídos e o que antes era algo mais ou menos espontâneo, agora é movida por mecanismos que traz consigo a produção das dívidas sociais e a disseminação da pobreza numa escala global (SANTOS, 2003).

Neste viés de subdesenvolvimento e dependência, a produção da pobreza aparece como um fenômeno banal, algo natural e inevitável, mas que na verdade é uma pobreza produzida politicamente pelas empresas e instituições globais, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, querendo passar a impressão de ter interesses exclusivamente pelos desvalidos, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza, a serviço dos interesses econômicos dos Estados Unidos da América e outras potências aliadas. Assim, “acatam-se funcionalmente manifestações da pobreza, enquanto estruturalmente se cria a pobreza ao nível do mundo. E isso se dá com a colaboração passiva ou ativa dos governos nacionais” (SANTOS, 2003, p.36).

2.4 Do neoliberalismo à novas teorias do desenvolvimento

Entre 1970 e 1980 o aumento dos preços do petróleo, a crise financeira que atingiu alguns países e a crise fiscal que abateu o Estado de Bem-Estar Social levou a rediscussão sobre o desenvolvimento para as décadas de 1990 e 2000, trazendo à tona o neoliberalismo como política hegemônica sob o domínio dos países centrais e agências multilaterais controladas por eles, principalmente os Estados Unidos (FERREIRA, 1993).

Mais uma vez, buscando a superação da crise dentro do próprio sistema capitalista, resolveu-se não renunciar aos princípios do livre-mercado, mas resgatar fundamentos do liberalismo sob uma nova roupagem, tendo como consequência a redução da intervenção do Estado na economia.

É claro que se no liberalismo a ideia de desenvolvimento não era plena e, portanto, não favorecia a todos, no neoliberalismo apesar de uma nova roupagem aos princípios liberais o resultado acabou sendo o mesmo. Deste modo, no jogo econômico internacional, os países ricos e centrais continuaram fornecendo bens, serviços, produtos, tecnologia, infraestrutura e capitais de uma forma geral para os países pobres e periféricos, só que tudo isso por meio das agências financeiras e mediante condições e obrigações ao sabor e interesses dos países centrais, gerando alto endividamento e mantendo a dependência, apenas com uma nova cara (HARVEY, 2016).

Por isso, várias privatizações foram incentivadas e executadas pelas reformas econômicas resultantes das condições impostas pelas agências multilaterais como política de troca e dependência em que o Estado precisava ser diminuído na sua atuação diante da economia. Neste cenário, a maioria dos estados da América Latina tiveram que ceder a abertura econômica para capital estrangeiro, desregulação econômica e privatizações do setor público (IBARRA, 2011).

Com as políticas neoliberais não houve muita mudança em relação ao subdesenvolvimento dos países periféricos e a manutenção do desenvolvimento dos países centrais. Os *status quo* se manteve, as desigualdades aumentaram, a divisão internacional do trabalho continua existindo apenas com outra roupagem e o ciclo de dependência se mantém (HARVEY, 2016).

A ineficácia das políticas neoliberais para os países periféricos no setor social e de bem-estar trouxeram desastrosas marcas a partir da década de 1990, como

desemprego, pobreza e miséria em massa, alta concentração de renda e desigualdades sociais, elevados índices de mortalidade infantil e analfabetismo, dentre outras mazelas que se intensificaram mesmo diante da industrialização e consequente crescimento econômico de países como o Brasil. Esses países deixaram de ser vistos como subdesenvolvidos e passaram a ser chamados de países “em desenvolvimento” por causa do crescimento econômico, mas sem ter o mesmo sucesso nos indicadores sociais, justamente por causa da imposição da minimização de intervenção do Estado como condição para receber ajuda dos órgãos internacionais. Diante deste cenário foi preciso mais uma vez repensar as estratégias de desenvolvimento para essas regiões (DUPAS, 2006).

Nesta empreitada, surgiram novas alternativas desenvolvimentistas que pudessem dar conta do problema gerado pelo neoliberalismo para os países periféricos. Na década de 1990, o indiano Amartya Sen⁸ e o paquistanês Mahbub Ul Haq⁹ propuseram uma teoria alternativa que visava o desenvolvimento humano para além do desenvolvimento econômico. Criaram então, o índice de desenvolvimento Humano (IDH) que analisa o bem-estar das pessoas através da renda, expectativa de vida e educação. Assim, há uma relação entre o crescimento econômico e a necessidade e oportunidade que a população tem de fazer suas escolhas e exercer sua cidadania, buscando assim resultados mais justos e igualitários dentro do próprio sistema capitalista.

Portanto, desenvolvimento humano seria o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter com dignidade. Nesse processo de expansão das liberdades se inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para que cada uma exerça, na plenitude, seu potencial de crescimento (SEN, 2010).

⁸ Amartya Kumar Sen, nasceu na Índia em 1933, é professor de economia e filosofia na Universidade Harvard. Desenvolveu estudos sobre a fome, distribuição, pobreza e justiça social, e entende que o desenvolvimento não deve ser apenas medido através da economia, mas sobretudo pela expansão e aumento da liberdade de escolhas (SILVA et al, 2016).

⁹ Mahbub ul Haq (1934 -1998), nasceu no Paquistão e foi um influente e renomado economista, pioneiro da Teoria do desenvolvimento humano e criador do Relatório de Desenvolvimento Humano. Juntamente com Amartya Sen criou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que tem sido usado desde 1993 pela Organização das Nações Unidas no Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado anualmente (SILVA et al, 2016).

Assim, o desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não apenas como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas também como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam com qualidade e dignidade (SEN, 2010).

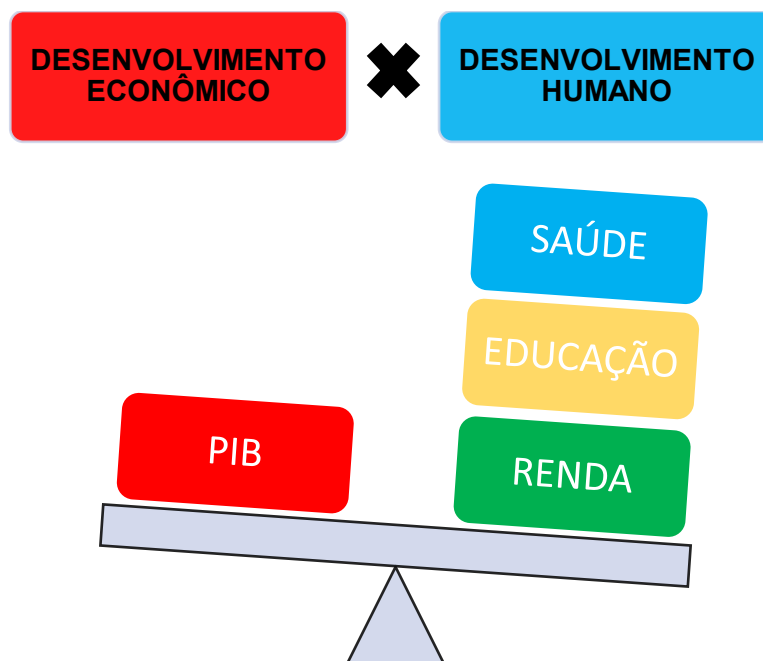
O crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida e, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades como vinha ocorrendo com o neoliberalismo. É preciso que este crescimento seja transformado em conquistas concretas para as pessoas: crianças mais saudáveis, educação universal e de qualidade, ampliação da participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio da renda e das oportunidades entre todas as pessoas, maior liberdade de expressão, entre outras. Assim, ao colocar as pessoas no centro da análise do bem-estar, a abordagem do desenvolvimento humano redefine a maneira como pensamos e lidamos com o desenvolvimento em âmbito internacional, nacional e local.

O conceito de desenvolvimento humano, bem como sua forma de mensuração, ou seja, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e a sua popularização se deu com a criação e adoção do IDH como medida do grau de desenvolvimento de um país, central ou periférico, reunindo três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas que são: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável (saúde), de ter acesso ao conhecimento (educação) e de poder desfrutar de um padrão de vida digno (renda).

Esse índice se apresenta como uma alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB), que se manteve hegemônico até 1990 como medida de desenvolvimento, mas paulatinamente tem sido substituída pelo IDH (PNUD, 2019).

Vejamos esquematicamente na Imagem 04, como a ponderação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento humano se apresenta em uma nova forma de ver a evolução social, modificando a concepção de desenvolvimento (econômico) que foi estudada e propagada ao longo dos últimos séculos:

IMAGEM 04 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E HUMANO



Fonte: Elaboração própria (2019).

A grande repercussão mundial do IDH se deu principalmente por causa da sua simplicidade, fácil compreensão e pela forma mais holística e abrangente de mensurar o desenvolvimento. Transformando em um único número a complexidade de três importantes dimensões, o IDH tornou-se uma forma de compreensão e fomento da discussão e reflexão ampla sobre o significado do desenvolvimento humano para a sociedade.

Ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena. A promoção do desenvolvimento humano requer que sejam ampliadas as oportunidades que as pessoas têm de evitar a morte prematura, e que seja garantido a elas um ambiente saudável, com acesso à saúde de qualidade, para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental (SEN, 2010).

O acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e da autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro (SEN, 2010). Educação constrói confiança, confere dignidade, e amplia os horizontes e as perspectivas de vida.

A renda é essencial para acessarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas também para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades. A renda é um meio para

uma série de fins, possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida (SEN, 2010).

Depois de 1990 a questão do desenvolvimento passou a ser uma agenda constante nos debates a nível internacional, e além do desenvolvimento humano outra preocupação que ganhou grande notoriedade foi a temática do meio ambiente, principalmente por causa do uso crescente de recursos não renováveis, da destruição de ecossistemas e poluição atmosférica provocado pelo crescimento industrial.

No ano 2000, a ONU proporcionou a criação da Declaração do Milênio, um documento assinado por mais de 180 países que criou uma parceria internacional para o desenvolvimento mundial fixando vários objetivos como a eliminação da fome, promoção da educação, redução da mortalidade infantil e a preservação do meio ambiente (ROMEIRO, 2012).

Nesta mesma esteira, em 2012, no Rio de Janeiro ocorreu a Rio+20, onde mais uma vez a ONU reuniu vários países em uma Conferência Internacional com o objetivo de se adotar medidas em comum para a promoção e alcance do desenvolvimento sustentável. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram definidos a partir de uma longa experiência da ONU em buscar promover uma sociedade mais justa e que respeitasse o meio ambiente (ROMA, 2019).

A primeira vez em que foi utilizado o termo Desenvolvimento Sustentável foi em 1972, na Conferência de Estocolmo. A partir de então, houve um movimento global em prol da sustentabilidade, e a ONU passou a organizar conferências que reunissem lideranças de todo o mundo para discutir e incentivar iniciativas para promover o desenvolvimento sustentável em seus países. Seu conceito surgiu inicialmente com o nome de ecodesenvolvimento nos anos 1970 e foi fruto do esforço para encontrar uma terceira via opcional aos desenvolvimentistas de um lado e defensores do crescimento zero do outro (ROMEIRO, 2012).

No ano de 2000, durante a Cúpula do Milênio, foram elaborados os Objetivos do Milênio (ODM), que são os antecessores dos ODS. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável substituem, então, os ODM, absorvendo o que não foi cumprido e estendendo o compromisso para todos os setores da sociedade global: empresas públicas e privadas, ONGs, governos, lideranças políticas, ativistas e sociedade civil (ROMEIRO, 2012).

Veja na Imagem 05, de forma sintética quais são os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável elaborados pela Organização das Nações Unidas para a Agenda 2030 e seus respectivos logos:

IMAGEM 05 - OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Fonte: Plan International Brasil (2019).

Como visto na imagem acima são 17 objetivos no total, que convergem entre si e integram temas como consumo sustentável, mudança climática, desigualdade econômica, inovação, diversidade, paz e justiça. Os ODS se desdobram, ainda, em 169 metas que possuem um prazo marcado para serem cumpridos: o ano de 2030. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável segundo o IPEA (2019) são:

1. Erradicação da pobreza: a meta deste objetivo é acabar com a pobreza em todos os lugares do planeta, e garantir o acesso de todos à educação, saúde, alimentação, segurança, lazer e oportunidades de crescimento.

2. Fome zero e agricultura sustentável: este objetivo consiste no alcance da segurança alimentar para todas as pessoas, além de uma melhor nutrição por meio da promoção de uma agricultura sustentável.

3. Saúde e bem-estar: sua meta é assegurar que todos os cidadãos tenham uma vida saudável e bem-estar, em todas as idades e situações.

4. Educação de qualidade: a educação deve ser acessível a todos, de modo inclusivo, equitativo e de qualidade. Além disso, deve promover a aprendizagem ao longo da vida.

5. Igualdade de gênero: todas as mulheres e meninas precisam se sentir empoderadas. A igualdade de gênero deve ser garantida em todos os setores da sociedade.

6. Água limpa e saneamento: o manejo sustentável de água e o saneamento devem ser garantidos a todas as pessoas.

7. Energia limpa e acessível: este objetivo procura garantir, a toda a sociedade, o acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável.

8. Trabalho decente e crescimento econômico: a orientação deste objetivo é promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além das oportunidades de um emprego pleno e produtivo para todos.

9. Inovação infraestrutura: a infraestrutura das cidades deve promover uma industrialização inclusiva e sustentável, fomentar a inovação e gerar oportunidades de emprego. Além disso, deve integrar a sociedade para uso inclusivo dos espaços públicos.

10. Redução das desigualdades: este objetivo consiste na busca pela redução das desigualdades em todas as suas esferas.

11. Cidades e comunidades sustentáveis: as cidades e os assentamentos humanos deverão ser inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

12. Consumo e produção responsáveis: com apoio das instituições públicas e privadas, deverão ser assegurados padrões de produção e de consumo que sejam sustentáveis e conscientes.

13. Ação contra a mudança global do clima: deverão ser tomadas medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e reverter os seus impactos.

14. Vida na água: os ecossistemas aquáticos e recursos hídricos também devem ser respeitados, por meio da conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e rios.

15. Vida terrestre: o objetivo indica a proteção, recuperação e promoção do uso sustentável dos ecossistemas terrestres. E o manejo sustentável das florestas, o combate contra a desertificação e a adoção de medidas para reverter a degradação do planeta e a perda da biodiversidade.

16. Paz, justiça e instituições eficazes: as sociedades deverão ser pacíficas e inclusivas, proporcionando para todos o acesso à justiça. As instituições devem ser eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

17. Parcerias e meios de implementação: o último objetivo prevê uma parceria global para a sustentabilidade, fortalecendo os meios de implementação.

Para que pudesse ter efetividade no Brasil, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram instituídos por meio do Decreto nº 8.892, de 27 de outubro de 2016, que criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS). Em outubro de 2017 a CNODS publicou o seu Plano de Ação 2017-2019, o qual previa, como parte da estratégia da Agenda 2030/Brasil, a adequação das 169 metas dos ODS e seus respectivos indicadores globais à realidade brasileira. Assim, a adequação das metas e indicadores foram atribuídas ao IPEA e ao IBGE, respectivamente, definidos como órgãos de assessoramento permanente da CNODS.

A etapa de adequação das metas à realidade nacional levou em consideração os seguintes princípios, segundo ROMA (2019, p. 39):

1) aderência às metas globais, com o intuito de não reduzir o seu alcance e magnitude; 2) objetividade, por meio do dimensionamento quantitativo, quando as informações disponíveis o permitissem; 3) respeito aos compromissos, nacionais e internacionais, anteriormente assumidos pelo governo brasileiro; 4) coerência com os planos nacionais aprovados pelo Congresso Nacional (PPA e outros); 5) observância às desigualdades regionais, e 6) observância às desigualdades de gênero, de raça, de etnia, de geração, de condições econômicas, entre outras.

Ainda sobre o processo de adequação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sua devida importância de implementação para o Brasil na busca de melhores condições de vida, ROMA (2019, p.39) aduz que:

Inicialmente os pesquisadores do Ipea analisaram e debateram internamente as 169 metas globais, elaborando propostas de adequação, quando necessário. Posteriormente essas propostas foram apresentadas em oficinas de trabalho que contaram com a participação de mais de 600 técnicos e gestores no total, integrantes de 75 órgãos governamentais envolvidos na implementação da Agenda 2030. Nessa etapa, realizada entre abril e maio de 2018, foram organizadas 17 sessões temáticas e instituídos 17 grupos interministeriais, correspondentes a cada ODS, os quais se dedicaram a apreciar a proposta inicial de adequação das metas elaborada pelo Ipea e, em seguida, a sugerir aprimoramentos necessários. Em continuidade aos debates iniciados nas oficinas e sessões temáticas, esses grupos trabalharam coletivamente, por meio de intensa comunicação via internet e

reuniões presenciais, de forma a acordarem sobre a proposta de adequação das metas.

Em síntese, de um total de 169 metas globais encaminhadas pela ONU, 167 foram consideradas pertinentes ao país, ainda que muitas delas tenham requerido alterações no texto para se adequarem às especificidades nacionais. No total, 39 metas globais foram mantidas em seu formato original e 128 foram alteradas, tendo em vista a necessidade de adequá-las à realidade brasileira, de conferir mais clareza ao seu conteúdo original ou, ainda, de quantificá-las com maior precisão. Adicionalmente, foram criadas oito metas, totalizando 175 metas nacionais, das quais 99 foram classificadas como finalísticas e 76 como de implementação.

Os resultados desse trabalho integram o relatório elaborado pelo IPEA e encaminhado à CNODS, que submeteu as propostas de metas nacionais a um processo de consulta popular por meio da internet, a fim de captar e sistematizar sugestões de adequação advindas da sociedade civil. O trabalho de adequação dos indicadores globais à realidade nacional, por sua vez, encontra-se em execução pelo IBGE.

3 ANÁLISE DIALÉTICA DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL, REGIONAL E ECONÔMICA DO COROADINHO SOB O ENFOQUE DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Inicialmente é necessário desvendar como o Coroadinho, que historicamente era chamado de “bairro” e a partir do século XXI passou a ser conhecido pelos termos “polo”, unidade de desenvolvimento humano, aglomerado subnormal ou simplesmente distrito, foi construído ao longo da história a partir da análise no campo político, econômico e social, buscando através das contradições existentes encontrar uma resposta sobre o suposto desenvolvimento desta área.

Por esse viés, os primeiros relatos que se tem notícia sobre os primórdios do que viria a ser o “Bairro” do Coroadinho remontam há décadas do início de sua ocupação, que só começou na segunda metade da década de 1970 (MOTA, 1990). Uma das principais referências para estas informações nasce das investigações de campo realizadas pela profa. Dra. Antonia da Silva Mota que entrevistou em 1987 diversos moradores daquele bairro ouvindo seus relatos sobre a ocupação, dificuldades, resistências e luta pelo direito à moradia ao longo dos anos, e conseguiu reconstruir parte da história do bairro ligando relatos pessoais, documentos, notícias de jornais, decisões judiciais e outros instrumentos.

Entre os vários relatos narrados pela pesquisadora citada, o de Dona Inês merece ser destacado, pois apresenta informações do início da década de 1940 quando Dona Inês e sua família passaram a ocupar as terras daquele futuro bairro. Segundo a pesquisa, Dona Inês nasceu em Carolina, sertão maranhense, na década de 1920 e sua família seguiu migrando por alguns municípios do Maranhão até chegarem na cidade de Barra do Corda, onde foram convidadas por um juiz de direito, chamado de Dr. Francisco Moreira, para morar em terras de sua propriedade que tinha em São Luís. Quando a família chegou nas terras do Dr. Francisco Moreira já encontraram algumas pouquíssimas pessoas morando no local, mas bem distantes umas das outras, de certo modo isoladas e sem qualquer ideia de vila ou aglomeração (MOTA, 2019). Essas terras estavam situadas na base do rio Bacanga¹⁰ e com

¹⁰ O rio Bacanga é um curso de água que tem sua nascente localizada na região do Maracanã e se estende por 19 km até desaguar na baía de São Marcos no oceano Atlântico, passando próximo de diversos bairros como Coroadinho, Sacavém, Pindorama, Vila Embratel, Sá Viana, Praia Grande e outros. Tem como principais afluentes o rio das Bicas, o rio Maracanã, o rio Gapara e a maior parte do seu curso é inundada pelas marés, tornando suas águas salobras e com uma biodiversidade associada aos manguezais (PEREIRA; ZAINÉ, 2007).

proximidade do rio das Bicas,¹¹ por isso sofriam influência da maré e em várias partes eram terrenos alagadiços ou constituía mangue.

Naquela época as terras ainda não haviam sofrido a influência e mudanças da paisagem urbana, sendo ainda um lugar isolado, pouco explorado, com poucas famílias e muita vegetação intacta. Os poucos habitantes que ali estavam viviam de plantar, pescar, caçar e sua produção era praticamente para subsistência familiar. Raríssimas vezes tinham seus excedentes de produção com destinações para oferta de venda ou troca em mercado fora daquelas terras (MOTA, 1990).

Mesmo neste contexto é possível afirmar que já havia uma inicial construção do espaço com a vivência daqueles poucos moradores e suas atividades sobre o solo. É importante frisar que não pretendemos limitar este debate apenas ao espaço geográfico, mas sim ampliar a abordagem e discutir também o espaço social. Neste sentido, busca-se um estudo “para trás” do espaço social na sua história e sua gênese, a partir do presente. Essa busca permite estudos locais em múltiplas escalas, inserindo-os tanto em uma análise geral como em uma análise específica, entretanto essa compreensão não exclui os conflitos, as lutas e contradições. Neste caso o local, o regional, o nacional, o mundial se implicam e se imbricam, incorporando-se sempre no espaço. Portanto, esse espaço social se apoia na globalidade e se organiza através do modo de produção concomitantemente às relações sociais (LEFEBVRE, 2006).

Então, para entender melhor esse cenário é necessário se situar no tempo e espaço, e buscar entender as condições sociais, políticas e econômicas não apenas daquela região, mas do todo onde ela está inserida e entrelaçada, quer seja a nível regional, nacional e até global (MARX, 2008). Para alcançar esse objetivo é fundamental mergulhar na história à procura de elementos do surgimento e organização do estado do Maranhão e da cidade de São Luís até a década de 1940, para entender como se deu a produção do espaço social a partir das lutas e contradições existentes ao longo do tempo, suas relações com outros estados e com o mundo, assim como as influências que contribuíram para construção da realidade que se pretende discutir.

¹¹ O rio das Bicas é o principal afluente do rio Bacanga, localizado na cidade de São Luís, foi um rio rico em peixes e com vegetação rica em manguezais, abrange os bairros COHEB, Sacavém, Coroadinho, Coroadado, Parque Amazonas, Bairro de Fátima, Parque Timbiras, Pindorama entre outros. O rio foi sendo degradado pela poluição e assoreamento por conta da ocupação urbana e obras ao seu redor ao longo das décadas (SANTOS, 2007).

3.1 Capitalismo mercantilista e a exploração no Brasil e Maranhão entre os séculos XVI e XVIII

Para encontrar o azimute histórico da formação econômica, político e social do Maranhão, urge remontar ao século XVI quando Portugal começou a implantar o seu império colonial na América do Sul a partir da sua expansão marítima. Essa expansão foi possível por conta de várias transformações que ocorreram na Europa Ocidental antes do século XVI.

Portugal é um país europeu, e a Europa Ocidental tem sua formação iniciada por volta do ano 1150 a partir das ruínas do Império Romano e povos bárbaros, o que pouco a pouco foi se modificando pela expansão da agricultura e comércio. Mas inicialmente, nessa Europa as cidades regrediram se mostrando uma região extremamente rural, com redução das trocas econômicas, fragmentação e descentralização do poder político, mesmo que culturalmente ainda existisse a ideia de império (FAUSTO, 1995).

A expansão agrícola aconteceu a partir de novas regiões cultivadas com a derrubada de florestas, secagem de pântanos e incentivo a expansão comercial que se deu principalmente por conta dos excedentes agrícolas não consumidos que ficavam passíveis de trocas e especialização na produção de determinados produtos e bens em cada domínio rural que acabavam por se abastecer mutuamente através do comércio. Assim, as cidades começaram a crescer novamente reunindo comerciantes, artesãos e até pessoas do campo que viam na cidade uma alternativa de vida mais favorável (MARÇAL, 2006).

Deste modo a Europa foi se expandindo geográfica e economicamente, claro que em marcha lenta, com certos retrocessos e estanques propiciados pelas guerras, batalhas, rebeliões, crises, epidemias devastadoras, variações de clima, condições do solo e as limitações inerentes a organização social feudal.

No meio deste cenário existia Portugal, que no final da idade média se mostrava um país autônomo e com tendência a voltar-se para fora do seu território, com certa experiência de comércio a longa distância desde o século XIII e XIV facilitado pelo seu envolvimento econômico com o mundo islâmico. Para sair da crise europeia Portugal percebeu que precisava expandir sua base geográfica e uma nova população a ser explorada, e com o impulso da Escola de Sagres no incentivo da expansão somada à localização geográfica favorável às correntes marítimas, empreendeu-se à aventura

marítima com maior ênfase seguindo o interesse de diversas classes, grupos e instituições da sociedade portuguesa como os comerciantes, o rei, os nobres, a igreja e até mesmo o povo sofrido vislumbrando uma vida melhor (FAUSTO, 1995).

É, pois, diante destas condições que Portugal e consequentemente a Europa chega ao Brasil, nem descobre e nem funda, apenas chega. E não importa neste estudo detalhar como chegou nas terras brasileiras, se foi por acaso ou se conscientes e estrategicamente guiados pelos seus estudos e objetivos de expansão, o certo é que estavam motivados por uma política e necessidade econômica daquela época, o que nos dá os primeiros indícios para perceber que a América e o Brasil seriam frutos do expansionismo fomentado pelo mercantilismo, através do capitalismo comercial (HARVEY, 2005).

Diante desta primeira premissa precisamos analisar melhor o mercantilismo. É cediço que o comércio era uma prática antiga do ser humano, mas, a partir de meados do século XV, houve uma significativa mudança, nesta forma de olhar para o comércio e suas relações: o mercantilismo (COSTA, 2016). Sinteticamente, o mercantilismo foi a intensificação das relações comerciais na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, o que mostra claramente que a mudança no sistema econômico gerou profundas transformações tanto no velho mundo, a Europa principalmente, como no novo mundo a “descobrir” onde estava inserido o Brasil. Por isso a análise desta empreitada deve ser pontuada pelo viés da mudança do sistema econômico, fator preponderante para as transformações que viriam a acontecer (HARVEY, 2016).

Com a chegada de Portugal no Brasil daquele século, o domínio português se deu apenas pelo sistema de instalação estratégica de alguns pontos costeiros de fortalezas e empórios, que serviam de representação da afirmação do domínio de Portugal, entretanto havia um custo para isso e no intento de minimizar o ônus financeiro destas instalações o governo português recorria à prática do escambo, principalmente em relação ao pau-brasil e outras especiarias que tinha valor de comércio na Europa naquela época, formando-se assim as colônias de exploração, as quais:

No início do século XVI, não interessava a Portugal estabelecer uma colonização de povoamento nos trópicos, como ocorreu na América do Norte, para onde europeus fugidos dos conflitos político-religiosos da Europa iam a fim de trabalhar e construir uma nova vida. No Brasil, isso não aconteceu porque não se precisava de mão de obra, pois essa seria fornecida por negreiros, que já contavam com os fornecedores de escravos na África e dominavam a logística do negócio. A questão de que o europeu não formou

colônia de povoamento no Brasil porque não se adaptava ao clima tropical é uma meia verdade. Fato é que a América do Norte não tinha, do ponto de vista comercial, muito a oferecer à Europa, seu clima era bem parecido e produzia os mesmos produtos. Mas, pelo mesmo motivo — o clima —, a América do Norte atraiu quem estivesse em busca de imigrar. Era nas regiões de clima tropical que se encontravam produtos novos, diferentes, para se comercializar. **O problema, portanto, de não haver se formado no Brasil — desde os primórdios da colonização — uma colônia de povoamento que nos legaria um outro tipo de sociedade foi única e exclusivamente o negócio precedente em Portugal: o comércio de escravos** (COSTA, 2016, p. 26). (grifo nosso)

Neste contexto, Portugal deu prioridade ao arrendamento das “suas terras” aqui no Brasil para grandes empresários, por meio das Capitanias Hereditárias, de natureza extremamente mercantil, das quais prosperam apenas a de São Vicente e Pernambuco. De todo modo a maioria dessas capitanias foi concedida à famílias de origem judias vindas das ilhas dos Açores e Madeira, onde a plantação da cana-de-açúcar prosperava havia décadas. Por isso os banqueiros e comerciantes judeus se encarregavam de financiar todo o processo e assim ficavam com o monopólio do transporte, refino e distribuição do produto na Europa. Os portugueses forneciam as “suas” terras e, lucravam recolhendo impostos e tributos dos engenhos arrendados, assim como lucravam também com o monopólio do fornecimento de mão de obra, ou seja, com a oferta de escravos adquiridos na África. Nas palavras de Costa (2016, p. 26) “não se pode falar em um processo de colonização, o que ocorreu nesse período até 1534 foi um processo de terceirização. Portugal terceirizou tudo. Ganhava bem menos do que poderia auferir, mas também economizava um esforço imenso”.

Depois do fracasso da maioria das capitanias hereditárias, Portugal resolveu instituir o Governo-Geral em 1549 por Tomé de Souza que no mesmo ano fundou a cidade de Salvador, na Bahia (FAUSTO, 1995). Além do fracasso das capitanias, passou a existir também o risco iminente de invasão francesa e holandesa, e por isso Portugal institucionalizou a produção de açúcar nos engenhos e resolveu assumir os negócios na Colônia, inclusive por conta do início do declínio dos negócios no Oriente, que começaram a sofrer com a crescente concorrência da Inglaterra e da Holanda (MARÇAL, 2006).

Vejamos que a todo custo a prioridade de Portugal sempre era buscar um jeito de se “desenvolver” economicamente, sem importar com as consequências ou destino das terras exploradas, o que se demonstra um apanágio do desenvolvimento capitalista desde os tempos mais remotos, como vimos no capítulo anterior.

É neste contexto que o Maranhão foi integrado no sistema de pontos estratégicos de Portugal para garantia da “propriedade” das “suas” terras a partir do século XVII, logo depois que os franceses com o objetivo de criar a França Equinocial se instalaram e fundaram a cidade de São Luís em 1612, mas em seguida foram combatidos, derrotados e expulsos pelos portugueses na retomada das terras através da Batalha de Guaxenduba em 1614 (LACROIX, 2006).

Diante do risco das invasões e perda das terras os portugueses resolveram dividir o Brasil em dois estados: o do Brasil com sede em Salvador e outro no Maranhão. Mas apesar da aparente importância política no Nordeste do Brasil a partir dessa medida, o Maranhão continuou tendo uma evolução econômica precária no século XVII, com base apenas na produção de açúcar, aguardente de cana e mandioca, e na pecuária bovina, e isso se deu principalmente pela escassez de mão de obra economicamente ativa e a tributação latente da Corte Metropolitana (MEIRELES, 2001). Nem mesmo o ciclo canavieiro implantado teve reflexos positivos no Maranhão naquele momento.

Ressalta-se que neste período colonial o que houve foi apenas um "boom" econômico no Maranhão, que decaiu por que a economia era comandada de fora e para fora da Província, pois a quase totalidade da renda gerada era transferida para metrópole que controlava tudo, impedia a diversificação da economia e a criação de uma infraestrutura social, além do problema da alta concentração da renda nas mãos de poucas pessoas e da base de todo o sistema ser escravista (MEIRELES, 2001).

Fatores externos, nacionais ou internacionais, mesmo que ainda não se falasse de globalização nesta época, desde o começo influenciaram o Maranhão e consequentemente São Luís. Neste período colonial, merece destaque como acontecimento a nível internacional que irá reverberar no Brasil e no Maranhão a formação da União Ibérica e o movimento da Contrarreforma que levaram o Brasil a ser coberto pelo manto do atraso, com visíveis reflexos em São Luís.

Isso porque o sistema de exploração do açúcar no Brasil tinha como principais financiadores e investidores os judeus sefarditas que eram radicados na Holanda. Com a Reforma Protestante que se mostrou como uma crítica ao sistema religioso católico em 1517, surge também uma forma de ver a religião mais alinhada com o capitalismo (WEBER, 2013), entretanto nasce a Contrarreforma como movimento de reação, perseguição e combate a tudo e todos que não seguissem os preceitos do

catolicismo, inclusive os judeus. Ressalta-se ainda que o berço da contrarreforma se deu na Espanha que já havia expulsado os judeus de seu território naquele momento.

Portanto, com a formação da União Ibérica (Portugal e Espanha) as relações e negócios de Portugal com a Holanda foram cortadas, primeiro como forma de vingança por causa da guerra entre Espanha e Holanda em 1568, segundo porque a Espanha queria se apropriar do negócio do açúcar dos holandeses no Brasil e por fim porque os holandeses romperam com o catolicismo e se aliaram ao protestantismo (MARÇAL, 2006). Diante deste cenário logo o negócio do açúcar financiado e monopolizado pelos judeus holandeses ficou insustentável no Brasil por conta das perseguições e começou a declinar, tendo reflexos negativos também em São Luís.

Por isso os holandeses resolvem tentar invadir a sede do Governo Geral na Bahia em 1624, e como não conseguiram, invadiram o Recife em 1630. Uma vez que firmaram e consolidaram a conquista de Pernambuco em 1637, quando Maurício de Nassau tomou posse como governador da agora colônia holandesa. Além da notabilidade histórica deste episódio merece ser frisado ainda a distinta forma de visão e forma de governar dos portugueses *versus* holandeses, e como essas diferenças poderiam ter ecoado distintamente ao longo dos anos e séculos futuros na história do desenvolvimento do Brasil (COSTA, 2016).

A Holanda tinha interesses comerciais e econômicos sem dúvida alguma, mas nem por isso deixou de promover ações que pudesse melhorar as condições de sobrevivências e humanização dos povos sujeitos ao seu governo. E, diga-se de passagem, que nenhum outro governo que esteve, direta ou indiretamente à frente de alguma cidade ou povo em terras brasileiras se preocupou em promover alguma espécie de desenvolvimento neste período.

Quando veio ao Brasil, Maurício de Nassau trouxe ao Recife uma comitiva composta por escultores, astrônomos, pintores, cientistas, historiadores, arquitetos, entre outros intelectuais e artistas renomados na Europa daquela época. Em sua política procurou promover grandes melhorias urbanas, como o calçamento de ruas com pedras e construção de moradias. Pode-se dizer indubitavelmente que sua administração foi marcada pela preocupação com o desenvolvimento dos centros urbanos, a construção de canais para evitar inundações, pontes, escolas, teatros, hospitais, asilos, estradas e fortes. Permitiu também o funcionamento da imprensa, criou bibliotecas, museus e um observatório astronômico, transformando o Recife na cidade mais desenvolvida do Brasil naquele período, em extremo contraste com a

pobreza de outras cidades brasileiras, inclusive São Luís, que se tivesse também sido governada pelos holandeses e sua política de desenvolvimento promovida no Recife teria dado rumo distinto à cidade maranhense (COSTA, 2016).

Salta aos olhos portanto a distinção entre o capitalismo com viés de desenvolvimento urbano dos holandeses e o capitalismo meramente predatório (HARVEY, 2005) dos portugueses, ao que se considera sem ser determinista, que se o governo holandês se expandisse e tivesse continuidade no Brasil, provavelmente o futuro do povo brasileiro poderia ter sido mais otimista.

Porém, os holandeses foram expulsos do Brasil em 1654 e os portugueses retomaram o seu domínio predatório. A produção de cana-de-açúcar foi intensamente afetada com a expulsão dos holandeses que desencadeou, principalmente no Nordeste, um ciclo irreversível de ruína dos negócios açucareiros.

Da União Ibérica, economicamente falando, a mais vistosa “vantagem” que o Brasil logrou foram as incursões ao interior do continente, apanágio da colonização espanhola, que além de buscar a exploração das terras do interior, propiciava a fundação de cidades urbanisticamente organizadas e criação de universidades, algo que também não ocorreu com a mesma ênfase no Brasil como em outros territórios da América colonizados pelos espanhóis. Foi inclusive por meio dessas incursões, que se descobriu o ouro e pedras preciosas em Minas Gerais, o que para Portugal significava o recomeço dos negócios de exploração na colônia (FAUSTO, 1995).

Assim, diante da decadência do negócio do açúcar no Nordeste e a descoberta do ouro em Minas Gerais, não por acaso, em 1763, a capital do país foi transferida do Nordeste para o Sudeste, ou seja, de Salvador para o Rio de Janeiro, o que vai desencadear um cenário de constante declínio para o Nordeste e suas cidades a partir desse período.

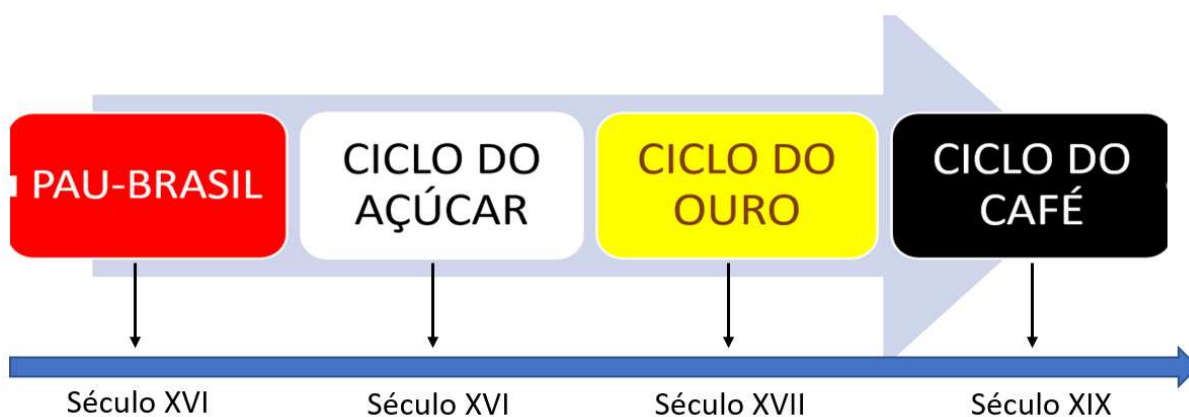
Especificamente no Maranhão, além de ser afetado pela decadência do ciclo do açúcar com a expulsão dos holandeses e não ser diretamente beneficiado com a descoberta do ouro, no início do século XVIII a situação se agravou mais ainda pelo término legal da escravidão indígena. Naquele século só voltou a ter mudança considerável na economia do Maranhão com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão pelo Marquês de Pombal, pois essa companhia passou a ter o monopólio mercantil do suprimento de mão de obra escrava, implementos e insumos agrícolas e de crédito aos produtores com ênfase no cultivo do algodão, que se expandiu por parte da última metade do século XVIII e primeiras

décadas do século XIX, motivado principalmente por causa da independência dos Estados Unidos da América do Norte e o seu rompimento com a Inglaterra. Nesta época também a pecuária ganhou números expressivos assegurando o abastecimento de carne e exportação de couros, e São Luís se dimensionou como a quarta maior cidade brasileira em população naquele momento (TRIBUZI, 2011).

Neste interim, em Minas Gerais, a política tributária imposta pela metrópole, com a implantação de pedágios, alfândegas, e a proibição da circulação do ouro que não fosse tributado, levará à Inconfidência Mineira, onde se questionou e entrou em declínio o próprio sistema colonial, assim como o ciclo do ouro no Brasil. No apagar das luzes da mineração e suas revoltas surgiu a produção do café que começou a ganhar volume nas exportações para a Europa e que terá seu ciclo em alta até a grande crise mundial de 1929. As plantações de café se iniciam no Rio de Janeiro e depois migra para São Paulo que começa a ganhar destaque no cenário nacional, até então existente apenas nas cidades do Nordeste. As fazendas de café funcionam de forma parecida com o açúcar: latifúndios, monocultura e trabalho escravo. Depois dos senhores de engenho e grandes mineradores, agora surgem os barões do café, que com o tempo se tornará a nova elite política, econômica e social no Brasil (MARÇAL, 2006).

Em síntese, veja o esquema na Imagem 06 dos ciclos da economia brasileira, desde a chegada dos portugueses no século XV até início do século XX:

IMAGEM 06 – ECONOMIA BRASILEIRA EM CICLOS



Fonte: Elaboração Própria (2019)

Entretanto, a produção do café não chega em São Luís, mantendo suas exportações na primeira metade do século XIX baseadas no algodão para a Inglaterra.

Isso porque depois que Napoleão Bonaparte invadiu a Espanha e Portugal, praticamente toda a América espanhola se libertou da colonização (Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela e Peru), com a ajuda e reconhecimento da Inglaterra que tinha interesse de expansão econômica (FAUSTO, 1995). Mas no Brasil, única colônia portuguesa, ao invés da libertação, vai suportar ver a família real sendo migrada para suas terras com ajuda da Inglaterra, e em troca dará abertura dos portos brasileiros para nações amigas e redução diferenciada das taxas de alfândega.

Isso aconteceu porque a primeira fase da Revolução Industrial na Inglaterra tinha sua base no algodão e com o bloqueio continental imposto por Napoleão, o algodão produzido no Brasil passava antes pelo porto de Lisboa, ao qual os ingleses não tinham mais acesso, e o algodão da América do Norte também não estava chegando por conta da Guerra da Independência dos Estados Unidos. Então para não comprometer o progresso da Revolução Industrial, os ingleses convencem a família real a se mudar para o Brasil e abrir seus portos. É justamente neste período que o Maranhão exportou quase toda a sua produção de algodão para a Inglaterra, ou seja, entre o final da extração do ouro e o auge da produção do café, o algodão foi o grande produto de exportação brasileiro e maranhense (TRIBUZI, 2011).

Ressalta-se ainda que por interesse e a pedido dos ingleses, na contramão do progresso do capitalismo industrial, Portugal determinou que se extinguisse todas as manufaturas têxteis no Brasil, mantendo o país como mero fornecedor de matéria prima (COSTA, 2016) o que retrata claramente a teoria da dependência visto no capítulo anterior. O Brasil só terá um processo de industrialização notável a partir 1930, ficando no atraso do capitalismo comercial em todo o período até essa data, com reflexos direto na impossibilidade de desenvolvimento econômico e social das cidades que não tivesse produção do café como expoente.

3.2 Abandono socioeconômico do Nordeste e a política de aparelhamento elitista frente ao capitalismo industrial atrasado do Brasil

Em 1809, Napoleão foi derrotado e seus exércitos foram expulsos de Portugal, que agora pretendia restabelecer o sistema colonial e conseqüentemente o monopólio comercial com o Brasil, como outrora. Do outro lado os que vieram para o Brasil com a família real e aqui já viviam há mais de 10 anos, construíram patrimônio, estabilizaram suas vidas e não queriam mais voltar para Portugal, tampouco viver sob

o sistema de colônia. Para a Inglaterra que se beneficiou com a abertura dos portos o sistema colonial e monopólio de Portugal seria um retrocesso e, portanto, foi viabilizado por interesses econômicos a independência do Brasil em relação a Portugal, que ocorreu em 7 de setembro de 1822 por D. Pedro I que fortemente pressionado pelas elites brasileiras e com o apoio da Inglaterra, afrontou Portugal declarando a independência do Brasil mediante pagamento de indenização à Portugal com empréstimos concedidos pela Inglaterra (FAUSTO, 1995). O Brasil em tese se libertou de Portugal, mas se fez refém da Inglaterra econômico e politicamente.

No período imperial a economia do Brasil passou a viver o auge da produção do café e, todo o aparelhamento do Estado se voltou para a política econômica cafeeira, apresentando de um lado uma classe muito rica e abastada e do outro o restante do país na miséria e pobreza, como já havia mencionado sobre São Luís. Por outro lado, a Inglaterra pressionava contra o tráfico de escravos porque queria transformá-los em trabalhadores assalariados e consequentemente consumidores como era de se esperar do sistema capitalista em crescimento (HARVEY, 2013). Em 1850 a Lei Eusébio de Queirós extinguiu o tráfico de escravos no Brasil e o desenvolvimento da economia maranhense teve um fortíssimo freio, pois estava baseada na força de trabalho escravo, passando a depender apenas das taxas de sobrevivência e reprodução dos escravos que já existiam por aqui. Assim, a produção de algodão declinou drasticamente, levando os produtores maranhenses a mudarem sua atividade para o açúcar. Houve, portanto, forte investimento na modernização dos engenhos criando grandes unidades agroindustriais à custa de pesadas dívidas, o que rapidamente encontrou o fracasso financeiro somado à libertação dos escravos em 1888 (TRIBUZI, 2011).

Uma vez em liberdade, os escravos abandonaram as fazendas em grande proporção e poucos deles, lentamente, voltaram a trabalhar com seus antigos proprietários. Por isso, mais uma vez os empresários maranhenses mudaram seu rumo de investimentos, desta vez voltado para indústria seguindo o surto fabril do sul do país e o capitalismo industrial que avançava na Europa, tentando assim transformar o Maranhão agrícola em Maranhão industrial, mas que não alcançou os resultados que esperava. Por questões climáticas e econômicas o Maranhão nesta época não se beneficiou da imigração de europeus como ocorreu no sul do Brasil e, como agravante no apogeu do ciclo amazônico da Borracha ainda houve um maior

esvaziamento da força de trabalho do Estado que aos poucos foram migrando para Amazônia (TRIBUZI, 2011).

Consubstanciado nas mudanças sociais e econômicas provenientes da Lei Eusébio de Queirós, o Brasil viveu um surto desenvolvimentista. Uma verdadeira transformação na diversificação de suas atividades produtivas principalmente no Sul e Sudeste, com a constituição de empresas e sociedades anônimas, linhas telegráficas, estradas de ferro e outros empreendimentos frutos da visão industrial semeada pelo Barão de Mauá¹² que importou essas ideias de alguns países europeus que viviam o capitalismo industrial. A partir desse momento, o incentivo ao comércio, ao desenvolvimento urbano e aos profissionais liberais criou um tipo de nova elite no país, que irá rivalizar com a antiga elite, ruralista, escravocrata, latifundiária, que tomava conta do poder (COSTA, 2016).

À medida que essa nova elite foi enriquecendo passou a querer também participação no poder político do país e essas duas elites passaram a medir forças e a travar uma batalha pelo poder. É deste modo que surge em 1871 o Movimento Republicano, que tinha como uma de suas características mais importante o federalismo, onde principalmente São Paulo e o Sudeste como um todo queria se ver livre do restante do Brasil, inclusive do Nordeste. Nesse período o Sudeste vai se desenvolver de forma descomunal em relação ao Nordeste (FURTADO, 2000).

Em 13 de maio de 1888 a princesa Isabel declara extinta a escravidão no Brasil, o que acirrou mais ainda a luta pelo poder entre as duas elites brasileiras. Em 15 de novembro de 1889 diante da articulação de um golpe militar organizado pelas elites sem nenhuma participação popular, sem nenhuma revolução, foi proclamada a República do Brasil. A transição da monarquia para a república no Brasil ocorreu de forma quase imperceptível, representando apenas um arranjo de forças políticas e econômicas das elites que vinham lutando há tempos e que se acirrou desde o 13 de maio de 1888 com o fim da escravidão (FAUSTO, 1995).

São Luís e o Nordeste não tinha influência política no poder diante das elites do Sul e Sudeste do país. Por isso, apenas assistia e vivia sob as consequências provenientes das decisões tomadas na luta pelo controle econômico e político do país

¹² Com o nome de Irineu Evangelista de Sousa, recebeu inicialmente o título de Barão e depois o de Visconde de Mauá, sendo um visionário comerciante, industrial e banqueiro brasileiro e um dos pioneiros em vários investimentos econômicos, inclusive com forte contribuição à industrialização do Brasil no período do Império (SOUZA; FOSSATTI, 2013)

voltado para beneficiar apenas alguns. O restante da população continuou vivendo na miséria e efeitos do capitalismo industrial atrasado em luta com a elite agrícola.

Já na República, foi criado o Governo Provisório, constituído por Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto e o federalismo deixava de lado a figura do imperador que centralizava tudo na capital do país para dar poder aos estados, na figura dos governadores e, conseqüentemente grupos políticos das elites locais. Com as eleições presidenciais São Paulo afrontou Deodoro que resolveu revidar nomeando governadores em São Paulo contra os interesses das elites cafeicultoras (MARÇAL, 2006).

Por isso, a elite cafeicultora paulista articulou um golpe contra Deodoro, que diante das fortes pressões que recebeu e da falta de apoio renunciou em 23 de novembro de 1891. Daí para a frente, primeiro com Floriano Peixoto, depois com Prudente de Moraes, São Paulo vai dominar o poder político e se aparelhar através do Estado brasileiro, revezando-se no poder com Minas Gerais sempre no interesse de suas classes, o que ficou conhecido como política café com leite (COSTA, 2016).

Diante de todo esse cenário o Maranhão entra no século XX sem uma economia sólida e sem integração à economia nacional. Os latifundiários continuaram a explorar a pecuária extensiva e a produção do algodão, ampliando também a comercialização das amêndoas do babaçu que ganhou relevante valor na época da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nesse período o estado do Maranhão teve suas finanças empresariais e públicas equilibradas e viveu alguns anos de otimismo, mas que rapidamente voltaram aos seus índices normais de mediocridade após o término da Primeira Guerra Mundial, pois não houve nesse período de ganhos financeiros alterações na estrutura produtiva do Estado, mantendo total dependência ao mercado externo (BOTELHO, 2012).

Após a Primeira Grande Guerra surgiu na política brasileira Getúlio Vargas, após São Paulo ter rompido com a política do café com leite e ter lançado a candidatura de Júlio Prestes para presidente do Brasil, por isso os mineiros se uniram à Aliança Liberal formada por Getúlio (RS) e João Pessoa (PB), que mesmo assim perderam o pleito mas acusaram Júlio Prestes de fraude nas eleições, e apoiado pelas Forças Armadas Getúlio iniciou o que ele mesmo chamou de Revolução e assumiu o Governo Provisório, dissolvendo o Congresso, demitindo os governadores e nomeando interventores federais.

Depois de muita pressão do estado de São Paulo que se sentia intensamente prejudicado com essa sequência de fatos, Getúlio promulga a Constituição de 1934 e mantém o sistema federativo e eleições para presidente, a qual ele mesmo vence com mandato até 1938. Neste período sai de cena as oligarquias cafeeiras e ganha destaque a nova elite industrial, ao redor de quem os interesses passaram a ter força perante o Estado.

Ao se aproximar as eleições de 1938, Getúlio se ver cercado por grupos que queriam tomar o poder, de um lado os comunistas e do outro a oligarquia paulista. Mas a produção industrial estava crescendo bastante com os financiamentos e vantagens proporcionados pelo governo federal, e por isso Vargas precisava manter-se no poder. Para alcançar esse intento, criou-se uma suposta revolução comunista (Plano Cohen) e sobre o argumento de combatê-lo, em 1937 o Exército cercou e fechou o Congresso Nacional, dando início ao que ficou conhecido como Estado Novo. Uma quarta Constituição foi criada centralizando os poderes nas mãos do presidente, que podia dissolver o Congresso, extinguir partidos políticos, abolir liberdade de imprensa, nomear interventor nos estados e aumentar o tempo do mandato presidencial que até aquele momento era de apenas 4 anos (FAUSTO, 1995).

O objetivo deste novo golpe era dar continuidade à industrialização do Brasil, garantindo a manutenção da elite industrial no poder político e econômico através do aparelhamento do Estado e financiamentos e incentivos de toda ordem. Paralelamente Vargas precisava acalmar os ânimos dos trabalhadores e operários urbanos que se mostravam um perigo em potencial, e para isso criou a Justiça do Trabalho, estabeleceu a política do salário mínimo, criou o imposto sindical e a Consolidação das Leis do Trabalho (FURTADO, 2000). Tudo isso para garantir os trabalhadores para o lado do governo e evitar que fossem cooptados pelos comunistas.

A partir de 1939 o mundo passou a experimentar a sua Segunda Guerra Mundial, e o Brasil no período pré-guerra tinha efetuado diversos acordos econômicos com a Alemanha e Estados Unidos. A Alemanha após a ascensão do nazismo ao poder passou a praticar uma política de aproximação e influência tanto no campo econômico como no campo ideológico sobre os países da América Latina (COSTA, 2016). E os Estados Unidos depois da crise de 1929 voltou a se recuperar

paulatinamente também aumentando novamente sua influência econômica internacionalmente (HARVEY, 2016).

Da aproximação do Brasil com a Alemanha naquele período resultou que a Alemanha se tornou o maior comprador de algodão brasileiro e o segundo maior comprador de café, assim como diversos outros acordos econômicos entre os dois países, inclusive com o fornecimento de armamentos para o Exército Brasileiro.

Vale lembrar que desde 1930, o Brasil era governado por Getúlio Vargas, e mesmo com todos os acordos econômicos realizados com a Alemanha, antes da guerra Getúlio mostrou sua inclinação para apoiar os Estados Unidos, já que passou a perseguir os integralistas que eram representantes do fascismo no Brasil. Quando a guerra começou as relações comerciais entre Brasil e Alemanha foram cortadas e os Estados Unidos se aproximaram mais ainda, tanto com acordos econômicos como com influência ideológica, o que ficou conhecida como a política da boa vizinhança. Tudo isso foi fundamental para o Brasil tomar posição na guerra ao lado dos EUA e romper as relações diplomáticas com o Eixo formado por Japão, Itália e Alemanha em 1942 (FAUSTO, 1995).

Neste período o Brasil teve cinco navios mercantes afundados por submarinos alemães e por isso Vargas declarou guerra à Alemanha, enviando 25 mil militares brasileiros para a frente de batalha ao lado do exército americano, que ficou conhecida com a Força Expedicionária Brasileira em 1943 (FAUSTO, 1995).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e todo o envolvimento que o Brasil teve neste período, somado aos 15 anos de Getúlio Vargas no poder, a sociedade começou a pressionar pelo fim da ditadura e a volta da democracia com eleições diretas. Getúlio então alterou a Constituição de 1937 e marcou eleições gerais para 02 de dezembro de 1945, mas sofreu um golpe militar bem antes, em 21 de outubro de 1945 e se afastou sem oferecer resistência. Quem venceu as eleições para presidente foi o General Dutra, que era candidato do próprio governo, e Vargas se elegeu senador, não havendo qualquer tipo de ruptura com o *status quo* (COSTA, 2016).

Ressalta-se que no período da Segunda Guerra Mundial a economia maranhense volta a ser reanimada pela demanda do algodão, de tecidos e do babaçu repetindo-se o surto que ocorreu no período da Primeira Guerra Mundial. E mais uma vez, ultrapassado o período da Guerra Mundial a economia volta aos seus níveis medíocres e permanece assim até a década de 1950, enquanto o parque fabril vai se

decompondo aos poucos, principalmente pela primitividade tecnológica dos equipamentos que ainda eram os mesmos de 1890 e, portanto, já estavam obsoletos (BOTELHO, 2012).

Assim percebemos que os fatos ocorridos internacionalmente sempre tiveram influência direta na política econômica e social do Brasil. E que a partir destes fatores o Nordeste e, portanto, o Maranhão, acabavam por ter seus rumos e “desenvolvimento” definidos por estas estratégias e políticas externas e internas a nível de governo federal, mas que não mudavam os rumos de São Luís porque eram sempre voltadas para as elites do Sul e Sudeste, com visão exploratória e sem que se tivesse políticas públicas voltadas de fato para o urbanismo, melhoria da qualidade de vida, atenção aos pobres e redução das desigualdades sociais.

O Brasil e o Maranhão desde o seu surgimento até o final da Segunda Guerra Mundial, apenas serviu para satisfazer a busca pelo lucro, primeiro na fase do capitalismo comercial e em seguida com o capitalismo industrial. Inicialmente a exploração era apenas dos países estrangeiros sobre o Brasil, depois passou a ter exploração de lucro a todo custo internamente também, ou seja, as elites que se formavam nos ciclos econômicos juntamente com a classe política que apoiava e aparelhava a exploração e sua manutenção, promoviam políticas públicas e econômicas voltadas apenas para as classes altas, enquanto a classe pobre vivia a mercê da miséria, principalmente no Nordeste e inclusive em São Luís.

É neste contexto socioeconômico e regional que a família de Dona Inês estava inserida quando por volta de 1940 foi convidada para ocupar terras em São Luís pelo Dr. Francisco Moreira depois de já ter passado por outros municípios do Maranhão em uma tentativa migratória de encontrar um lugar onde pudesse sobreviver e morar com dignidade.

As pessoas que naquela época passaram à habitar ali, como Dona Inês, seus familiares e outros em situações semelhantes não eram donas das terras, mas apenas recebiam autorização para morar no local e cuidar do espaço enquanto estivessem ocupando, porém sem qualquer título de propriedade ou direito de reivindicação da posse (MOTA, 2019).

Veja-se que antes de 1940, ali naquelas terras em sua maioria só havia a natureza ainda inalterada pelo homem e que futuramente seria o bairro do Coroadinho, aos poucos as pessoas foram ocupando e utilizando o espaço para sobreviver e modificando simploriamente a paisagem, mas até aquele momento algo

não fora modificado: o direito de propriedade. Mesmo antes de qualquer habitação, as terras já teriam ou poderiam ter “donos” que em uma perspectiva abstrata se denominam proprietários daquele espaço, adquirindo-a por meios dos mais diversos possíveis que desembocam sempre em algum documento que formalmente lhe dão “direito” de proprietário no aspecto legal.

Mas não se pode olvidar que a lei não se confunde com direito e muito menos com justiça. A lei é criada pelos homens e para os homens, portanto esconde interesses de grupos que detém o poder político ou econômico de determinado local e momento. Muitas vezes a lei garante direitos sem justiça, e isso inclui a propriedade de terras (ARCANGELI, 1987).

Pelos relatos narrados no início desse capítulo, é notável que os “donos” da terra só tinham direito abstrato e talvez legal a elas, mas não viviam, não utilizavam, não eram concretamente proprietários do bem imóvel, já que outras pessoas é que residiam no local, cuidavam e exploram a terra para sua sobrevivência. Em suma, abstratamente os donos são os que detém o direito legal sobre elas, concretamente os donos seriam os que vivem e cuidam da terra, mas a construção social e ideológica da luta de classes aponta para o caminho contrário (MARX, 2008).

A questão é que as pessoas que ali viviam naquele período não se sentiam donas, tinham a noção de que viviam de favor e que aquelas terras nunca iriam lhes pertencer, já que a lei não jogava do seu lado e a ideia de direito e justiça não os alcançava neste sentido (MOTA, 2019). Deste modo sobreviviam conformados com sua condição o que levava a reprodução do *status quo* dia após dia, sem intentar qualquer invasão, ocupação ou inversão de título da propriedade, ou pelo menos não se tem notícias e nem relatos sobre esse tipo de intenção nesta época.

Esse conformismo das pessoas que habitavam aquelas terras é fruto da ideologia liberal e do sistema capitalista. São pessoas pobres e que sem condições de viver dignamente acabam se convencendo que essa desigualdade de classes, a ausência de propriedades e bens, assim como outras consequências direta ou indiretamente ligadas à falta de condições econômicas faz parte de um curso natural da vida (NETTO, 2004). Ora, se faz parte da evolução natural da vida, então a máxima é que deveria ser aceito por todos em tom de conformismo e até mesmo gratidão pelos favores concedidos.

É por esse motivo que nestas relações entre moradores e “donos” não aparenta haver sentimento de inversão de posse dos que habitam em relação à terra habitada,

não pensam em se tornar “donos” ou de tomar para si, pelo menos não nessa época, pois estão conformados que tudo isso faz parte de uma evolução natural e que o direito é regido por leis que devem ser respeitadas de todo modo, além de que podem até se sentir privilegiados de terem encontrado pessoas “bondosas” que mesmo sendo “donos” cedem suas terras para que eles possam morar.

O que precisa ser esclarecido é que toda essa estrutura de relações não é natural. O homem não surgiu vinculado a uma propriedade ou com ideia de posse e desigualdade. Tudo isso faz parte de uma construção histórica e social, onde as aparências anuviam a mente de quem vê superficialmente a realidade, sem criticar ou analisar detidamente o que está por trás da aparente realidade (NETTO, 2004).

Como a realidade é construída social e historicamente, estas relações se mantiveram assim por vários anos até que na década de 1970 começaram a ter mudanças forjadas pelo êxodo rural para a capital e alterações na estrutura fundiária do estado do Maranhão, provocando um aumento populacional da cidade de São Luís e consequente expansão da cidade rumo a sua periferia (MOTA, 2019).

3.3 Desenvolvimento no Nordeste e formação do Coroadinho a partir de 1950

Até aqui esse estudo materialista sobre o enfoque histórico da política socioeconômica e regional brasileira serviu de base para entender como o Brasil chegou a 1940 e quais suas influências no contexto de desenvolvimento do Nordeste e de São Luís que possam explicar a primeira ocupação por alguns poucos moradores nas terras do Coroadinho na década de 1940, que passaram a usar a terra para pequenas plantações e que começaram a viver ali vindos do interior e de outros estados. Até aquele momento a área do Coroadinho era chamada simplesmente de Sítio Caboclo (MOTA, 1990).

O processo de ocupação em massa do bairro do Coroadinho só ocorreu em março de 1977, então é fundamental entender os fatores políticos, sociais e econômicos que ocorreram no Brasil e no mundo entre 1940 e 1977 para verificar quais deles foram, direta e indiretamente, determinantes na ocupação definitiva das terras do Sítio Caboclo, que atualmente é um bairro consolidado em São Luís.

No cenário nacional, Vargas voltou ao poder, agora eleito democraticamente em 1950 e, aumentou mais ainda o incentivo e criação das indústrias de base, para o abastecimento nacional. É nesse período que cria também a Petrobras, e várias

usinas hidrelétricas levando o Brasil a experimentar um rápido desenvolvimento da industrialização e da sua urbanização, incentivado pelo Estado por meio de benefícios e empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952 (FAUSTO 1995).

O desenvolvimento da indústria gerou o aumento do número de trabalhadores, que teve explosão de greves gerais por conta do cenário inflacionário nos anos 1950. Getúlio para apaziguar resolveu dar 100% de aumento aos trabalhadores e viu a partir deste fato as classes elitistas de empresários se voltarem contra ele, o que vai culminar com sua morte e o fim da política nacionalista brasileira (MARÇAL, 2006).

Em seu lugar foi eleito Juscelino Kubitschek que com seu famigerado Plano de Metas iniciou um projeto desenvolvimentista com o slogan “50 anos em 5” com forte apoio externo dos Estados Unidos (EUA) a fim de atrair investimentos por meio de empréstimos e instalação de empresas norte-americanas, tudo isso em meio a Guerra Fria entre EUA e a União Soviética.

No governo de Juscelino Kubitschek o Brasil passou a trocar as ferrovias pelas rodovias como incentivo à fabricação de automóveis, trazendo para o país grandes montadoras multinacionais e levando à míngua até se extinguir a Fábrica Nacional de Motores (FNM) criada em 1939 por Vargas para produzir automóveis nacionais. Também em seu governo se deu início à construção de Brasília, uma cidade planejada e organizada, mas que estava na contramão da urbanização precária das demais cidades brasileiras naquela época (COSTA, 2016).

Esse período é marcado pela promoção do desenvolvimento da infraestrutura e da industrialização, com investimento em estradas e produção de automóveis incentivando a produção e geração de emprego. Este cenário é típico da teoria keynesiana, onde a intervenção do Estado na economia se justificava para garantir um Estado de bem-estar social (HARVEY, 2016).

Enquanto isso, no Maranhão de 1950 a 1960 há apenas uma diversificação agrícola principalmente no que tange aos cereais, que foi potencializado pela decisão do governo federal de investir na interligação rodoviária de todas as regiões do país, inclusive do Maranhão com o Nordeste e restante do Brasil facilitando assim o escoamento e a imigração nordestina. O sistema rodoviário multiplicou os polos de comercialização no interior do estado e depois de séculos quebrou o oligopólio da Praia Grande no centro de São Luís dando novos rumos à economia do estado

(TRIBUZI, 2011), mas não há que se falar de efeitos imediatos em São Luís por meio das políticas nacionalistas e desenvolvimentista do governo federal.

Uma ressalva importante para esta análise é que na década de 1940, dos 41.236.315 habitantes, apenas 31,24% moravam em áreas urbanas, o que reflete o começo do processo de modernização implantado a partir dos anos 1930, que não havia despertado o interesse das pessoas pelo ritmo do desenvolvimento e da qualidade de vida urbana. Apenas a partir da década de 1950 esse quadro começa a se alterar, quando 24% da população rural migra para as cidades, 36%, em 1960; e 40%, em 1970, correspondendo nessas três décadas a 40 milhões de pessoas, o que levará a um aumento muito rápido de pessoas na cidade que não estavam preparadas para recebê-las (COSTA, 2016).

Portanto, é nas décadas de 1950 e 1960 que os estudos sobre o desenvolvimento regional e urbano foram fortemente influenciados por teorias do desenvolvimento econômico, que como já afirmamos na metodologia, não utilizaremos como único paradigma, mas vamos utilizar também a perspectiva marxista como o modo mais adequado para as questões que se propõe aprofundar, pois buscamos analisar a organização do espaço e suas relações com a estrutura e dinâmica do modo de produção capitalista, assim como seus reflexos gerados pela luta de classes (BRANDÃO, 2007).

Inclusive, Carlos Brandão (2007) afirma a impossibilidade de uma teoria geral do desenvolvimento regional e urbano, alegando que é preciso mergulhar no concreto e no histórico para captar e apreender as manifestações concretas dos fenômenos inerentes à dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista em cada situação específica pois, trata-se de estruturas, relações, dinâmicas e processos historicamente determinados.

É principalmente a partir do contexto socioeconômico e espacial do Nordeste na segunda metade do século XX que se busca entender mais especificamente a formação do bairro do Coroadinho em São Luís-MA, ou seja, é necessário que se analise o Nordeste enquanto região, dentro de um recorte espacial e temporal, de forma concreta e histórica para poder entender o seu “desenvolvimento”.

Deve-se lembrar, como vimos anteriormente, que a formação econômica do Nordeste brasileiro teve a agricultura e pecuária como base nos primeiros séculos de sua “existência” e, destacou-se inclusive por ser a gênese da economia nacional (FURTADO, 2000). No século XX, no final da década de 1950, Celso Furtado,

coordenou o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) e apresentou um relatório que fundamentou a estratégia inicial de ação da SUDENE¹³ para essa região (OLIVEIRA, 1981). Cabe registrar que a questão regional no Nordeste “nasceu” como um “problema” que, não por acaso, se redefine a partir de um projeto de industrialização brasileiro durante o governo de Juscelino Kubitschek, cujos esforços tiveram como azimute a criação de um setor produtor de bens de consumo duráveis, formado no Brasil com investimentos do grande capital externo (VIEIRA, 2006).

Observamos que há um forte nexos entre o “desenvolvimento” do Nordeste, a partir da suposta necessidade de industrialização da região e o investimento de capital estrangeiro para lograr êxito neste projeto de industrialização, como já estava ocorrendo no Sudeste do país. É, portanto, perceptível a forte influência do capital internacional por meio de forças políticas, para produzir uma paisagem geográfica favorável à sua própria reprodução e subsequente evolução no Nordeste brasileiro. É claro que não se pode crer, através do simples discurso do “desenvolvimento”, ainda que proferido ou apoiado pelo Estado, em ingênuas intenções de proporcionar crescimento e melhorias desta região e seu povo. É necessário que se questione a quem interessa ou interessava de fato tal “desenvolvimento” e que benefícios cada ator neste cenário do sistema capitalista vai obter, posto que o desenvolvimento geográfico capitalista será sempre desigual no tratamento da produção do espaço e das riquezas. (HARVEY, 2016)

Além de estimular a industrialização no Nordeste como discurso para superar as dificuldades geradas pela “velha” base agroexportadora nordestina, uma outra proposta central e que interessa a esta pesquisa, era tratar sobre a colonização do Maranhão. Isso porque a SUDENE, estudando o Nordeste, constatou a existência de uma progressiva e acelerada corrente migratória de cerca de cinco mil famílias por ano do sertão dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e principalmente do Ceará e Piauí para as áreas de Caxias, Bacabal e Pindaré-Mirim no Maranhão, à medida que se abria a BR-316 (GTDN, 1967). Os camponeses, fugindo das secas do Nordeste, saíam de seus locais de moradia em busca de novas

¹³ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foi criada originalmente pela Lei nº 3.692, de 1959, idealizada no governo do presidente Juscelino Kubitschek, tendo à frente o economista Celso Furtado, como parte do programa desenvolvimentista adotado.

terras para recomeçarem suas vidas com seus familiares. Contudo, na maioria das vezes esbarravam na grilagem das terras por grandes detentores do capital regional e políticos locais. Geralmente tinham que negociar para usar a terra, repartindo os lucros ou então seguindo em busca de outro local (WAGNER, 1981).

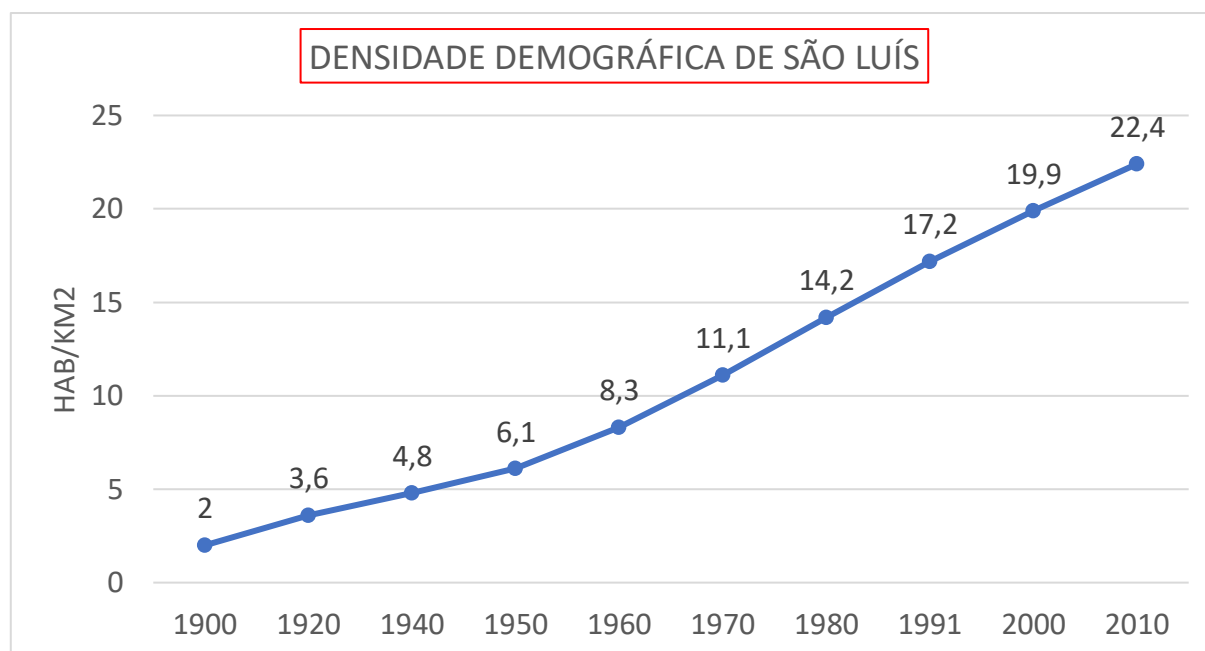
Sobre essa “grilagem” nas terras maranhenses, urge destacar que na década de 1970 com a criação da Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO) e com a entrada em vigor da “Lei Sarney de Terras” o governo do estado do Maranhão passou a ter autorização legal para alienar terras públicas e implantar um grande projeto de colonização, que permitiu a venda de grandes extensões de terras para sociedades anônimas e grupos empresariais. Entretanto essas terras já eram ocupadas por pequenos produtores agrícolas e povos indígenas, que tiveram que sair destas áreas à força (conflitos judiciais e com a polícia), o que aumentou a tensão social e agravou os conflitos com os grandes empresários, levando o Maranhão a ser uma das regiões de mais intensos conflitos de terra em todo o país naquele momento, por causa da privatização das suas terras que, ao invés de servir para assentar os “retirantes” nordestinos fugidos da seca como previa o projeto da SUDENE, serviu ao capital privado mais uma vez, com circunflexão ao “desenvolvimento” econômico (WAGNER, 1981).

Neste sentido Milton Santos (2004) afirma que os lugares se diferenciam neste sentido pela capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos, que é maior ou menor, de acordo com as condições locais como equipamentos, infraestrutura, acessibilidade, legislações locais, impostos, relações trabalhistas etc. Pois, da mesma forma como se fala de produtividade de uma máquina, também é possível falar de produtividade espacial ou produtividade geográfica mas, com a ressalva de que esta produtividade pode não ser duradoura, desde que outro lugar passe a oferecer àquele produto melhores vantagens comparativas de localização, estabelecendo assim a ideia de um exército de reserva de lugares.

Por tudo isso, muitas famílias resolveram migrar do interior para a capital do estado em busca de poder estabelecer moradia e tentar viver melhor, já que como em São Luís se concentrava o poderio do capital público e privado em relação ao restante do estado, então no imaginário dessa população campesina, provavelmente a vida poderia ser diferente, pois supostamente haveria emprego e melhores condições de vida.

Constata-se assim, que desde a década de 1950 o crescimento demográfico de São Luís começou a se elevar consideravelmente e não parou mais de crescer acompanhando a tendência nacional de aumento da população urbana em detrimento da rural, conforme se pode ver no Gráfico 01:

GRÁFICO 01: CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE SÃO LUÍS



Fonte: IBGE (2010). Adaptado pelo autor.

Pela análise do gráfico percebemos que no período estudado, ou seja de 1950 a 1980, a densidade demográfica da cidade de São Luís mais do que dobrou em quantidade de habitantes por quilometro quadrado, e com certeza com aumento absoluto da população na capital.

Além do aumento populacional e da expansão urbana, também houve mudança na característica socioeconômica, isto é, de mercantil São Luís passou a ser fabril e paulatinamente industrial, dando ênfase dessa forma a uma nova classe social: o proletariado (operário), que será elemento essencial para se entender o surgimento de novos bairros e vilas na capital do Maranhão (CURVELO-MATOS, 2014).

Na década de 1980 houve uma redefinição da economia maranhense no processo de acumulação capitalista, pois o estado deixou de ser mero produtor de alimentos e passou à condição de produtor de divisas a partir da nova dinâmica industrial impulsionada pelos grandes projetos industriais (minero-metalúrgico,

agropecuário, reflorestamento e seus polos industriais) desenvolvidos sob a égide da ALCOA e Companhia Vale do Rio Doce, no âmbito do Programa Grande Carajás¹⁴.

A implantação do Consórcio ALCOA S.A/Billington Metais S.A, para a industrialização da bauxita e produção de alumina e alumínio em São Luís estabeleceu os alicerces de um capitalismo “moderno” no Maranhão, desenhado sob o pano de fundo de disputas entre as grandes potências capitalistas pelo controle de matérias-primas nos países subdesenvolvidos e pela articulação de novos espaços econômicos à dinâmica global de reprodução do capital (BARBOSA, 2013).

Esses projetos econômicos sem dúvidas foram essenciais para solidificar o processo de migração de pessoas para a capital do Maranhão neste período, que fugindo da grilagem de terras no interior e as péssimas condições de trabalho e sobrevivência, buscaram nestes grandes investimentos na capital uma oportunidade de emprego, direta ou indiretamente, em função desse crescimento econômico e também almejavam melhores condições de habitação e sobrevivência. Mas, logo que essas pessoas chegaram em São Luís começaram a perceber que a capital não estava preparada para o assentamento habitacional, para lhes abrigar com espaço e oportunidades para todos.

Sem perder de vista esse contexto de migração de pessoas de outros estados para o Maranhão e principalmente do interior para a capital em busca de moradia e emprego, é importante destacar o magistério do professor Antônio José de Araújo Ferreira que tratando da década de 1980 aduz que:

Na “Região de São Luís”, por exemplo, o maior centro urbano permanecia sendo São Luís, pois esta é a capital do estado do Maranhão e apresentava as funções político-administrativa e de prestação de bens e serviços mais estruturadas, diversificadas e sofisticadas, as quais concorriam para a maior abrangência espacial, o que se mantém até o momento atual, 2016. Com relação aos serviços de indústria, estes destacam-se pela instalação do Complexo Industrial e Portuário (...). Também contribuíram para a tal boa acessibilidade através da rodovia BR-135 e das ferrovias São Luís-Teresina (EFSLT) e São Luís-Carajás (EFC), que tornaram esse centro urbano fortemente atrativo. (FERREIRA, 2017, p. 54-55)

¹⁴ O Programa Grande Carajás foi uma proposta formulada autoritariamente, sem qualquer participação da sociedade brasileira, num período de total instabilidade do Estado brasileiro – no qual a capacidade de endividamento do país começava a atingir os seus limites. A proposta preliminar da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na Amazônia Oriental, foi um projeto nacional de exportação, concebido como instrumento de política econômica para resolver os problemas do endividamento externo do país (BARBOSA, 2013, p. 120).

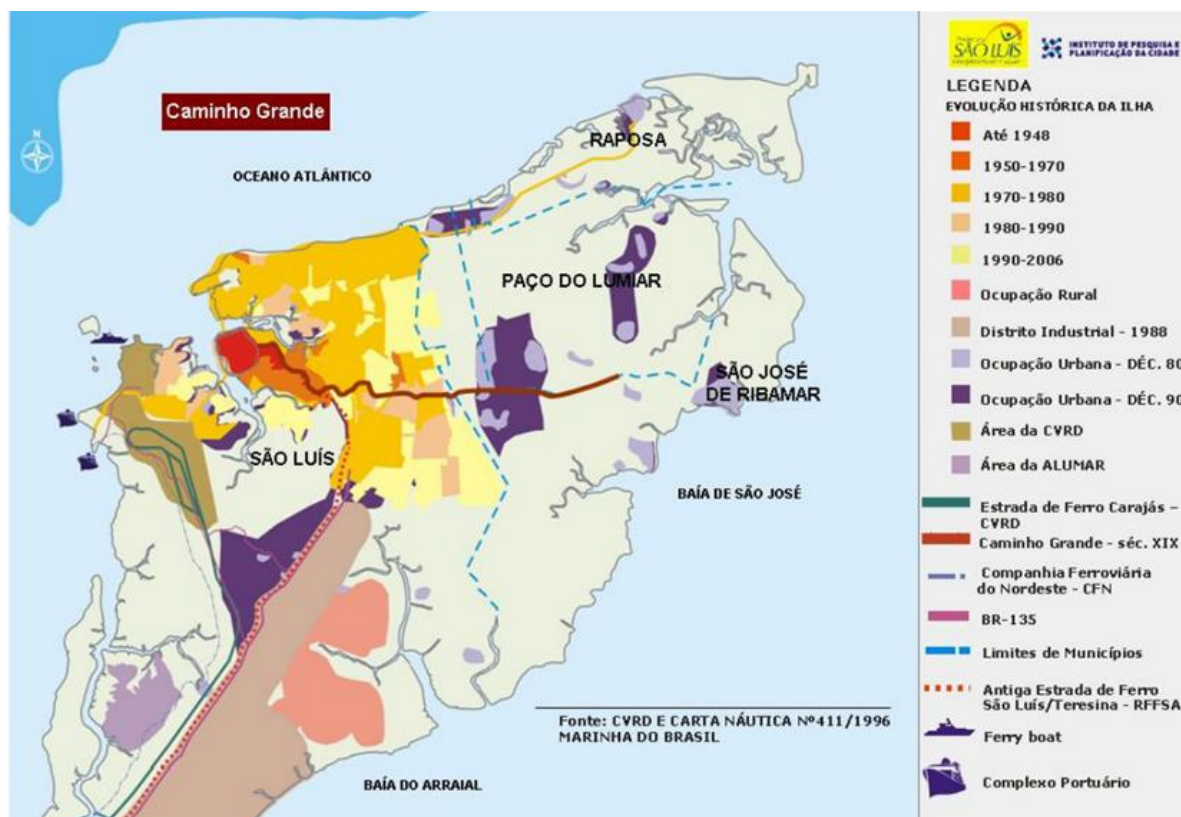
Portanto, no centro de São Luís, estavam concentrados não só a população com maior poder aquisitivo, político e econômico da Estado, mas também seus comércios, negócios, habitações, assim como todo o aparato e estrutura do poder público. Observa-se que quanto maior for o capital circulante em determinado local e as condições socioeconômicas da sua população, maior também serão os investimentos e melhorias em infraestrutura, saúde, educação, habitação, segurança pública, lazer etc., e por isso neste cenário cresce também a especulação imobiliária e o alto custo de vida. E justamente esses altos custos e padrões de vida que eram incompatíveis com a população pobre oriunda de migração ou aos nascidos dentro do sistema capitalista de reprodução do *status quo* social de pobreza e miséria da própria capital do estado do Maranhão.

Como as cidades crescem do centro para a periferia, nota-se que, quanto mais negócios e infraestrutura houver neste centro, maior será o custo para viver na referida localidade, e tanto maior será a força de expulsão/deslocamento, principalmente da classe trabalhadora, sem muitos recursos financeiros, para o setor periférico do perímetro urbano. Diga-se ainda, que, essa expulsão ocorre muitas vezes de forma sutil, sem grandes alardes, e outras vezes em meio a conflitos e uso da força. Em São Luís, o crescimento populacional desencadeou pelo menos duas formas de expansão e construção de moradias: uma planejada, a partir dos conjuntos habitacionais fomentados pelo estado e a outra “irregular” (do ponto de vista legal) também chamadas de invasões ou ocupações.

Esse processo de expansão em São Luís começou pelo que era conhecido como “O Caminho Grande”, que através de uma linha de bonde começava pela atual Rua Grande, passando pela avenida Getúlio Vargas e depois avenida João Pessoa, levando as pessoas através de estrada de chão batido até ao Distrito do Anil. Foi por este caminho que surgiram os primeiros bairros fabris e vilas operárias de São Luís desconcentrando deste modo parte da população do centro da cidade, tais como: Bairro Diamante, Fabril, Liberdade, Vila Passos, Monte Castelo, Jordoá, João Paulo, Filipinho, Outeiro da Cruz, Anil, etc. Além de separar a elite econômica do restante da classe média e proletariados no que tange a dividir espaço para moradia, essa expansão para longe do centro da cidade evitavam também habitações fora dos padrões prediais de azulejos portugueses e franceses do centro que faziam parte da arquitetura símbolo da alta classe de São Luís naquele momento (CURVELO-MATOS, 2014).

Vejamos a seguir no Mapa 01, o Caminho Grande em São Luís que mostra através da linha vermelha o percurso do centro ao anil no século XIX, no processo de expansão dos bairros para longe do centro.

MAPA 01: CAMINHO GRANDE NA ILHA DO MARANHÃO



Fonte: Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade (1996)

Neste contexto de migração e expansão, podemos ainda acrescentar que a influência do espaço urbano na área do Coroadinho para que houvesse uma ocupação alguns anos mais tarde, vindo do centro de São Luís para a periferia, teve início desde bem antes, ainda na década de 1960 quando o governo do estado começou a realizar algumas obras nas proximidades desta região, acompanhando, mesmo de longe o ritmo de investimentos e melhorias de infraestruturas promovidas pelo governo federal.

Neste período, em âmbito nacional, depois que Juscelino Kubitschek terminou o mandato, Jânio Quadros (presidente) venceu junto com João Goulart (vice-presidente) a eleição de 1960. Mas Jango, tinha algumas ideias de cunho socialistas e ao chegar no poder, incomodava as elites do país que em plena Guerra Fria e com empresas e bancos norte-americanos tendo investido milhões de dólares no Brasil,

temiam tempos ruins para o capitalismo. E nunca é demais lembrar que a estabilidade do governo e manutenção da ordem sempre dependia do apoio das elites econômicas e dos militares. Assim, através de uma articulação política entre militares e elites econômicas, em 1º de abril de 1964 foi instituído o regime militar no Brasil até o ano de 1984. Durante este período, sucederam-se no poder os seguintes presidentes militares até o fim do regime: Castelo Branco (1964-1967); Costa e Silva (1967-1969); Emílio Médici (1969-1974); Ernesto Geisel (1974-1979); e João Figueiredo (1979-1984) (COSTA, 2016).

Em 1964, o governo militar criou o Banco Nacional de Habitação (BNH) com o objetivo de alavancar a construção civil no Brasil a partir de financiamentos de moradias urbanas e populares, tentando colaborar para o fortalecimento da economia através da construção civil e estruturação das principais cidades no país, com os projetos das Companhias de Habitação Popular (COHAB's), inclusive no Maranhão, estes projetos é que vão ajudar no processo de expansão de São Luís para além do centro e dos bairros fabris já existentes no “Caminho Grande” (BURNETT, 2012). Desses conjuntos habitacionais que foram criados nesta época podemos destacar o bairro do Angelim, Bequimão, Cidade Operária, Radional, Jardim América, Turu, Vinhais e outros.

Por outro lado, quem não tinha condições de morar no centro ou não fazia parte da classe média trabalhadora para poder adquirir uma moradia por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH) só teve uma única opção: assentar-se “irregularmente” em áreas supostamente privadas ou públicas, entretanto periféricas em relação ao centro. E, sem ajuda do governo e qualquer infraestrutura ou planejamento tiveram que estabelecer moradia e enfrentar lutas judiciais e embates com os supostos proprietários e muitas vezes com a polícia.

É, portanto, neste contexto e a partir da década de 1970 em diante que o Coroadinho começou a crescer demograficamente para além dos poucos moradores que migraram e se instalaram em 1940 como já mencionado. Várias casas de taipa foram sendo construídas, terrenos sendo distribuídos, mata sendo derrubada e pouco a pouco as pessoas foram ocupando o espaço onde antes só havia mangue, morro e vegetação com pouquíssimos moradores.

Vejamos a partir da Imagem 07, retirada do Jornal “O Imparcial” de 1979, uma foto de como estava a ocupação do Coroadinho naquele ano:

IMAGEM 07 – AGLOMERADO DE CASAS NO COROADINHO EM 1979

Fonte: Mota (2019). O Imparcial, 1979.

A partir desta ocupação seu perímetro territorial seguiu sendo ampliado paulatinamente durante a década de 1980 dando origem a outras vilas ao redor do bairro o que despertou olhares de mais pessoas sem moradia que viviam em outras localidades, e assim foi aumentando cada vez mais rapidamente a migração e ocupação em massa das terras do Coroadinho, principalmente de moradores que já haviam se instalado anteriormente em outra área, chamada de Coroadado e que ficava bem próximo dali, a menos de dois quilômetros uma da outra (FRÓES, 2004).

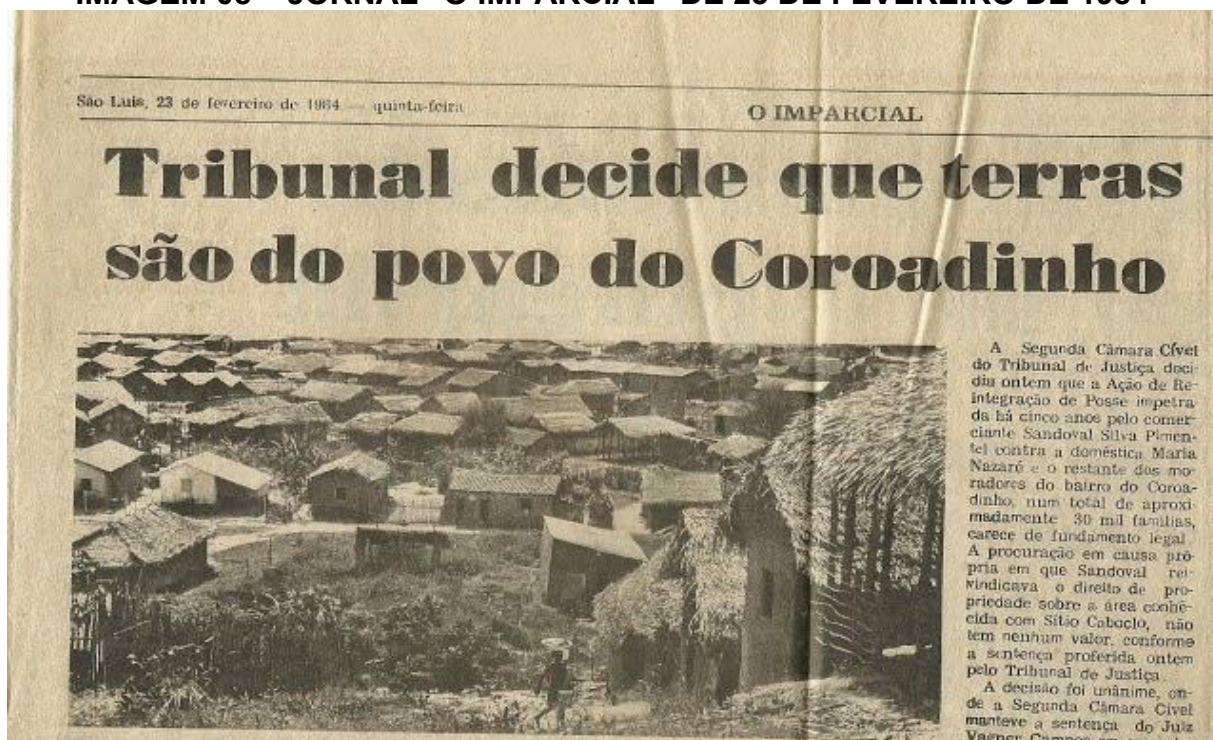
O Coroadado era chamado assim por causa do nome fictício de uma Vila da novela “Irmãos Coragem” que foi exibida pela Rede Globo no início dos anos 1970 e motivou os moradores da região. Assim, o nome Coroadinho foi escolhido exatamente pela proximidade territorial das duas ocupações, onde a primeira passou a ser conhecida como “Coroadado Grande” e a mais nova ocupação foi batizada de “Coroadinho”, nomes que permanecem até os dias atuais (MOTA, 1990).

Com a ocupação em massa logo começaram a aparecer os “donos” daquelas terras para reclamar direitos de propriedade. Um dos supostos proprietários de nome Sandoval Silva Pimenta apresentou documentos que segundo ele atestava ser de sua propriedade aquela área que estava sendo ocupada no Coroadinho e, com este argumento começou a vender lotes de terra já ocupados como se proprietário legítimo

fosse, inclusive, ignorando a presença daqueles que já estavam ocupando a terra. Isso também aconteceu com um lote que estava sendo ocupado pela senhora Maria de Nazaré, e por este motivo o caso desencadeou uma ação judicial que se arrastou por cinco anos, onde Maria de Nazaré representando mais de 30 mil famílias ocupantes daquela área pedia que o Poder Judiciário declarasse ilegítimo o direito do Sr. Sandoval Pimenta sobre as terras e desse a posse aos moradores para que definitivamente tivessem um lugar para morar (MOTA, 2019).

Além da doméstica Maria de Nazaré, a vitória na disputa judicial teve fundamental contribuição do Dr. Sandes Macedo, advogado que fez o levantamento do histórico da área e demonstrou que a documentação apresentada por Sandoval Silva Pimenta não tinha valor legal, e do frei Eurico e frei José ligados a paróquia Nossa Senhora da Glória que ajudaram financeiramente com o pagamento das custas processuais. Finalmente no dia 22 de fevereiro de 1984, a Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão deu ganho de causa para os moradores confirmando que a documentação apresentada pelo suposto proprietário não tinha nenhum valor legal (MOTA, 2019). Vejamos nas Imagens 08 e 09, notícias da época sobre a decisão favorável à população:

IMAGEM 08 – JORNAL “O IMPARCIAL” DE 23 DE FEVEREIRO DE 1984



Fonte: <http://coroadinhoemfoco.blogspot.com/2011/02/assim-foi-o-comeco.html>

IMAGEM 09 – NOTÍCIA DO JORNAL “O IMPARCIAL” SOBRE A SENTENÇA DE 1º GRAU A FAVOR DO POVO NA DISPUTA JUDICIAL PELA POSSE DA TERRA.



Fonte: <http://coroadinhoemfoco.blogspot.com/2011/02/assim-foi-o-comeco.html>

Entretanto, é fato que além da ocupação do bairro na década de 1980, o movimento de crescimento urbano “desordenado” não ficou estagnado, pois, conforme bem esclarece Joseane Ferreira Fróes, o bairro continuou em plena expansão com a formação de vilas e aglomerações em suas adjacências, formando um verdadeiro polo urbano:

O Coroadinho surgiu por volta do ano de 1976, durante o governo de João Castelo. O terreno é pantanoso, com uma grande mata secundária, da qual os primeiros ocupantes tiveram que tirar a madeira. O bairro se forma a margem do rio das Bicas. As famílias, em sua maioria, vindas do interior do estado em busca de melhores condições de vida. Após a ocupação, a população começou a se expandir para outras áreas que foram sendo ocupadas dando origem a 16 (dezesseis) vilas e aglomerações que formam o bairro (FRÓES, 2004, p. 57)

Desta forma, diversas são as comunidades que foram surgindo nas adjacências do bairro formando o chamado Polo Coroadinho, tais como: Bom Jesus, Vila Primavera, Vila dos Frades, Vila Conceição, Sítio do Pica-pau Amarelo, Vila São Sebastião, Alto do São Francisco, Vila Pocinha, Vila Nice Lobão, entre outras. Umas reconhecidas pela legislação, outras apenas pela própria população.

Constata-se pelo que analisamos até aqui, que a ocupação de zonas periféricas sem qualquer regramento ou controle do Estado, reflete a imposição do capital privado

na dominação das cidades, nos bairros mais nobres, nas relações de poder e, conseqüentemente na dominação da política, e é nestes limites que surgiu e se formou tal bairro com as características de precariedade inerente ao seu processo de forja. Tratando desse tipo de ocupação é possível deduzir que:

A existência de grandes quantidades de pobres, amontoados em moradias inadequadas, situa-se geralmente em terrenos ilegais e semilegais e são apenas em tais lugares que podem erguer ou alugar suas moradias (...). Nesses assentamentos os domicílios são geralmente precários, pequenos e habitados por muitas pessoas, são vulneráveis a sujeira, ratos, insetos e tem acesso limitado a serviços básicos, como coleta de lixo, esgotamento sanitário, e água de qualidade (....) sendo ilegais ou estando em desacordo com o zoneamento urbano, não há investimento públicos em nenhum aspecto. (MUELLER, 2007, p. 17)

No mesmo sentido:

Não é possível reduzir o tema da habitação unicamente ao imóvel que serve de abrigo à família, tornando-se necessário relacioná-lo com a própria cidade, isto é, com os serviços – transporte e saneamento, entre outros - e as oportunidades de trabalho, educação e cultura, que ela oferece aos seus habitantes. Tais aspectos são particularmente importantes no caso da Habitação Popular no Brasil, pois desde o século passado a população mais pobre vem sendo obrigada a se deslocar para áreas periféricas, desprovidas de urbanização e afastadas da vizinhança das demais classes sociais, sob o argumento de que somente terras baratas viabilizam imóveis baratos. (BURNETT, 2012, p. 79)

Deste modo, deveria o Estado ter assentado estas pessoas em áreas apropriadas com o mínimo de infraestrutura, ou pelo menos propiciar a efetivação de políticas públicas para mitigar as problemáticas existentes nas áreas já ocupadas por conta própria pela população. Entretanto, o Estado atua como se não estivesse a serviço da classe pobre ou como se estes não tivessem legitimidade para serem beneficiados com políticas públicas, ou seja, age para a classe dominante que detém o poder econômico e é o núcleo do próprio poder político.

É, portanto, diante desse contexto social, econômico e espacial do Nordeste, Maranhão e São Luís e, a partir do fluxo migratório de pessoas de outros estados para o Maranhão, do interior do estado para São Luís e do centro de São Luís para áreas periféricas sem apoio do Estado, que ocorreu o surgimento e formação do bairro do Coroadinho (entre outros bairros) nas condições e circunstâncias que se deu na década de 1980, isto é, na busca por moradia e condições básicas e dignas de sobrevivência da população pobre.

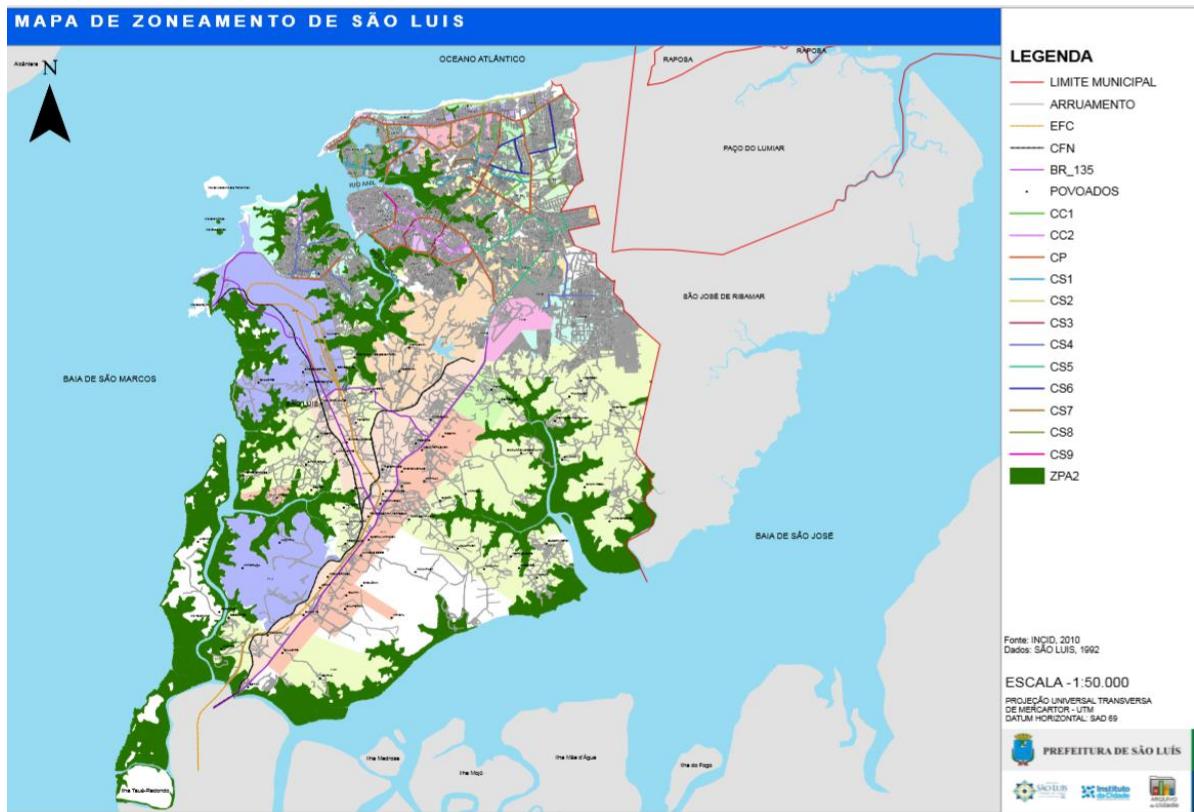
Na década de 1990, o bairro passou a integrar a localização espacial e legal de São Luís através da Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992 que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, que em seu artigo 6º, inciso XLI, faz referência direta ao bairro do Coroadinho estabelecendo seus limites territoriais e dando início assim a uma nova fase na existência dessa região (pelo menos teoricamente), já que o município por meio do seu poder legislativo passava formalmente a reconhecer a área como existente para fins legais e consequentemente de direitos para todas as pessoas que ali habitavam. Vejamos:

Art. 6º, XLI - ZONA DE INTERESSE SOCIAL 1 – ZIS 1 (COROADINHO)
Inicia-se no ponto de interseção do prolongamento da Av. Presidente Médici com a Rua 13, seguindo pela última até encontrar o limite da linha de Alta Tensão (A.T.), seguindo por esta rumo à direita até o encontro do prolongamento da Rua Santa Isabel, donde prossegue rumo à esquerda, até atingir a Rua São Nonato, prolongando-se por esta à direita até interceptar a Rua do Muro; daí prossegue à direita até atingir a Rua Boa Esperança; dobrando à direita, segue pela mesma até atingir novamente o limite da linha de Alta Tensão (A.T.), seguindo pela mesma com orientação à esquerda até encontrar o prolongamento da Rua Eptácio Cafeteira, dobrando à direita, e seguindo pela mesma até atingir a Rua Risoleta Neves, donde prossegue rumo à esquerda, passando pela Rua Menino Jesus e Rua da Reforma Agrária até encontrar a Av. Brasil, dobrando à esquerda e seguindo pela mesma até encontrar a Rua Gardênia, donde segue rumo à esquerda, passando pela Rua Isabel Lima, até encontrar novamente a Av. Brasil, seguindo por esta com orientação à direita, até atingir a Rua das Cajazeiras, seguindo por esta rumo à esquerda até alcançar o limite da Zona Residencial-2 (Pindorama), seguindo este até atingir o ponto de interseção deste com a Rua Vicente da Mata e Av. Vicente Queiroga, seguindo pela última até atingir a Av. Presidente Médici, donde se prolonga rumo à direita até atingir o ponto inicial deste perímetro.

A inserção do Coroadinho na legislação promove uma superação da ideia de invasão/ocupação que até então se mantinha, passando a promover a condição de legalidade para os moradores do bairro. Além da descrição dos limites estabelecidos para o Coroadinho pela lei na Zona de interesse social 1 (ZIS 1) conforme visto na citação anterior, podemos também analisar com mais detalhes os limites legais dessa zona nos mapas abaixo apresentados.

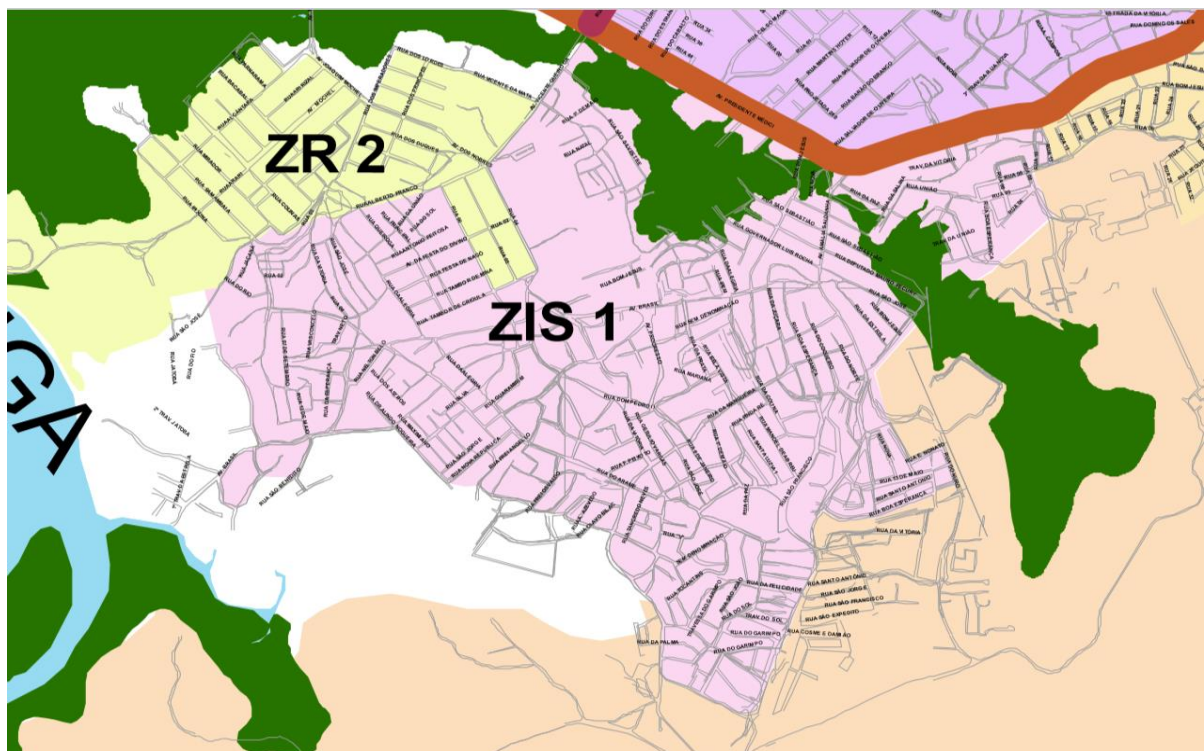
Veja a seguir no mapa 02, elaborado pelo Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INCID), onde temos o município de São Luís e todas as divisões estabelecidas pela Lei de Zoneamento de 1992 e no mapa 03 podemos ver de forma ampliada o mapa 02 que diz respeito a área específica do Coroadinho compondo a ZIS 1.

MAPA 02: ZONEAMENTO DE SÃO LUÍS CONFORME A LEI Nº 3.253/92



Fonte: Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (2019)

IMAGEM 10: AMPLIAÇÃO DO MAPA DE ZONEAMENTO DE SÃO LUÍS CONFORME A LEI Nº 3.253/92 PARA VISUALIZAR A ÁREA ZIS 1



Fonte: Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (2019)

em local certo e concentrado, a migração de pessoas com intuito de ocupação após 1984 foi intensa, e levou a ampliação da área ocupada formando vilas adjacentes que foram reconhecidas como parte da mesma área de interesse social no momento da elaboração da Lei de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano. Percebe-se, sem conclusões precipitadas, que neste caso a população (sem planejamento do Estado) através da ocupação, por conta própria deu início a expansão da cidade, cabendo ao Estado posteriormente apenas aceitar a realidade e adequar a legislação ao concreto existente.

Portanto, para análise do surgimento e formação do bairro do Coroadinho ao longo das décadas, fez-se necessário questionar como essa construção se deu histórica e socialmente a fim de entender algumas determinações fundamentais que ajudaram na busca pela essência e descarte de meras aparências na análise do “desenvolvimento” dessa região. Discursos e ideologias são utilizados constantemente para explicar a “realidade” a partir de interesses duvidosos, principalmente do capital, e nesta esteira mascararam os motivos e circunstâncias de uma realidade construída com propósitos abscônditos. Ao nosso sentir, a melhor ferramenta a ser utilizada é a análise histórica e suas determinações que levaram ao surgimento do bairro, e por isso foi necessário voltar no tempo e perscrutar mais ainda a questão do desenvolvimento nesta região.

Por décadas o bairro sofreu com a ausência de políticas públicas de segurança, moradia, saneamento básico, educação, saúde, lazer entre outros. Esse abandono do Estado é fruto da geografia construída pelo capital, onde a desigualdade social segrega as pessoas por classe, e onde o desenvolvimento para poucos não tem a mesma dimensão para outros. O desenvolvimento no Coroadinho é, portanto, ínfimo e lento, tendo apenas residuais e tangenciais benefícios do acúmulo de capitais pela classe dominante. Não há crescimento notável porque não é local onde os detentores do capital estabelecem seus negócios e moradias, e por isso o “desenvolvimento” não tem, necessariamente, a ideia de revolução ou mudanças radicais.

No próximo capítulo veremos como esse desenvolvimento humano precário se apresenta a partir de dados estatísticos oficiais coletados através dos mais diversos instrumentos e por meio de pesquisa de campo juntamente com as percepções que ela proporcionou neste trabalho.

4 COROADINHO NO SÉCULO XXI: análise socioespacial e econômica

O Coroadinho existe desde antes década de 1970, portanto já conta com mais de meio século de história, contradições e lutas. Não é formado apenas por uma área geográfica legalmente delimitada, mas sobretudo pelo povo que habita essa região e busca diariamente ter mais qualidade de vida, desenvolvimento humano e garantir que cada um possa ser o protagonista de sua própria história enquanto cidadão e sujeito de direitos. Neste capítulo buscaremos apresentar uma análise das nomenclaturas populares e oficiais, dos dados estatísticos específicos que possam subsidiar a análise sobre o objeto teórico e empírico do nosso estudo e inclusive apresentar percepções e evidências da pesquisa de campo realizada.

4.2 Tipologias e nomenclaturas: de bairro à aglomerado subnormal

No afã de entender como o Coroadinho se apresenta enquanto espaço territorial dentro do município de São Luís é necessário além de estabelecer sua área de abrangência física também entender como a legislação, setores públicos, o IBGE e até a própria população designa a nomenclatura desse campo empírico. É cediço que de acordo com a Constituição Federal de 1988, o Brasil tem sua divisão político-administrativa estratificada em união, distrito federal, estados e municípios, todos com autonomia.

Entretanto, para fins de nossa análise basta recordar que os estados são as unidades de maior hierarquia dentro da organização político-administrativa do país e são subdivididos em municípios, tendo sua organização estabelecida por constituições estaduais e leis próprias, observada sempre a Constituição Federal, tendo sua sede do governo na denominada capital do estado. No caso em tela o estado do Maranhão tem por capital São Luís.

São Luís também é um município, e estes podem ser definidos como as unidades autônomas de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil. Os municípios não têm constituições próprias e são regidos por leis orgânicas, que precisam observar a Constituição Federal e a Constituição do estado onde se situam. A localidade onde está sediada a prefeitura municipal tem a categoria de cidade e os municípios possuem poder legal para criar, organizar e suprimir distritos (IBGE, 2010).

Já os distritos são unidades administrativas internas dos municípios, que se dão por leis municipais, que devem observar a continuidade territorial e podem ser subdivididos em unidades administrativas denominadas subdistritos, regiões administrativas, zonas ou outra denominação específica. A localidade onde está sediada a autoridade distrital, excluídos os distritos das sedes municipais, tem a categoria de vila. Observa-se que nem todas as vilas criadas pelas legislações municipais possuem ocupação urbana. Temos também os bairros como outra forma de subdivisão intraurbana legalmente estabelecidas através de leis ordinárias das Câmaras Municipais e sancionadas pelo prefeito (IBGE, 2010).

Diante dessas informações técnicas apresentadas pelo próprio IBGE que visa ajudar na classificação e uniformização das divisões e subdivisões previstas dentro dos municípios, cabe-nos inicialmente analisar a questão da nomenclatura dada à área que é o campo deste estudo, pois costumeiramente a comunidade e até alguns órgãos públicos tem usado a terminologia “Polo Coroadinho” para designá-la. Neste sentido, “polo” seria então um aglomerado de bairros ou vilas que fazem parte de uma mesma região, a questão é que este termo utilizado para essa finalidade, não encontra guarida entre estudiosos e doutrina especializada, nem muito menos junto as notas técnicas ofertadas pelo próprio IBGE.

A Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992 que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano no município de São Luís não usa o termo bairro, nem polo, passando a usar de acordo com o seu artigo 6º c/c art. 242 a nomenclatura e divisão de “zona” como uma área territorial específica e de “interesse social” como aquela que por suas características de ocupação já consolidadas, merece tratamento especial, ou que permitirá a implantação de cunho social, isto é a Zona de Interesse Social 1 – ZIS 1, da qual faz parte o Coroadinho (SÃO LUIS, 1992).

Entretanto, os órgãos públicos tanto municipais como estaduais se utilizam dos mais diversos nomes para se referir a área do Coroadinho, que vão desde polo, bairro, distrito, área e até mesmo região. E a celeuma não se encerra unicamente à nomenclatura, mas principalmente aos limites do território que compõe ou não este campo de estudo, o que inicialmente é um dos maiores problemas no momento de pesquisar e reunir as informações necessárias para a análise dos dados coletados diante dos mais diversos segmentos.

Por outro lado, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) usa comumente o termo Aglomerado Subnormal para se referir a um tipo de área com as

características que envolvem o Coroadinho nesta tipologia. Segundo o próprio IBGE, Aglomerado Subnormal se define como:

Uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas restritas à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros. Enquanto referência básica para o conhecimento da condição de vida da população brasileira em todos os municípios e nos recortes territoriais intramunicipais – distritos, subdistritos, bairros e localidades –, o Censo Demográfico aprimora a identificação dos aglomerados subnormais. Assim, permite mapear a sua distribuição no País e nas cidades e identificar como se caracterizam os serviços de abastecimento de água, coleta de esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica nestas áreas, oferecendo à sociedade um quadro nacional atualizado sobre esta parte das cidades que demandam políticas públicas especiais (IBGE, 2018, p.1).

Tratando ainda das características e definição dos Aglomerados Subnormais as notas técnicas do IBGE, relativas ao Censo de 2010 e outras informações, afirmam que para ser considerado Aglomerado Subnormal é necessário ser:

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa. A identificação dos aglomerados subnormais é feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuir pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou precariedade de serviços públicos essenciais, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto. Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente (IBGE, 2010, p.8).

Diante destas características e segundo informações do IBGE (2010), no último Censo Demográfico o Brasil possuía 6.329 aglomerados subnormais, nos quais 67,3% dos domicílios tinham rede de coleta de esgoto ou fossa séptica; 72,5% recebiam energia elétrica com medidor exclusivo; 88,3% eram abastecidos por rede de água; e 95,4% tinham o lixo coletado diretamente ou por caçamba. Os estados do Nordeste tinham 28,7% do total de domicílios particulares ocupados em aglomerados subnormais, sendo que parte considerável dos municípios com aglomerados

subnormais se localizavam nas regiões metropolitanas. As maiores proporções de domicílios ocupados em aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios ocupados da Região Metropolitana estavam em Belém (52,5%) Salvador (25,7%), São Luís (23,9%) e Recife (22,4%).

Pelos dados analisados no Nordeste e as definições estabelecidas fica evidente que parte do território de São Luís é classificado como um aglomerado subnormal, incluindo o Coroadinho, ou seja, a Zona de Interesse Social 1. Levar em consideração essa tipologia do IBGE é importante não apenas por se tratar do órgão censitário oficial do País, mas sobretudo pela relevância dos dados diferenciais levantados no último Censo de 2010, que evidenciaram desigualdades das mais diversas entre a população que reside em aglomerados subnormais e as que moram nas demais regiões dos municípios, diferenças estas que se evidenciavam não apenas em São Luís e no Coroadinho, mas também são evidentes em todas as cinco grandes regiões do país. Vejamos como estão divididos esses aglomerados subnormais em São Luís e o devido destaque à Zona de Interesse Social 1 (ZIS 1) onde está compreendido o Coroadinho. Na Imagem 12 verificaremos os principais aglomerados subnormais em São Luís de acordo com o IBGE.

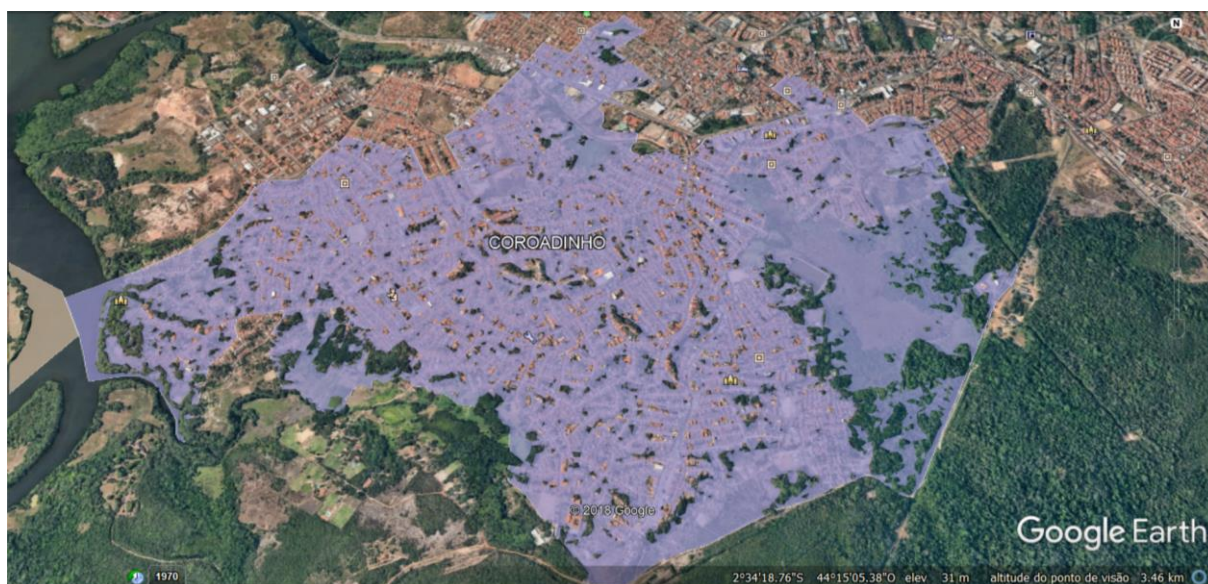
IMAGEM 12 – AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM SÃO LUÍS



Fonte: Google Earth Pro x dados IBGE

Na Imagem 13, logo abaixo, ampliamos a imagem 12 e destacamos a área de abrangência do Coroadinho como aglomerado subnormal e seus devidos limites estabelecidos pelo IBGE para verificar que coincidem com a ZIS 1, vejamos:

IMAGEM 13 – COROADINHO (ZIS 1) EM DESTAQUE COMO AGLOMERADOS SUBNORMAL



Fonte: Google Earth Pro x dados IBGE

Destacadas as corretas terminologias para caracterizar o Coroadinho, tanto diante da legislação municipal como diante dos termos utilizado pelo IBGE, mas sem ignorar que diversos órgãos, setores da sociedade e principalmente a própria população utilizará das mais diversas nomenclaturas para se referir ao nosso campo de pesquisa, seguiremos para analisar mais detalhadamente o Coroadinho em seus aspectos socioespaciais e econômicos, com dados estatísticos e evidências de pesquisa in loco no campo empírico.

4.3 Radiografia Socioespacial e Econômica do Coroadinho

Analisar o desenvolvimento de uma área, bairro, zona, região ou aglomerado não é tarefa fácil, primeiro porque exige dados estatísticos exatos, claros e atualizados para uma interpretação fidedigna, segundo porque mesmo diante de dados estatísticos a análise pode não coincidir totalmente com a realidade na ausência ou omissão de alguma incógnita nesta complexa inequação e, em terceiro porque os

números sempre vão apontar uma análise objetiva e focada em proporções quantitativas que não necessariamente consegue expressar o que realmente ocorre em cada lar e com cada uma das pessoas que ali vivem.

Nesta análise sobre o Coroadinho há um choque frontal com alguns destes problemas, pois cientes de que não foi possível analisar detidamente residência por residência e morador por morador, ainda é latente que os dados que dispomos atualizados relativo a 2019 não contempla o Coroadinho com especificidade. Logo, os dados específicos mais atuais que dispomos são do Censo de 2010, o que gera uma análise carente de atualização. Diante destas dificuldades, utilizaremos também como fonte os dados do PNAD Contínua de 2012 a 2019, do INCID no município de São Luís relativos ao PPA 2014-2017, do IMESC, do IPEA e do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil como já havíamos sinalizado na introdução.

Outro fator que merece destaque é mencionar que ao falar de desenvolvimento no Coroadinho este estudo não levará em conta apenas indicadores econômicos como parâmetros, mas também e principalmente indicadores sociais que visam analisar a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, famílias e grupos populacionais, a efetivação de direitos humanos e sociais, a perspectiva das desigualdades sociais, bem como o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades, por meio de indicadores de caráter sociais. Entendendo assim que o desenvolvimento não perpassa apenas pela renda per capita ou o Produto Interno Bruto (PIB) do município de São Luís, mas também por diversos outros indicadores que serão destacados e analisados conglobantemente.

a) Unidade de desenvolvimento Humano (UDH)

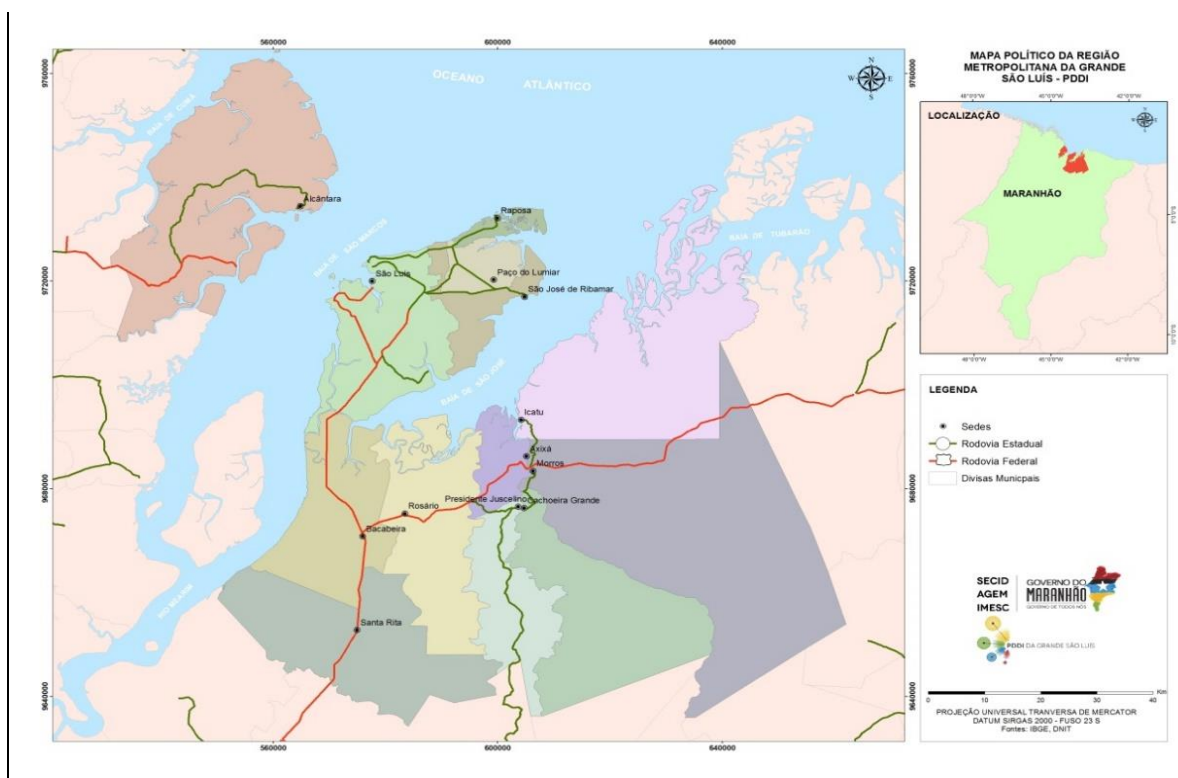
No afã de buscar um estudo, análise e interpretação mais detalhadas ao nível dos municípios como faz o IBGE, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) criaram e passaram a calcular o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que estão inseridas em cada uma das Regiões Metropolitanas do Brasil, inclusive no Maranhão.

Em 2010, por ocasião do Censo Demográfico daquela época que é o marco para uso de dados desta pesquisa, a Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL) era composta pela capital São Luís, e mais quatro municípios: Alcântara,

Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar. Essa formação nasceu através da Lei Complementar Estadual nº 038/98 que criou a RMGSL, abrangendo a área territorial dos municípios da Ilha do Maranhão (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa), e que em 2003 por meio da Lei Complementar nº 69 acrescentou o município de Alcântara. De 2003 aos dias atuais a RMGSL sofreu mais algumas alterações, primeiro com a Lei Complementar Estadual nº 153/2013 que promoveu a incorporação também dos municípios de Bacabeira, Rosário e Santa Rita, e em seguida houve o acréscimo do município de Icatu através da Lei Complementar Estadual nº 161 também de 2013 (PPDI, 2018).

Entretanto em 12 de janeiro de 2015, entrou em vigor a Lei Federal nº 13.089/15 a qual institui o Estatuto da Metrópole, e por isso no Maranhão foi aprovada também a Lei Complementar Estadual nº 174, de 25 de maio de 2015 que acrescentou à RMGSL os municípios de Axixá, Cachoeira Grande, Morros e Presidente Juscelino, passando a ter a partir daquele ano até os dias atuais 13 (treze) municípios integrando a Região Metropolitana da Grande São Luís (PPDI, 2018). Vejamos no Mapa 03 como ficou a representação espacial dos municípios que passaram a compor a RMGSL:

MAPA 03 - CONFORMAÇÃO TERRITORIAL DA RMGSL – LC nº 174/2015



Fonte: IMESC, 2018

As Regiões Metropolitanas em todo o Brasil, inclusive a da Grande São Luís, por sua vez, foram divididas em Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), que são unidades de análise com características socioeconômicas relativamente homogêneas em diversos aspectos (IMESC, 2010). Isso favorece o estudo e a promoção de políticas públicas voltadas para a população e melhoria da qualidade de vida, já que são aglomerados que tem precariedades e vulnerabilidades muitos semelhantes.

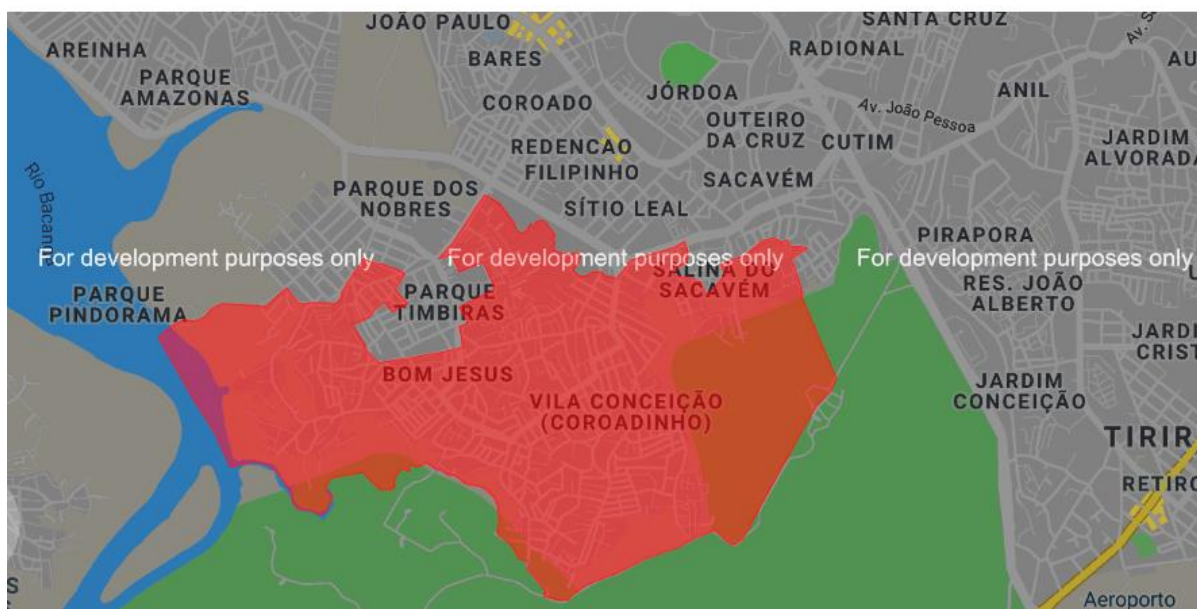
Mas, considerando que os dados que alimentam as estatísticas para cada UDH tem sua fonte principal no Censo Demográfico promovido pelo IBGE a cada 10 anos, mesmo que a RMGSL atual esteja composta por 13 municípios desde 2015, por questão metodológica não é possível utilizar da atual divisão quando compararmos os dados, haja vista que os mais atualizados são referentes ao Censo de 2010 para as UDH's. Assim, apenas para fins de comparação de dados e viabilidade metodológica, manteremos a utilização da divisão da RMGSL com base na Lei Complementar Estadual nº 038/98 combinada com a Lei Complementar Estadual nº 069/03 que é congruente com o Censo de 2010. Frise-se, inclusive, que até 2013 a RMGSL era dividida em 126 UDH's.

Com base nesta homogeneidade, tal divisão propiciou a identificação de bolsões de carências e pobreza dentro das regiões analisadas, passando a ser ferramenta fundamental para a formulação de políticas públicas mais específicas e focadas nas citadas regiões.

Uma dessas UDH's, dentro do município de São Luís é composta pelo Coroadinho, Primavera (Coroadinho), Vila Conceição (Coroadinho), Vila dos Nobres, Bom Jesus, Vila dos Frades e Vila Vale Verde, abrangendo um território com área de 5,1206 km² composta por 07 (sete) distritos que serão nosso principal recorte nas análises seguintes (IMESC, 2010).

Com base nas informações supracitadas, vamos inicialmente observar a Imagem 14, apresentada a seguir onde está delimitada a área territorial da Unidade de Desenvolvimento Humano, UDH do Coroadinho no mapa, conforme o destaque em vermelho, abrangendo os 07 distritos que lhe compõe atualmente pelo critério de homogeneidade de suas características:

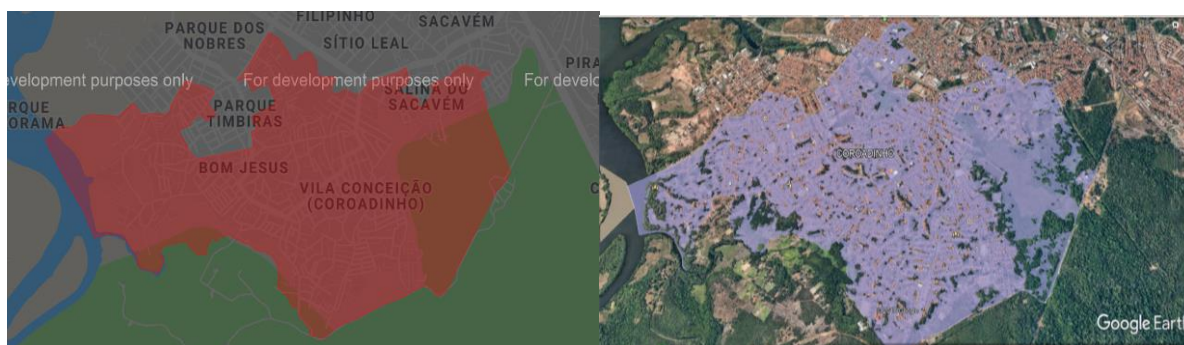
IMAGEM 14: ÁREA DA UDH COROADINHO



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2019)

Ao observar detalhadamente a área demarcada no mapa acima, frisa-se em precípua análise que a região estabelecida como UDH praticamente coincide com a área determinada pelo IBGE quando classifica o Coroadinho como Aglomerado Subnormal. Essa análise é fundamental para o desenvolvimento da nossa pesquisa porque permite que possamos cruzar os dados das duas fontes sem muitas dificuldades de delimitação territorial. Vejamos um ao lado do outro para confirmação desta inferência na Imagem 15:

IMAGEM 15: COMPARAÇÃO DO MAPA DA UDH X AGLOMERADO SUBNORMAL



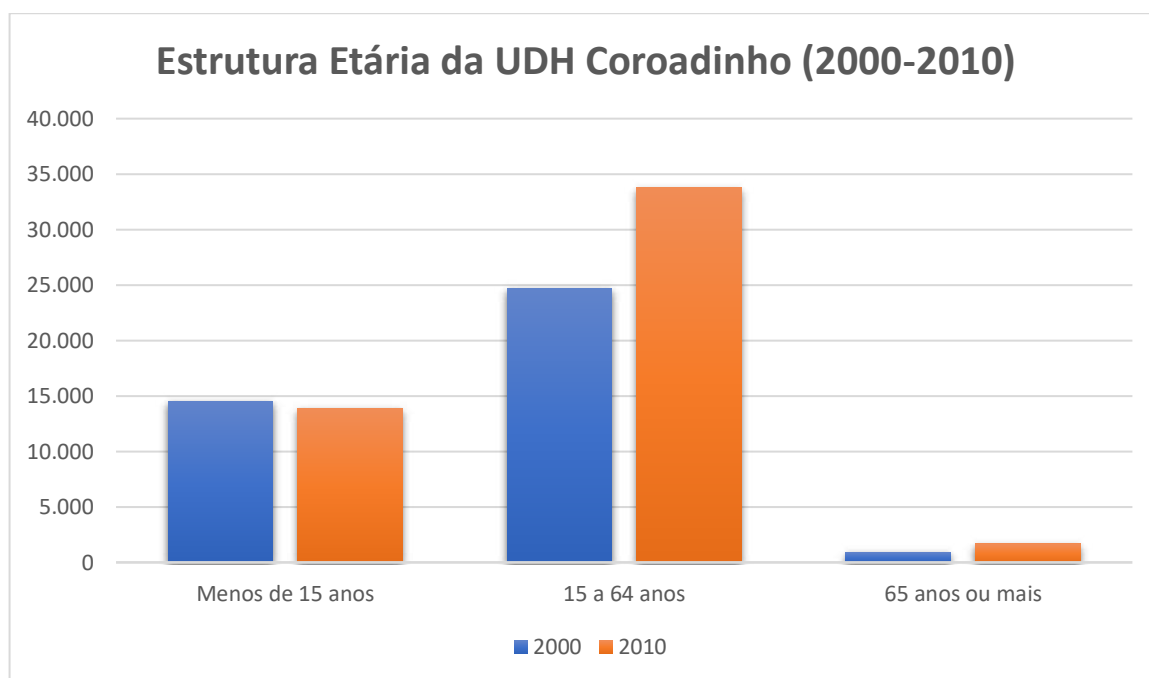
Fonte: Atlas do desenvolvimento Humano do Brasil e Google Earth

De acordo com o Censo de 2010, essa UDH (Coroadinho, Primavera, Vila Conceição, Vila dos Nobres, Bom Jesus, Vila dos Frades e Vila Vale Verde) tinha uma

população de 49.338 habitantes, o que junto à área já mencionada leva à densidade demográfica de 9.635,14 hab/km². Entre os anos 2000 e 2010, a população da UDH Coroadinho cresceu a uma taxa média anual de 2,07%, bem acima na comparação com São Luís que teve taxa de crescimento na casa 1,70% e no Brasil como um todo a taxa ficou em 1,17% neste mesmo intervalo analisado (PNUD, 2019).

É fato que em regiões onde a densidade demográfica é muito alta e a taxa de crescimento populacional também está acima da média, tem a tendência de ter problemas de desenvolvimento, haja vista a necessidade maior de recursos, serviços e políticas públicas em maior quantidade e com mais atenção e assistência. Vejamos como esses dados se apresentam no Gráfico 02 apresentado abaixo:

GRÁFICO 02: ESTRUTURA ETÁRIA DO COROADINHO ENTRE 2000 E 2010



Fonte: Elaborado própria. Baseado em dados do ADHB (2019)

No ano 2000 a população estava com número de 40.197 moradores em que 14.548 eram menores de 15 anos, 24.716 tinham entre 15 e 64 anos e apenas 933 pessoas estavam acima dos 65 anos. Dez anos depois, a população desta UDH teve um aumento de 9.141 pessoas e um visível envelhecimento onde o número de pessoas maiores de 65 anos aumentou para 1.665 e o de menores de 15 anos diminuiu para 13.889. Tanto no ano 2000 com em 2010 o percentual de mulheres foi

maior, com valores de 51,49% e 52,03% respectivamente (PNUD, 2019). Em resumo podemos apresentar alguns desses dados no Quadro 02:

QUADRO 02: DADOS TERRITORIAIS E POPULACIONAL UDH COROADINHO

UDH COROADINHO	
COMPONENTES	Coroadinho, Primavera, Vila Conceição, Vila dos Nobres, Bom Jesus, Vila dos Frades e Vila Vale Verde
ÁREA TOTAL	5,1206 km ²
POPULAÇÃO	49.338 habitantes
DENSID. DEMOGRÁFICA	9.635,14 hab/km ²
TIPO DE ÁREA (IBGE)	Aglomerado Subnormal

Fonte: Elaboração própria. Dados do ADHB (2019).

Note-se que a densidade demográfica desta UDH tem um valor alto em relação aos dados do Brasil, do estado do Maranhão e ao restante do município de São Luís, e apesar de não ser uma determinante isoladamente capaz de caracterizar a concepção de aglomerado subnormal, mas se constitui como elementar na análise conjunta com os demais indicadores socioespaciais na discussão sobre o desenvolvimento.

b) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Já caracterizado o território da UDH Coroadinho, vamos analisar então os dados socioeconômicos a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que é uma derivação e detalhamento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH é uma medida composta de indicadores de saúde, educação e renda que carrega a ideia de que as pessoas devem ser valorizadas e analisadas como a riqueza de uma nação, a partir de suas capacidades, escolhas, liberdades e oportunidades e, não apenas baseado nos seus bens ou produtos econômicos (IPEA, 2019). Veja que nesta abordagem o centro da análise são as pessoas e o seu bem-estar, mas sem descartar a perspectiva econômica.

Deste modo o IDH foi criado como uma alternativa às avaliações puramente econômicas com base apenas no Produto Interno Bruto (PIB), se apresentando como

um índice que varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo) na questão do desenvolvimento humano de uma determinada localidade, buscando parâmetros que demonstrem que para viver as vidas que desejam as pessoas precisam pelo menos ter a possibilidade de levar uma vida longa e saudável, acesso a conhecimento e a oportunidade de desfrutar de um padrão de vida digno.

Em 1998, a partir do cálculo e parâmetros do IDH, no Brasil houve o pioneirismo de se adaptar e calcular o IDH em nível municipal para todos os municípios brasileiros, surgindo assim o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). É interessante que o IDHM adapta o IDH não apenas para o nível dos municípios como a nomenclatura sugere, mas inclusive para regiões metropolitanas e unidades menores e intramunicipais, que já citamos com o nome de Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), o que gera a possibilidade de debates por esse viés também entre áreas menores dentro do município, como no caso exigido pelo nosso estudo sobre o Coroadinho (PNUD, 2019).

Para calcular o IDHM, utiliza-se o cálculo da média geométrica em relação a educação, longevidade e renda, e cada uma das dimensões são multiplicadas e o produto é extraído pela raiz cúbica. Deste modo, a média geométrica reduz o nível de substituição entre as dimensões. Ou seja, um baixo desempenho em uma dimensão não é linearmente compensado pelo elevado desempenho em outra. Assim, o IDHM reflete desempenhos nas três dimensões, pois o desempenho das localidades tanto na renda, quanto na saúde e na educação deve ser harmonioso (PNUD, 2019). Vejamos abaixo como fica a fórmula para o cálculo do IDHM:

$$IDHM = \sqrt[3]{IDHMEducação \times IDHMLongevidade \times IDHMRenda}$$

Entendido o que é e como se calcula, podemos então verificar inicialmente os valores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal da Unidade de Desenvolvimento Humano do Coroadinho em relação aos últimos dois censos (2000 e 2010), o que vai proporcionar algumas ponderações importantes. Para isso construímos o Quadro 03 com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil e apresentamos os índices em cada uma das suas dimensões, ano (censo) e seus resultados. Vejamos:

QUADRO 03: COMPARAÇÃO IDHM ANO 2000 E 2010 DA UDH COROADINHO

ANO	DIMENSÃO ANALISADA			IDHM
	EDUCAÇÃO	RENDAS	LONGEVIDADE	
2000	0,453	0,498	0,675	0,534
2010	0,674	0,585	0,741	0,664

Fonte: Elaboração própria. Dados do ADHB (2019)

Vejamos então que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da UDH Coroadinho teve um aumento entre 2000 e 2010, apresentando um valor de 0,664 na última avaliação. Apesar do aumento esse valor ainda se mantém em uma faixa de Desenvolvimento Humano Médio que tem parâmetros entre 0,600 e 0,699. É possível notar também que a dimensão que mais contribuiu para o valor do IDHM da UDH é Longevidade, com índice de 0,741, seguida de Educação, com índice de 0,674, e de Renda, com índice de 0,585 em ordem decrescente.

Como a UDH Coroadinho está situada no município de São Luís que compõe a Região Metropolitana da Grande São Luís, podemos para fins de análise fazer uma comparação entre os IDHM dessas regiões, pois enquanto o IDHM da UDH Coroadinho foi de 0,664 em 2010 como vimos na tabela acima, o do município de São Luís foi 0,768 e o IDHM da Região Metropolitana de São Luís (na época composta por São Luís, Alcântara, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar) foi de 0,755 no mesmo ano, ou seja, comparando com o município em que está inserido e a Região Metropolitana que lhe abrangia, o Coroadinho tem Índice de Desenvolvimento Humano abaixo da média geral, lembrando que o máximo desse parâmetro é o valor numérico de 1 (um).

Ainda em termos de comparação, e considerando que a Região Metropolitana de São Luís era composta por 126 UDH's até o ano de 2013, podemos com base nos dados das outras 125 UDH's estabelecer um ranking e posicionar o Coroadinho para uma análise mais holística em relação às demais.

Com base no ano de 2010, o primeiro e portanto maior índice de IDHM avaliado foi no valor de 0,948, encontrado na Unidade de Desenvolvimento Humano formado pelas áreas da Ponta D'areia; Ponta do Farol; Conjunto São Marcos; São Marcos; Renascença; Renascença II; Calhau; Quintas do Calhau; Shopping do Automóvel; Olho D'água; Av. Mário Andreazza, Rua Congonhas, Sesc; Cohajap II. Em último lugar

(126º) e, portanto, com o menor índice ficou a UDH de Alcântara, com valor de IDHM calculado em 0,573. O Coroadinho, portanto, ocupa neste ranking a 110ª posição entre as 126 UDHs da Região Metropolitana da Grande São Luís com base no Censo de 2010 (PNUD, 2019).

Analisando os índices por dimensão isoladamente, percebe-se que no quesito Longevidade, Educação e Renda a UDH formada pelas áreas da Ponta D'areia; Ponta do Farol; Conjunto São Marcos; São Marcos; Renascença; Renascença II; Calhau; Quintas do Calhau; Shopping do Automóvel; Olho D'água: Av. Mário Andreazza, Rua Congonhas, Sesc; Cohajap II, permanece em primeiro lugar na Região Metropolitana com os índices de 0,932 (longevidade), 0,915 (educação) e 1,000 (renda) demonstrando assim ter um desenvolvimento humano bem acima da média do município de São Luís (PNUD, 2019).

Seguindo a análise dos critérios isolados, a última posição nas dimensões de Educação e Renda continuam com a UDH de Alcântara, com valores respectivos de 0,475 e 0,525. E no quesito Longevidade a última posição é da UDH composta pelas áreas do Tibiri; Tajaçuaba; Santa Rosa; Tinair; Ribeira; Residencial 2000; Maracujá; Quebra Pote; Tapari; Anajatuba; Santa Helena e Igaraú (PNUD, 2019).

Para demonstrar de forma mais analítica e sintética o que descrevemos até aqui, veja o Quadro 04, que apresenta os índices dos maiores e menores IDHM dentro da Região Metropolitana da Grande São Luís na época do Censo de 2010, suas dimensões isoladas e o posicionamento das UDH com base nestes valores.

QUADRO 04: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E SEUS COMPONENTES

	Maior UDH (RM)	Menor UDH (RM)	COROADINHO
Longevidade	0,932	0,713	0,741 (117ª posição)
Educação	0,915	0,475	0,674 (109ª posição)
Renda	1,000	0,525	0,585 (116ª posição)
IDHM	0,948	0,573	0,664 (110ª posição)

Fonte: adaptado de PNUD, Ipea e FJP (2019). Com dados do Censo de 2010.

A UDH Coroadinho ficou em 117ª, 109ª e 116ª posição nas dimensões de Longevidade, Educação e Renda respectivamente, o que demonstra como essa área é carente de melhorias tanto em relação a si mesmo como em comparação com as demais, quando se mensura o desenvolvimento humano.

c) Habitação

Para uma área que foi iniciada como invasão/ocupação, a habitação é a primeira preocupação de qualquer pessoa que resolva morar naquela localidade.

Os diversos relatos históricos através de entrevistas, pesquisas e notícias pelos meios de comunicação constataam que o Coroadinho em sua origem, na década de 1970, tinha sua formação habitacional com casas de taipa e/ou madeira. A divisão dos terrenos no que diz respeito ao tamanho e regularidade geométrica, assim como outros fatores relacionados tais como a largura, disposição e direção das ruas, foram pensados e determinados pelos próprios ocupantes da área à medida que a ocupação ocorria e, inicialmente sem nenhuma intervenção direta, técnica e planejada da prefeitura ou governo estadual (MOTA, 2019).

Mesmo depois do Tribunal de Justiça do Maranhão ter confirmado a posse das terras para os moradores da área do Coroadinho em 1984, a área continuou por muito tempo desassistida de obras do poder público que fossem significativas e pudessem dar dignidade aos moradores (MOTA, 2019).

Sem contar que depois que já estavam instalados no local, por ocasião do ganho da posse pela via judicial, a área ocupada já tinha o formado que os moradores tinham lhe dado na organização e características das habitações.

Portanto, discutir a habitação é elementar em qualquer análise do desenvolvimento qualificado como humano, e com muito mais razão em uma localidade que foi ocupada sem planejamento do Estado e fruto de disputas judiciais e constantes intervenções para desocupação, inclusive com uso da força pública e derrubada das casas já construídas contra a vontade dos moradores.

Com o passar dos anos desde a ocupação, os moradores foram substituindo paulatinamente as casas de taipa por habitações de alvenaria, e em que pese essas mudanças terem ocorrido, tal informação pode passar a falsa impressão de que quem mora em uma casa de alvenaria está em boas condições de vida e morando com dignidade e por isso esse seria um forte indicativo de desenvolvimento.

Por isso, nosso objetivo não é apenas analisar os dados estatísticos de quem tem ou não tem casa, ou se a casa é de taipa ou alvenaria, pois apesar de ser importante, neste estudo esses indicadores não são suficientes para detalhar o desenvolvimento humano diante do que nos propomos discutir. Precisamos verificar as características dos domicílios, sua estrutura física, o acesso a serviços e correlação

entre pobreza, precariedades e vulnerabilidades nas condições de moradia, assim como algumas inadequações significativas a respeito das habitações.

Antes de seguir, por exigência de adequação metodológica, precisamos definir o que significa o termo domicílio em nosso trabalho, já que vamos necessitar utilizá-lo algumas vezes para designar a moradia de forma mais técnica, pois é assim que os órgãos que controlam esses dados e estatísticas utilizam. Portanto, de acordo com as Notas Técnicas do Censo Demográfico 2010 que trata de informações sobre os Aglomerados subnormais, pode-se afirmar que:

Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais dessa definição são os de separação e independência. A separação fica caracterizada quando o local de habitação for limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas (IBGE, 2018, p. 9).

Esclarecido o termo domicílio, a primeira avaliação que faremos a seguir é em relação ao tipo de domicílio em que as pessoas residem na UDH do Coroadinho, para isso analisamos alguns dados coletados junto ao Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INCID) de São Luís e verificamos que em todos os distritos (nomenclatura utilizada pelo INCID para se referir as divisões de áreas da UDH Coroadinho, que coincidem com nosso campo empírico e por isso se torna possível a análise e comparação dos dados coletados) a grande maioria das pessoas vivem em casas, praticamente não existindo condomínios verticais ou horizontais fechados como em UDH mais ricas.

Mais de 95% dessas casas são de alvenaria, entretanto não quer dizer que por não ser de taipa ou de madeira, elas têm plenas condições de moradia e dignidade. Pelo contrário, muitas delas não tem reboco, o piso é de chão batido, o telhado muitas vezes não homogêneo, portas e janelas improvisadas, dentre outras necessidades visíveis que demonstram a indignidade para morar, mesmo se tratando de uma casa classificada como construção de alvenaria (INCID, 2019). Nesta esteira, vejamos o Quadro 05 que trata dos tipos de domicílios nesta região:

QUADRO 05: TIPOS DE DOMICÍLIOS NO COROADINHO

DISTRITOS URBANOS	TIPOS DE DOMICÍLIOS (%)		
	Casa	Condomínio	Apartamento
Bom Jesus	98,73	0,00	0,00
Conjunto Dom Sebastião / Vila dos Nobres/ Pq. Dos Nobres /PqTimbira	94,74	0,36	1,38
Coroadinho	93,97	1,14	0,09
Pindorama	99,07	0,00	0,93
Primavera-Coroado	96,55	0,10	0,00
Vila dos Frades	98,92	0,08	0,00

Fonte: Adaptado de INCID (2019)

Também verificamos que a maioria das moradias são próprias e quitadas, isso se explica pelo fato da UDH ter se originado de uma ocupação e, portanto, os que tinham seus terrenos e construíram seus imóveis na área, posteriormente quando assentados se tornaram de fato donos sem ter comprado convencionalmente. Já em relação a aquisição secundária e posterior por meio de compra e venda, como se tratava de ocupação com promessa de posterior regularização fundiária, não haviam financiamentos habitacionais disponíveis por meio de programas oficiais como o da Caixa Econômica, obrigando as relações de compra e venda serem negociadas diretamente entre os negociantes apenas por meio de recibos, o que revela nos dados um número muito baixo de pessoas morando e ainda pagando o imóvel.

E por fim, o número de casas alugadas chegam a quase 20% principalmente no Distrito do Coroadinho, onde os aluguéis variam o preço de acordo com o tipo de moradia, localização e outras benfeitorias e vantagens do imóvel. Ressalta-se que segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2019) umas das inadequações de relevância examinada a nível de Brasil é o ônus excessivo com aluguel, situação em que o valor do aluguel iguala ou supera 30% do rendimento domiciliar. Entende-se que essa situação constitui um problema na medida em que o elevado comprometimento da renda com o aluguel pode impedir o acesso dos moradores a outras necessidades básicas.

Quando olhamos exclusivamente para a população residente em domicílios alugados, as proporções de ocorrência de ônus excessivo com aluguel chegavam a 28,0% na população em geral e 56,2% na população com rendimento domiciliar per

capita inferior a US\$ 5,50 PPC¹⁵ por dia (IBGE, 2019). Vejamos abaixo como se dá essa distribuição na UDH Coroadinho e seus distritos no Quadro 06:

QUADRO 06: CONDIÇÃO DA OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO

DISTRITOS URBANOS	CONDIÇÃO DA OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)		
	Próprio já quitado	Próprio em aquisição	Alugado
Bom Jesus	83,66	0,23	13,81
Conjunto Dom Sebastião / Vila dos Nobres/ Pq. Dos Nobres / Parque Timbira	79,19	1,91	17,05
Coroadinho	79,41	0,37	17,74
Pindorama	85,58	1,40	9,77
Primavera-Coroado	82,22	0,05	13,92
Vila dos Frades	87,12	0,08	10,09

Fonte: adaptado de INCID (2019)

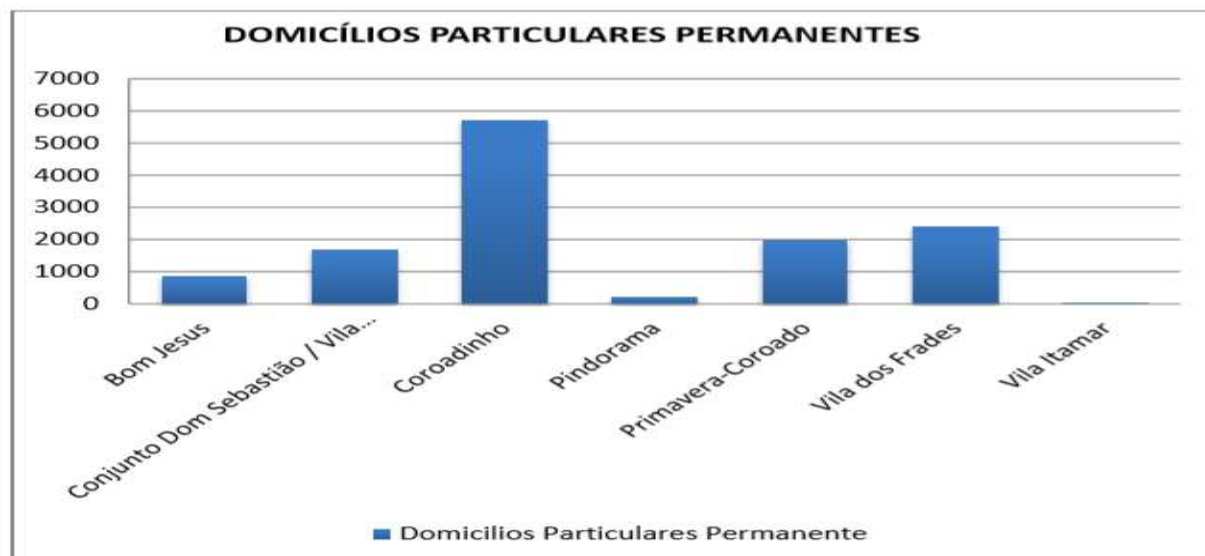
Utilizando-se dos dados do INCID (2019), temos levantamentos que indicam a quantidade de domicílios particulares permanentes e a quantidade de pessoas residentes nesses domicílios particulares permanentes distribuídos por distrito. Segundo as Notas Técnicas do Censo Demográfico 2010 que trata de informações sobre os aglomerados subnormais, considera-se domicílio particular permanente aquele “tipo de domicílio particular construído para servir, exclusivamente à habitação e que na data de referência tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas” (IBGE, 2018, p. 9).

Pode-se, portanto, verificar que a maior parte destes domicílios e de pessoas residentes estão localizados dentro do distrito do Coroadinho, com cerca de quase 6 mil domicílios e mais de 20 mil pessoas residentes. No total a UDH tem mais de 13 mil domicílios e quase 50 mil pessoas residentes, senão, vejamos nos Gráficos 03 e

¹⁵ Paridade de Poder de Compra (PPC) é atualmente o limite para a definição da pobreza global, como explicitado no ODS 1.1 e na missão institucional do Banco Mundial, também é utilizada para comparar o poder de compra entre diferentes países ou moedas. O Brasil é classificado entre os países com rendimento médio-alto, com base na Renda Nacional Bruta - RNB per capita, para os quais o Banco Mundial sugere a linha de US\$ 5,50 PPC para classificar as pessoas na pobreza. Em 2018, no Brasil, havia 25,3% da população com rendimentos inferiores a US\$ 5,50 PPC por dia, aproximadamente R\$ 420 mensais, o que equivale a cerca de 44% do salário mínimo vigente em 2018 e quase metade (47,0%) dos brasileiros abaixo da linha de pobreza em 2018 estava na Região Nordeste (IBGE, 2019, p. 58).

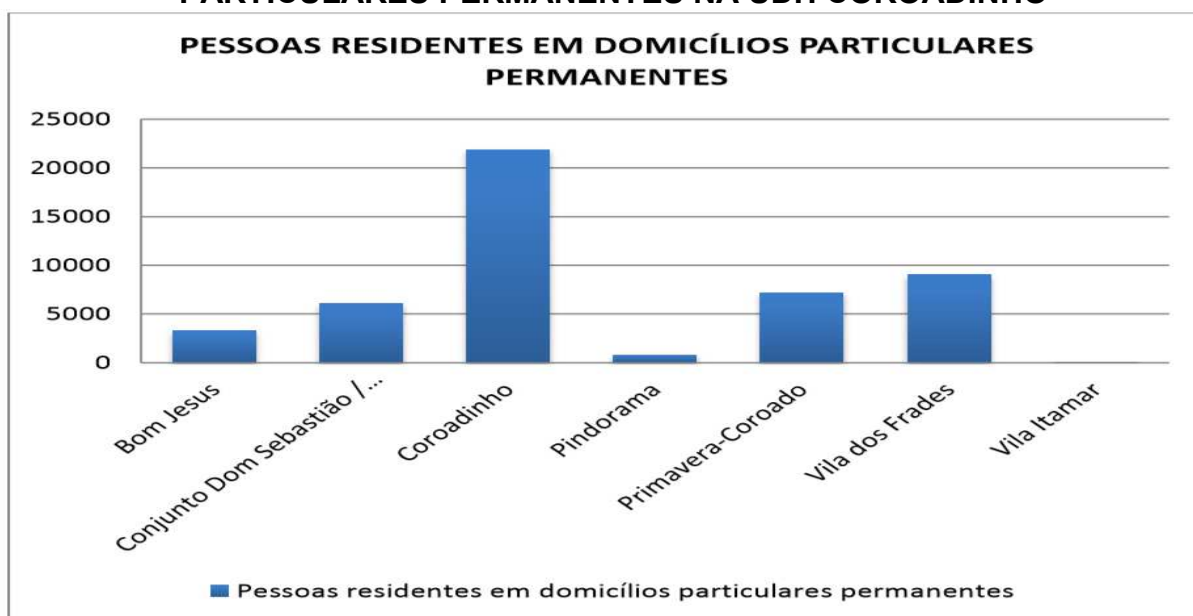
04, como esses dados estão distribuídos por distritos, números de domicílios e pessoas residentes a fim de corroborar nosso raciocínio:

GRÁFICO 03 – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NA UDH COROADINHO



Fonte: INCID 2019

GRÁFICO 04 – NÚMERO DE PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NA UDH COROADINHO



Fonte: INCID 2019

Diante da análise dos gráficos e dados acima demonstrados, podemos considerar que a quantidade de pessoas por quantidade de domicílio chega a quase 4 (quatro) pessoas por domicílio, o que a depender do tamanho da casa, o número de cômodos utilizados como dormitório e a variação no número de pessoas por cômodo

podemos suscitar um problema recorrente que é o adensamento domiciliar excessivo, definido como uma situação em que o domicílio tem mais de três moradores para cada cômodo utilizado como dormitório. Segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2019), essa inadequação obteve os percentuais mais elevados em 2018, sendo 5,6% para a população em geral e 14,5% para a população com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,50 PPC por dia, o que pode ser melhorado com o aumento do número de cômodos ou de residências no afã de mitigar essa irregularidade, pois o conforto e a comodidade é um dos pilares para uma habitação digna.

Os últimos indicadores que vamos analisar dentro do quesito habitação/domicílio e sua dignidade para morar, é a respeito do recolhimento do lixo, energia elétrica, água encanada e tipo de esgotamento sanitário.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, em relação a UDH Coroadinho no ano 2000 cerca de 75,16% da população que vivia em domicílios particulares permanentes tinham água encanada, já em 2010 esse número caiu para 64,44% (PNUD, 2019). Essa redução pode ser explicada a partir da expansão territorial desta UDH com consequente aumento de domicílios e pessoas vivendo nestes domicílios, mas sem que a promoção de água encanada se estendesse no mesmo ritmo para contemplar o crescimento populacional.

De acordo com o INCID, podemos analisar mais detalhadamente como a água encanada está distribuída por distrito, assim como outras formas de abastecimento de água, como em poços, água da chuva e outros. Vejamos o Quadro 07:

QUADRO 07: FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR DISTRITO

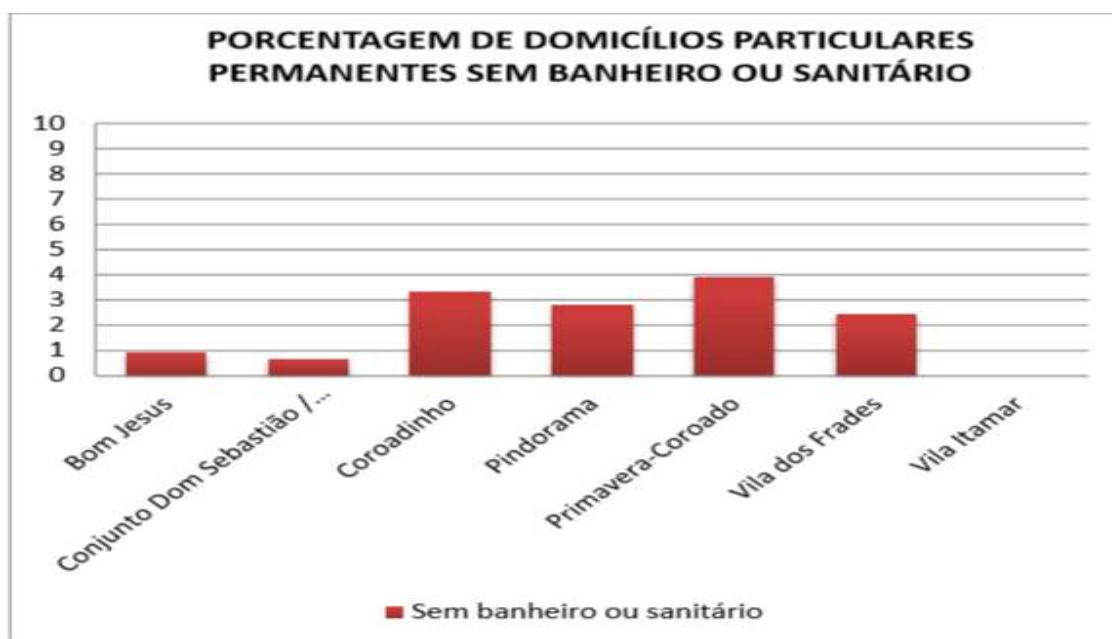
DISTRITOS URBANOS	FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (%)			
	Rede Geral	Poço ou Nascente	Chuva - Cisterna	Outra Forma
Bom Jesus	35,67	23,36	0,00	40,97
Conjunto Dom Sebastião / Vila dos Nobres/ Pq. Dos Nobres / Parque Timbira	64,17	7,66	0,00	28,17
Coroadinho	68,92	6,58	0,00	24,51
Pindorama	91,63	4,65	0,00	3,72
Primavera-Coroado	42,10	17,12	0,00	40,78
Vila dos Frades	22,01	21,22	0,00	56,77

Fonte: adaptado de INCID (2019)

Uma particularidade importante no abastecimento de água encanada nesta UDM é o fato de que a água só chega às casas pela rede de encanamento de 2 em 2 dias, o que dificulta sobremaneira a vida das pessoas que residem nesta UDH, pois precisam estar atentos aos horários e dias que a água chega nas torneiras para deixar seus vasilhames e caixas d'água cheios para utilização nos dias de carência.

Outra inadequação muito comum, mesmo em casas de alvenaria, é a ausência, no domicílio, de banheiro de uso exclusivo dos moradores, ou seja, um cômodo com instalações sanitárias e área para banho, cujo uso, no cotidiano, não é compartilhado com moradores de outros domicílios. Essa inadequação atingia, em 2018, 2,8% da população brasileira em geral, mas era de 8,5% entre a população com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,50 PPC por dia, segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2019). Neste mesmo sentido o INCID analisou por distrito dentro da UDH Coroadinho qual o percentual de domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário e verificou que muito semelhante à média nacional, nesta UDH a maioria dos distritos tem mais de 3% de domicílios sem banheiro ou sanitário, chegando até o valor de quase 4% no distrito da Primavera/Coroadinho, conforme o Gráfico 05:

GRÁFICO 05 – DOMICÍLIOS UDH COROADINHO SEM BANHEIRO OU SANITÁRIO



Fonte: INCID 2019

Para complementar o estudo sobre os banheiros, aproveitamos para analisar também o tipo de esgotamento sanitário por distritos da UDH Coroadinho, verificando

os percentuais distribuídos desde a rede geral de esgotos até mesmo quem usa os rios e lagos para efetuar suas necessidades fisiológicas. Na maioria dos distritos desta UDH, ou o esgoto sanitário está ligado à rede geral ou é esgotado através de fossa rudimentar, conforme podemos analisar no Quadro 08:

QUADRO 08: TIPOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

DISTRITOS URBANOS	TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (%)					
	Rede geral de esgoto	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Vala	Rio, lago ou mar	Sem banheiro ou sanitário
Bom Jesus	74,45	8,06	15,42	0,12	0,35	0,92
Conjunto Dom Sebastião / Vila dos Nobres/ Pq. Dos Nobres / Parque Timbira	46,83	32,89	13,70	1,67	0,06	0,66
Coroadinho	61,03	15,43	12,66	4,04	1,29	3,34
Pindorama	21,49	7,91	64,65	0,00	2,79	2,79
Primavera-Coroado	13,26	17,22	60,79	3,10	0,86	3,91
Vila dos Frades	63,11	10,21	19,63	1,88	0,29	2,46

Fonte: adaptado de INCID (2019)

Ainda na mesma linha de análise sobre água, banheiros e esgotamento encontramos a questão do lixo e sua coleta. Hodiernamente, o lixo (também chamado de resíduo urbano) se constitui um problema social, econômico, sanitário, ambiental e a quantidade produzida só aumenta cada vez mais, em que esse aumento é uma característica da sociedade consumista em que vivemos. Antes da revolução industrial o lixo praticamente se reduzia a matéria orgânica que poderia ser facilmente enterrada ou incinerada. Entretanto, com o desenvolvimento da indústria o lixo se tornou um problema multifacetado, que não apenas polui a natureza com resíduos sólidos e líquidos impróprios que podemos simplesmente queimar ou enterrar, mas também causa sérios problemas de saúde e afeta o local em que vivemos do ponto de vista social, paisagístico e com odores desagradáveis.

Analisando os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, verificamos que na UDH Coroadinho no ano 2000 cerca de 67,71% da população moradora dessa região tinham coleta de lixo em seus domicílios, já em 2010 esse número aumentou para 92,41% (PNUD, 2019). É importante ressaltar que esse aumento da coleta de lixo tenha aumentado quase 25% em uma década, pois com o aumento populacional da UDH Coroadinho ocorrendo ano após ano, assim como o

aumento do consumo e o surgimento de novos produtos e tecnologias que degradam mais severamente o meio ambiente e a saúde das pessoas quando descartados, essa questão poderia se transformar em um problema insuportável para a população que vive nesta localidade.

Ainda existe um percentual da população desta UDH que não tem coleta de lixo em sua área de domicílio e por isso os destinos dado ao seu lixo são os mais diversos possíveis, como: queimar o lixo no seu próprio terreno ou em logradouro público, enterrar o lixo, ou simplesmente jogar em terrenos baldios ou em logradouros públicos e até mesmo nos rios ou lagos que estejam próximos. Neste sentido organizamos o Quadro 09 com dados pesquisados junto ao INCID que demonstra por distrito qual o destino dado ao lixo na UDH Coroadinho, indo desde a coleta pelo serviço público de limpeza até o desprezo em rios e lagos.

QUADRO 09: DESTINO DO RESÍDUO URBANO (LIXO)

DISTRITOS URBANOS	DESTINO DO RESÍDUO URBANO (%)				
	Coletado	Queimado (propriedade)	Enterrado (propriedade)	Jogado em terreno baldio ou logradouro	Jogado em rio, lago ou mar
Bom Jesus	99,54	0,46	0,00	0,00	0,00
Conjunto Dom Sebastião / Vila dos Nobres/ Pq. Dos Nobres / Parque Timbira	99,22	0,24	0,00	0,30	0,00
Coroadinho	95,33	1,00	0,03	2,78	0,59
Pindorama	89,30	6,51	0,00	0,47	0,00
Primavera-Coroado	81,26	13,81	0,15	4,57	0,05
Vila dos Frades	94,25	1,13	0,00	4,42	0,13

Fonte: adaptado de INCID (2019)

O último ponto que analisaremos como complementação da dignidade de habitação para além do fato de se ter uma casa é o fornecimento de energia elétrica nos domicílios. Isso porque na sociedade em que vivemos nos últimos 100 (cem) anos a energia elétrica se tornou *conditio sine qua non* de conforto e dignidade, haja vista que quase todas as atividades humanas precisam desse tipo de energia.

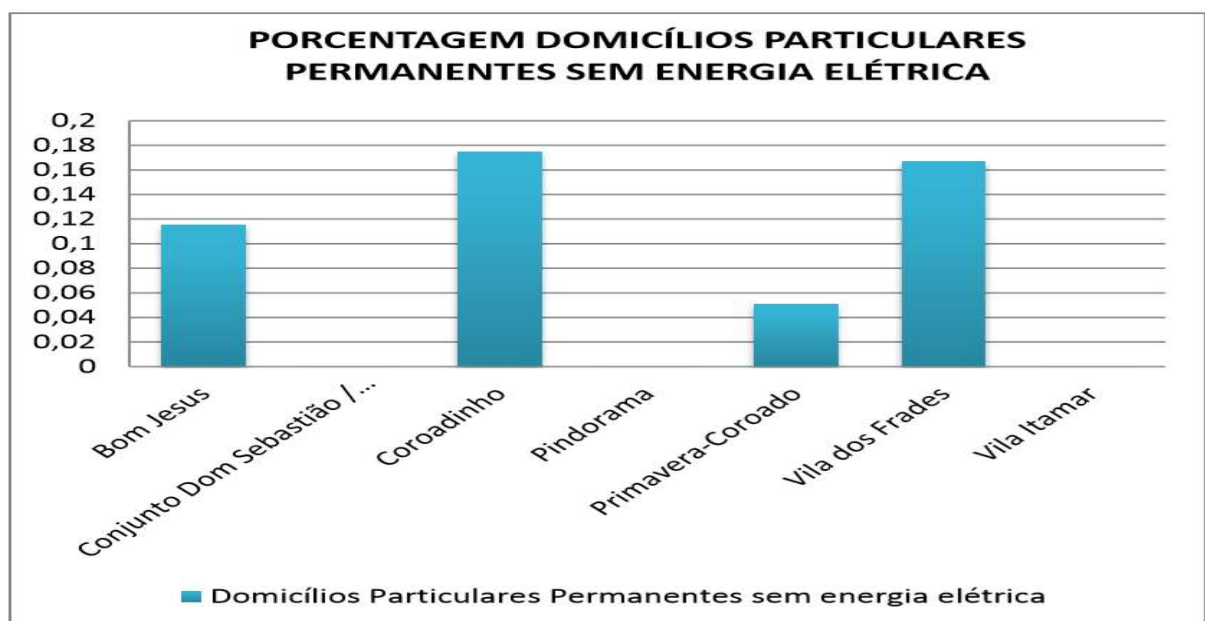
Mesmo assim, nem todas as pessoas tiveram acesso imediato e direto a essa forma de energia, e sua democratização dependeu de vários fatores ao longo das

últimas décadas. Mesmo que pareça inacreditável, ainda existem regiões no Brasil e no Maranhão que não tem fornecimento de energia elétrica.

Na UDH Coroadinho esse problema já quase não existe, sendo um fator positivo nesta localidade para a promoção da dignidade de morar. A partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, verificamos que na UDH Coroadinho no ano 2000 cerca de 99,58% da população moradora dessa região já tinham fornecimento de energia elétrica em seus domicílios, 10 (dez) anos depois essa situação se mostrou mais favorável ainda, aumentando esse percentual para 99,94% (PNUD, 2019). Poderíamos até dizer que esses 0,06% de domicílios sem energia elétrica é um número insignificante, mas não se mede a dignidade apenas pela média e sim por números absolutos. Logo, cada morador, cada ser humano tem o direito de ter conforto na sua habitação através desse serviço público.

Assim, levando em consideração esse minúsculo percentual, com base em dados do INCID, demonstramos no gráfico 06 por distritos, onde ainda não há o fornecimento de energia elétrica dentro da UDH Coroadinho.

GRÁFICO 06 – DOMICÍLIOS UDH COROADINHO SEM ENERGIA ELÉTRICA



Fonte: INCID 2019

Veja-se, portanto, que diante da temática da habitação, vários problemas e inadequações vão muito além do simples fato de ter ou não ter domicílio particular permanente próprio de alvenaria ou outro material durável. Esses fatores são importantes, mas por si só não representam dignidade, condições e direito à moradia

adequada quando analisados os elementos de acessibilidade econômica e habitabilidade. Cabe ressaltar, porém, que esses são apenas alguns tipos de inadequações e não esgotam todos os tipos de restrições ao direito à moradia adequada enfrentados pela população da UDH Coroadinho, mas consegue demonstrar por um breve panorama como essa localidade tem se desenvolvido neste quesito desde a década de 1980 até os dias atuais.

As mudanças são visíveis, quase não se vê mais casa de taipa, muitas casas tem dois pavimentos e já estão bem estruturadas com revestimentos, telhados adequados, piso aceitável, banheiros e sanitários, esgotamento, água encanada e energia elétrica, e em alguns lugares onde isso era precário o poder público tem trabalhado para oferecer mudanças. A título de exemplo, tem-se o caso das palafitas do rio das Bicas que era cartão de visitas negativo do Coroadinho, pois ficavam bem na sua entrada principal. Eram casebres de madeira sobre o rio, sem esgotamento sanitário, sem energia elétrica regularizada e/ou com instalações perigosas, sem água encanada e quando chovia e conseqüentemente o rio enchia pela quantidade de lixo e falta de sistema de drenagem eficaz, as famílias ficam desabrigadas.

A prefeitura de São Luís através do Projeto de Recuperação Ambiental e Melhoria da Qualidade de Vida da Bacia do Bacanga, que foi coordenado e executado com financiamento do Banco Mundial, entregou em 2017 em duas etapas 33 unidades habitacionais no Residencial Rio das Bicas, que era uma área prioritária de reassentamento do Coroadinho (CUTRIM, 2017). Veja na Imagem 16, foto das casas entregues no Residencial Rio das Bicas:

IMAGEM 16 – RESIDENCIAL RIO DAS BICAS



Fonte: Acervo próprio (2019).

As residências que foram construídas e entregues, como se pode ver na imagem 09, são do tipo geminadas (construídas duas a duas) e divididas com dois quartos, sala de estar, cozinha, banheiro e área de serviço, totalizando 41,55m² de área construída. O projeto contempla ainda a inclusão social, pois há casas que já foram adaptadas para pessoas com deficiência e atende também aqueles que já possuíam ou querem montar pequenos negócios, havendo nestes casos um modelo de casa com um cômodo a mais para instalação de comércio, nestes casos com área de 56,84m² no total (CUTRIM, 2017).

d) Educação

Não há dúvidas de que a educação é um dos principais pilares para o desenvolvimento humano de um país, proporcionando a todos os mais diversos benefícios que nutre estreita ligação com a qualidade de vida, renda, moradia e tantos outros indicativos. No Brasil como um todo, os alunos por causa de sua origem socioeconômica, somado às diferentes condições de funcionamento das escolas e até mesmo do tipo de gestão escolar, enfrentam um sistema educacional desigual desde a tentativa de acesso, até mesmo durante o processo de aprendizagem, o que se mostra fator determinante do seu futuro como cidadão e do desenvolvimento do país (SAVIANI, 2009).

Em nosso país o sistema educacional está organizado em dois níveis: educação básica e superior. A educação básica, divide-se em educação infantil, que compreende a faixa de 0 a 5 anos de idade; ensino fundamental, de 6 a 14 anos; e ensino médio, de 15 a 17 anos. Quanto a administração desses sistemas tanto a educação infantil como o ensino fundamental são de responsabilidade dos municípios, enquanto o ensino médio é de responsabilidade dos estados. Já a educação superior, regra geral é de competência do governo federal, não impedindo atuação dos estados e municípios (IBGE, 2019). Também não se pode esquecer que a educação pode e é explorada pela iniciativa privada em todos os seus níveis, mas sempre controlada e fiscalizada pelo Estado, que fornece autorização para funcionamento e torna oficial do mesmo jeito como o ensino público.

Considerando inicialmente a Educação Básica, buscamos fazer uma pesquisa junto à Secretaria Municipal de Educação de São Luís (SEMED) para levantar dados

sobre as escolas do município presentes na UDH Coroadinho e suas adjacências, e inicialmente construímos a tabela 08 para fins de análise:

QUADRO 10: DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS UDH COROADINHO

17 ESCOLAS	ALUNOS			TURMAS			PROFESORES		
	MAT	VESP	NOT	MAT	VESP	NOT	MAT	VESP	NOT
UI DUQUE DE CAXIAS	217	216	0	8	7	0	17	19	0
UI ARTUR AZEVEDO	143	275	0	5	9	0	9	20	0
UEI NIELZA LIMA DE MATOS	110	52	0	9	4	0	8	6	0
UEB ROSA MOCHEL	101	122	0	7	8	0	12	12	0
UEB MARIA AMELIA PROFETA	71	56	0	3	3	0	4	3	0
UEB VERA MACIEIRA	47	47	0	3	3	0	4	4	0
UEB RIVANDA BERENICE BRAGA	61	76	0	3	4	0	5	7	0
UEB DARCY RIBEIRO	96	0	0	5	0	0	8	0	0
UEB ENS FUND CAMELIA COSTA VIVEIROS	271	309	0	10	10	0	21	13	0
UEB ENS FUND JOSE CUPERTINO	111	106	11	4	4	2	6	6	2
UEB ENS FUND PROF RUBEM ALMEIDA	519	607	92	18	18	4	24	37	7
UEB ENS FUND RIVANDA BERENICE BRAGA	141	150	17	6	7	4	14	23	4
UEB ENS FUND JOSUE MONTELLO	199	248	0	7	7	0	10	18	0
UEB ENS FUND DARCY RIBEIRO	148	136	0	5	5	0	12	18	0
UEB ENS FUND JOAO LIMA SOBRINHO	390	350	229	12	12	6	46	25	11
TOTAL	2625	2750	349	105	101	16	200	211	24

Fonte: Elaboração própria. Dados da SEMED (2019).

Para a Secretaria municipal de Educação de São Luís todas essas escolas que apresentamos na tabela 08 fazem parte do que eles denominam de Núcleo

Coroadinho, que são escolas que mesmo não estando dentro da área da UDH estudada, mas ficam em regiões próximas, de modo que possa atender as crianças e adolescentes da região. Veja-se através dos dados fornecidos pela SEMED que no ano de 2019, entre educação infantil e fundamental a prefeitura mantém nesta região através de 17 escolas o total de 5.724 alunos nos três turnos com maior concentração nos turnos matutino e vespertino posto que poucas dessas escolas oferecem aulas a noite para a Educação de Jovens e Adultos (SEMED, 2019).

Ao visitar algumas dessas escolas, percebe-se que a estrutura em muitas delas são insuficientes e até precárias, com salas e muros riscados, falta de pintura, cadeiras quebradas, telhados com goteiras, algumas estruturas com funcionamento parcial ou algum tipo de inadequação na sala de informática, laboratórios de ciências, bibliotecas, quadra de esportes etc.

Por outro lado, todas oferecem alimentação em forma de lanche e uniforme para os alunos e, algumas até possuem um padrão de estrutura muito bom. Assim, infere-se que não tem como traçar um padrão estrutural específico sobre elas, porque a depender da escola, nível de ensino, gestão e localização, estão com estruturas diferentes para uma comparação mais precisa.

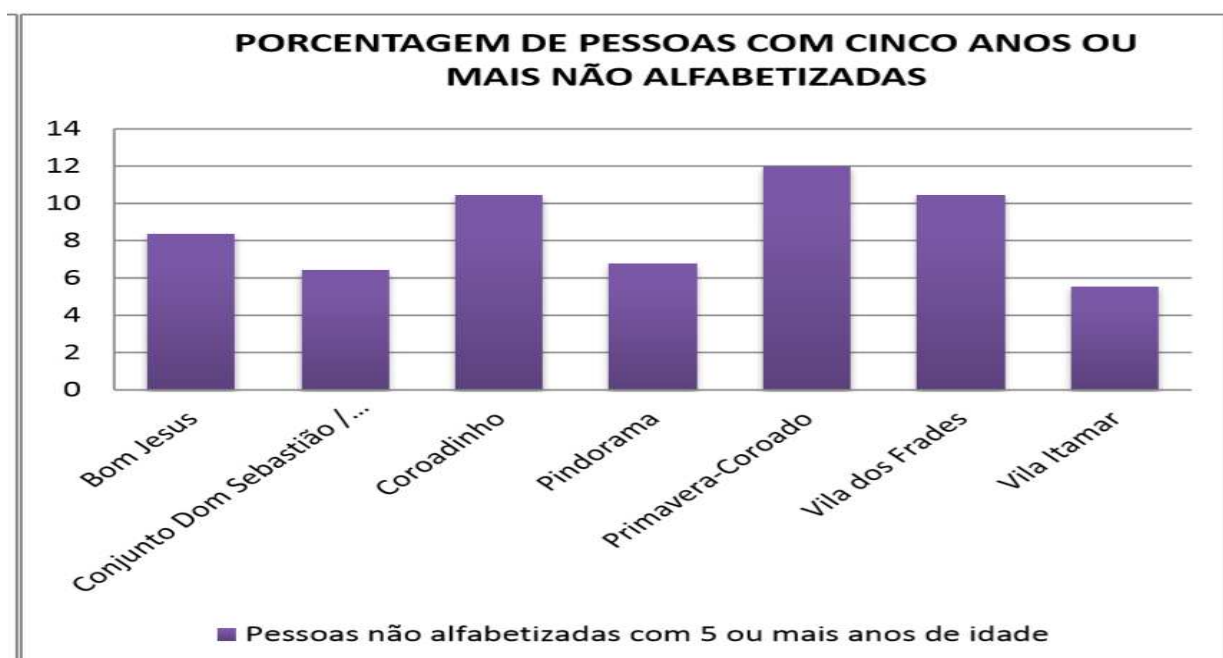
Em relação as escolas de ensino médio mantidas pelo governo estadual, na UDH do Coroadinho só existe o Centro de Ensino de Tempo Integral Dorilene Silva Castro que em 2019 tem 335 alunos em período integral, das 7h30 às 17h. Os alunos passam o dia na escola e fazem no mínimo três refeições (lanches as 9h e 15h, e almoço as 12h). A escola existe desde 2013, mas somente a partir de 2017 passou a funcionar em regime de tempo integral e tem uma estrutura muito boa e limpa, com 10 salas de aulas, laboratório de informática, auditório, quadra de esportes, 02 laboratórios de ciências e conta com uma equipe de 21 professores no período diurno e 16 professores no período noturno, quando funciona a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e mantém 168 alunos (dados levantados por meio de pesquisa de campo e entrevista com o diretor da escola).

No que tange ao ensino superior a UDH Coroadinho não tem qualquer Instituição de Ensino Superior pública ou privada em sua área, sendo as mais próximas: Universidade Federal do Maranhão (distante uns 10km), Universidade Estadual do Maranhão (distante uns 13km) e o Instituto Federal Tecnológico do Maranhão (distante uns 7km) entre as públicas. Inclusive, dos jovens adultos de 18 a 24 anos, somente 5,22% estavam cursando o ensino superior no ano de 2010.

Em qualquer dos níveis, as estruturas, a frequência escolar e o término dos ciclos de estudos representam de algum modo como o desenvolvimento em relação à educação tem progredido nesta UDH. Portanto, na UDH Coroadinho, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 96,72%, de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 80,69%, a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 61,57%, a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 48,49%, e 79,17% da população de 6 a 17 anos da UDH estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem na relação idade-série (PNUD, 2019).

Infere-se pelos dados e realidade analisada que a maioria dos estudantes iniciam normalmente sua vida escolar entre os 5 e 6 anos de idade, pois geralmente os pais se esforçam para ver a criança iniciar os estudos por diversos motivos, desde acreditar que terão um futuro melhor através da educação até mesmo para ver a criança ocupada em um dos turnos da escola enquanto os pais se ocupam com outras atividades laborais e não-laborais. Por isso, diante do índice de 96,72% das crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, o número de analfabetos na UDH está diminuindo gradativamente, segundo dados do INCID (2019). Veja no Gráfico 07:

GRÁFICO 07 – PESSOAS COM 5 ANOS OU MAIS NÃO ALFABETIZADAS NA UDH COROADINHO



Fonte: INCID 2019.

Outro indicador importante nesta análise do desenvolvimento humano por meio da educação é a escolaridade da população adulta. Como já analisamos anteriormente as crianças não alfabetizadas, aqui importa agora discutir o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo ou incompleto. Neste caso, é importante estes dados porque muitos iniciam os ciclos de estudos, mas abandonam antes do seu término, muitas vezes por necessidade de trabalhar para o seu próprio sustento e sustento de sua família, e a impossibilidade de conciliar o trabalho e sala de aula, o cansaço ou até mesmo outras distrações impede o retorno as salas de aula e conclusão dos seus ciclos de estudos. Esse indicador carrega uma grande inércia nos dados principalmente por causa das gerações mais antigas que davam menor importância para a escolaridade como fator de sobrevivência e desenvolvimento.

Em 2010, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade da UDH do Coroadinho, 11,06% eram analfabetos, 53,62% tinham o ensino fundamental completo, 34,90% possuíam o ensino médio completo e 1,27%, o superior completo. No município de São Luís, esses percentuais são, respectivamente, 5,92%, 70,41%, 54,79% e 13,73%. Já na RMGSL, os percentuais são 6,98%, 68,30%, 52,62% e 11,86%, respectivamente (PNUD, 2019).

Percebe-se então que no que tange ao grau de escolaridade, a UDH do Coroadinho está sempre abaixo da média em relação ao município de São Luís e da Região Metropolitana em que estava inserido, figurando como área carente de investimentos e políticas públicas voltadas para fomentar a educação e mitigar as desigualdades de oportunidades e desenvolvimento humano.

Por fim, outro ponto gritante que precisa ser analisado é o percentual de pessoas que residem nessa UDH com curso superior completo, representado em valores de 1,27% apenas. Em comparação com a média do município de São Luís, a UDH Coroadinho tem percentual de pessoas com ensino superior completo quase onze vezes menor que a capital do estado, e esses resultados são reflexos dos números e políticas públicas que tem origens na educação básica. Entre vários fatores que podem explicar esses dados, um deles de suma importância é o perfil dos estudantes que frequentam as escolas públicas na educação básica e na educação superior, e suas oportunidades e desigualdades no acesso. Pois, na educação básica, as escolas de rede pública são compostas em sua maioria por estudantes dos dois quintos da população com os menores rendimentos, enquanto na rede privada esse

padrão se inverte. Já no ensino superior independentemente da rede de ensino, possui um perfil mais privilegiado de seus estudantes, prevalecendo alunos do quinto da população com maiores rendimentos na proporção de 30,5% na rede pública e 36,1% na privada (IBGE, 2019). Ou seja, as dificuldades de acesso para a população mais pobre nas universidades públicas ou privadas são maiores, trazendo reflexos diretamente no emprego, renda e consequentemente no desenvolvimento humano.

e) Renda e Trabalho

Em uma visão mais clássica de desenvolvimento econômico se acreditava que as desigualdades sociais era efeito colateral obrigatório para haver crescimento. Entretanto, paulatinamente este pensamento tem sido superado e tem ganhado força a visão de que as desigualdades sociais atrapalham o desenvolvimento e por isso precisam ser superadas. É inclusive diante desta premissa que a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) tratando dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) traz como primeiro objetivo a erradicação da pobreza com os indicando que se deve acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. No Brasil essa meta está desenhada objetivando que até 2030, deve-se erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC\$3,20 per capita por dia (IPEA, 2019).

Pobreza, desigualdade social, renda e trabalho estão relacionados entre si e diretamente com o desenvolvimento. Portanto é necessário ter parâmetros para analisar estes indicadores a fim de entender se sob estes aspectos podemos verificar a questão do desenvolvimento na UDH Coroadinho.

A pobreza pode ser vista em dois sentidos, em um mais amplo pode se entender como a privação do bem-estar e limitação da capacidade de participar na sociedade sob diversos aspectos, indo desde a sensação de segurança, acesso a oportunidades, alimentação adequada e até mesmo ter bons relacionamentos sociais. De outro modo a pobreza em sentido mais estrito pode ser entendida apenas como a ausência de condição monetária que vai definir os limites para classificar quem é pobre ou não (OSÓRIO, 2019).

Para ter o parâmetro que define essa linha de pobreza, o Brasil é classificado entre os países com rendimento médio-alto, com base na Renda Nacional Bruta - RNB

per capita, e neste caso o Banco Mundial sugere a linha de US\$ 5,50 PPC para classificar as pessoas na pobreza como visto anteriormente.

Como o valor é estipulado em dólares essa conversão cambial usada para chegar ao valor mensal em reais não usa a taxa de câmbio simplesmente, mas o chamado método de “paridade de poder de compra” (PPC), que leva em conta o valor necessário para comprar a mesma quantidade de bens e serviços no mercado interno de cada país em comparação com o mercado interno dos Estados Unidos. Como o valor estipulado pelo Banco Mundial foi estabelecido em 2011, o IBGE usa a taxa de conversão pelo PPC daquele ano e atualiza os valores pela inflação (VALDUGA; FERREIRA, 2019).

A partir da definição desses parâmetros e com base na Síntese de indicadores Sociais (SIS) publicados recentemente pelo IBGE, no ano de 2018, 25,3% da população brasileira tinha rendimentos abaixo de US\$ 5,50 PPC por dia. Se converter para real com o método indicado no parágrafo anterior, fica aproximadamente R\$ 420,00 mensais, o que equivale a cerca de 44% do salário mínimo vigente em 2018, que estava no valor de R\$ 954,00 até o final de dezembro (IBGE, 2019).

Ainda segundo o IBGE, o Brasil atingiu nível recorde de pessoas vivendo em situação de miséria em 2018, pois chegou à marca de 13,5 milhões de pessoas com renda mensal per capita inferior a R\$ 145,00, ou seja, 1,9 dólares por dia, que se trata de outro critério adotado pelo Banco Mundial, mas que serve para identificar a condição de pobreza extrema (geralmente em países de baixo rendimento, como parte dos países da África e países marcados por conflitos recentes como Afeganistão, Haiti e Síria). Esse número é equivalente a 6,5% dos brasileiros e segundo comparação da síntese de indicadores sociais publicada, é maior que a população de países como Bolívia, Bélgica, Cuba, Grécia e Portugal (IBGE, 2019).

Segundo a mesma publicação, todos os estados das regiões Norte e Nordeste apresentaram indicadores de pobreza acima da média nacional e quase metade (47,0%) dos brasileiros abaixo da linha de pobreza em 2018 estava na Região Nordeste. Pela linha de US\$ 5,50 PPC diários, em 2018, o Maranhão foi o estado com maior percentual de pessoas com rendimento abaixo da linha da pobreza, chegando à marca dos 53,0% (IBGE, 2019).

Analisando os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, podemos verificar também que na UDH do Coroadinho no ano de 2010 quando o salário mínimo era de R\$ 510,00, a renda per capita média desta UDH era de R\$ 305,58 enquanto no

município de São Luís era de R\$ 805,36 e na RM da Grande São Luís (RMGSL) de R\$ 710,73. É notável que a renda per capita do município e da RMGSL estão acima do valor estipulado ao salário mínimo vigente na época, enquanto no Coroadinho a renda per capita correspondia a menos de 60% do salário mínimo (PNUD, 2019).

Ainda em 2010, com valores de referência no mês de agosto, a proporção de pessoas pobres na UDH do Coroadinho, ou seja, que tinham renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 era de 20,62%. Comparando com o município de São Luís que tinha a proporção de 13,81% e da Região Metropolitana que era de 16,08%, mais uma vez constatamos que a UDH paira em índices muito abaixo do mínimo esperado (PNUD, 2019).

Infelizmente não há dados mais atualizados da UDH Coroadinho sobre a proporção de pessoas na pobreza, sendo que os últimos dados oficiais são de 2010. A pobreza não afeta a todos as pessoas da mesma forma, existindo alguns perfis populacionais mesmo que dentro de uma área com relativa homogeneização como a UDH, que estão mais propensos a possuir rendimento inferior aos US\$ 5,50 PPC por dia. Portanto, é perigoso fazer por conta própria estimativas de como estes números estariam quase 10 anos depois (2010-2019), haja vista a quantidade de variáveis que envolvem essa análise. Mesmo assim é possível algumas considerações importantes a partir dos dados que temos, vejamos no Quadro 11:

QUADRO 11: INDICADORES DE POBREZA UDH COROADINHO

INDICADOR	2000	2010
Renda per capita	177,59	305,58
% de extremamente pobres	21,89	6,25
% de pobres	51,77	20,62

Fonte: Elaboração própria. Baseado em dados ADHB (2019).

Percebe-se pelos dados na tabela 09 que houve uma redução significativa em relação ao número de pessoas extremamente pobres no Coroadinho, reduzindo seu percentual em três vezes e meia de 2000 a 2010. Neste mesmo período houve uma redução de duas vezes e meia o percentual em relação as pessoas na linha da pobreza, assim como quase dobrou o valor da renda per capita, sendo que neste último caso não se trata de um dado absoluto, haja vista termos que considerar outras variáveis como salário mínimo vigente, inflação e outros. Mesmo assim o percentual

de pobres e extremamente pobres diminuiu e deve ser analisado como uma evolução no crescimento desta UDH.

Ao lado da análise da pobreza devemos também dar ênfase ao trabalho, pois com o ingresso no mercado de trabalho teríamos em tese o principal meio de redução de pobreza. Digo em tese porque nos últimos anos as estatísticas têm apontado que apenas os maiores rendimentos têm apresentado crescimento significativo, mantendo os menores rendimentos estagnados ou até mesmo com perdas. Vejamos no Quadro 12 como isso ocorreu entre os anos de 2000 e 2010 na UDH do Coroadinho com pessoas que ganhavam até cinco salários mínimos, em que os menores salários ou tiveram perda ou ficaram estagnados.

QUADRO 12: RENDIMENTO MÉDIO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS NA UDH COROADINHO

RENDIMENTO MÉDIO	2000	2010
% dos ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo	72,24	25,95
% dos ocupados com rendimento de até 2 salário mínimo	93,88	90,55
% dos ocupados com rendimento de até 5 salário mínimo	99,78	99,37

Fonte: Elaboração própria. Adaptado de ADHB (2019)

Ainda na UDH Coroadinho, em 2010, o percentual da população economicamente ativa com idade de 18 anos ou mais que estava ocupada com algum labor era de 66,00%, já a taxa de desocupação da população economicamente ativa de 18 anos ou mais era de 13,78%, e a população economicamente inativa era de 20,2%. Nestes casos as estatísticas nos mostram que a simples inserção das pessoas no mercado de trabalho não é medida suficiente para superar a pobreza, pois mesmo dentre os ocupados, 14,3% possuem rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,50 PPC por dia, o que os coloca numa condição de vulnerabilidade social e condições precárias de sobrevivência (PNUD, 2019).

Utilizando-se dos dados apresentados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil vamos comparar algumas questões sobre o mercado de trabalho e trabalhadores na UDH Coroadinho entre os anos de 2000 e 2010, como percentual de pessoas em atividade, desocupados e o grau de formalização de emprego ou trabalho de quem está ocupado em alguma atividade laboral que possa lhe garantir algum tipo de renda. Veja o Quadro 13 a seguir:

**QUADRO 13: OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS OU MAIS NA UDH
COROADINHO**

INDICADOR	2000	2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	67,45	66,00
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	23,74	13,78
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	35,40	49,12

Fonte: Elaboração própria. Adaptado de ADHB (2019)

Pode-se notar, a partir dos dados apresentados que as questões relacionadas ao trabalho entre 2000 e 2010 melhoraram para as pessoas residentes no Coroadinho, pois houve diminuição no percentual de desocupados e aumento no percentual de formalização dos que já estavam ocupados, ou seja, trabalho formal com carteira assinada garantindo direitos acidentários e previdenciários também.

De certo modo essa redução entre os desocupados e o aumento da formalização tem uma relação direta com a educação, pois o nível educacional dos ocupados também aumentou, pois em 2000 os que tinham o ensino fundamental completo era na casa dos 43,03% e subiu para 62,28% em 2010. Em relação aos ocupados com o ensino médio completo que era de 22,83% em 2000, subiu para 41,05% em 2010. Infelizmente esse cenário tem mudado nos últimos anos, pois a subutilização da mão obra passou de 15,8% em 2015 para 24,6% em 2018, o que tem favorecido baixos rendimentos, aumento da desigualdade e pobreza (PNUD, 2019).

É fato que o aumento da desigualdade é efeito colateral da falta de ganho real no salário mínimo ocorrida em 2018, somado à informalidade e subutilização da mão de obra, que atingiram níveis altíssimos chegando atualmente a 41,4% das pessoas ocupadas nessa condição (IPEA, 2019).

Essa desigualdade pode ser avaliada pelo Índice de Gini¹⁶, um padrão que serve para mensurar o seu nível e possibilitar comparações. No Coroadinho, em 2000 esse índice era de 0,45 e teve uma redução para 0,38 em 2010 o que demonstrou uma redução nas desigualdades sociais (PNUD, 2019). Entretanto ele voltou a subir nos anos seguintes, principalmente nos últimos quatro anos, de modo que em 2015,

¹⁶ É um coeficiente usado para mensurar o grau de concentração de renda entre países, estados, municípios, UDH e outros. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos e numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa, estado, nação detém toda a renda do lugar avaliado (SOARES, 2018).

atingiu o mínimo da série histórica, com 0,52 e chegou a 0,54 em 2018 (IBGE, 2019), ou seja, a desigualdade está cada vez maior e apenas a tentativa de aumentar o emprego parece não ser suficiente para resolver essa situação, exigindo-se que outras medidas sejam pensadas e executadas para mitigar as desigualdades sociais.

f) Saúde

O desenvolvimento e a saúde são direitos sociais. Entretanto, a questão da saúde está inserida no cenário contemporâneo de uma globalização fortemente assimétrica, de revolução tecnológica e da situação de dependência e atraso. Por isso é fundamental ter uma concepção de saúde como elemento constituinte da condição de cidadania, sendo parte inerente do próprio conceito do desenvolvimento. Pois não é possível pensar em desenvolvimento com a saúde precária. Nesse sentido,

A saúde possui uma dupla dimensão na sua relação com o desenvolvimento. Numa primeira vertente, é parte do sistema de proteção social, constituindo um direito de cidadania inerente ao próprio conceito de desenvolvimento. Numa segunda vertente, a base produtiva em saúde - de bens e serviços - constitui um conjunto de setores de atividade econômica que está na fronteira do conhecimento mundial que é um fator determinante da soberania dos Estados Nacionais, além de possuir uma participação expressiva no Produto Interno Bruto e no emprego (respectivamente, em torno de 9% e de 10% nos empregos formais qualificados). Talvez o rumo do conhecimento científico e tecnológico e das inovações seja a grande questão de saúde pública do século XXI. Ou a saúde assume a centralidade dessa agenda ou as bases concretas da sustentabilidade dos sistemas universais estarão comprometidas em médio e longo prazo, minando um modelo bem-sucedido de promoção, prevenção e atenção à saúde (GADELHA, 2012, p. 3).

Considerando que a saúde é um vetor fundamental do desenvolvimento, buscamos analisar como a rede de saúde pública atende a população na UDH do Coroadinho e para isso fizemos visita e pesquisa *in loco*. Constatamos que não há nenhuma maternidade instalada para atendimento da população e que para toda a região existe apenas um único Hospital chamado de Unidade Mista do Coroadinho e com atendimento pediátrico como uma das suas especialidades, levando a população dessa região a ter que utilizar de toda a rede de saúde pública existente em bairros adjacentes e até mais distantes.

Mesmo assim, em 2010 a taxa de mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) no Coroadinho era de 31,1 óbitos por mil nascidos vivos, enquanto a taxa de mortalidade infantil do município de São Luís e da Região

Metropolitana eram apenas de 18,1 e 19,3 óbitos por mil nascidos vivos, respectivamente, para o mesmo ano. Se compararmos com o ano 2000 quanto a taxa de mortalidade na UDH era de 49,2%, percebemos que houve uma redução importante neste índice. Em relação a mortalidade de crianças até 5 anos de idade no ano 2000 era de 63,0% e dez anos depois reduziu para quase metade ficando em 33,9%, o que também é motivo para entender como evolução (PNUD, 2019).

Entre as principais causas da mortalidade infantil verificadas no Coroadinho estão a falta de assistência e de instrução às gestantes, a ausência de acompanhamento médico durante a gestação, desnutrição da mãe e da criança, e principalmente a ausência de saneamento, pois este fator provoca a contaminação da água e dos alimentos consumidos, desencadeando diversas enfermidades que levam as crianças a óbito. Veja-se que não há que se falar de indicadores isolados, principalmente quando se trata de saúde, pois todos estão entrelaçados e interdependentes para implicar no resultado que é a qualidade de vida.

Do total de mulheres que engravidaram e tiveram filhos, 4,78% tinham idade entre 10 e 17 anos o que vem diminuindo gradativamente. Assim como tem havido redução também no percentual de mães que são chefes de família, não tem nem o ensino fundamental completo e filho menor, pois no ano 2000 era um percentual de 65,71% e em 2010 teve uma redução de quase metade ficando com uma taxa de 36,59% (PNUD, 2019).

Já a expectativa de vida ao nascer era de 65,5 anos nesta localidade no ano 2000 e teve um aumento de 4 anos de vida quando verificado novamente em 2010, passando a ser de 69,5 anos. É importante considerar que no município de São Luís a expectativa é de 73,8 anos (IPEA, 2019). É claro que o aumento de vida deve ser visto com otimismo, ainda que não seja um crescimento tão relevante, pois ela representa a melhoria de diversos aspectos da vida do ser humano, como evolução na saúde, alimentação, renda, trabalho, educação entre outros indicadores que influenciam direta e indiretamente na expectativa de vida.

Atualmente na Unidade Mista do Coroadinho existem as seguintes especialidades de atendimento, no total de 11 (onze): Assistente Social, Clínico Geral, Dermatologista, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Gastroenterologista, Nutricionista, Obstetra, Odontólogo, Pediatra e Psiquiatra. Além disso conta com programas de vacinação, tuberculose, Hanseníase e até tratamento de acne que pode ser realizada por meio de consulta e atendimento ambulatorial (UMC, 2019).

IMAGEM 17: UNIDADE MISTA DO COROADINHO

Fonte: Acervo próprio

O hospital conta com uma equipe de 235 funcionários, dentre estes 28 enfermeiros, 14 bioquímicos, 36 médicos, 60 técnicos em enfermagem, 26 auxiliares administrativos, 08 técnicos de laboratório, 07 motoristas, dentre outros cargos e funções. Possui capacidade para até 50 pessoas internadas e funciona inclusive com atendimento em regime de plantão (UMC, 2019).

Nos últimos três anos, dentre as diversas especialidades e modalidades de atendimentos, a Unidade Mista tem aumentado seu potencial de atender a população, tanto aumentando o rol de serviços como o número de atendimentos anuais. Comparando os anos de 2017, 2018 e 2019, encontramos os seguintes dados no Quadro 14:

QUADRO 14: TOTAL DE ATENDIMENTOS NA UNIDADE MISTA COROADINHO

DISCRIMINAÇÃO	2017	2018	2019 (JAN-OUT)
Internações Médicas	369	446	431
Total de atendimentos	464.861	420.440	508.216

Fonte: Elaboração própria. Baseado em dados UMC (2019)

Percebe-se, portanto, que houve aumento ano a ano nas internações médicas e no total de atendimentos, chegando aos números de 431 internações e 508.216

atendimentos totais, apenas nos dez primeiros meses do ano de 2019. Mesmo assim, diante do tamanho da população que vive nesta UDH, o hospital ainda é insuficiente para dar conta das necessidades tanto em número de atendimentos como em relação as especialidades, levando os moradores a procurar outros hospitais, unidades mistas, centros de saúde e Unidades de Pronto Atendimento fora da região da UDH Coroadinho para serem atendidos o mais breve possível pelo sistema público de saúde, como já havíamos mencionado.

Ter um hospital funcionando dentro da área da UDH Coroadinho com tantos atendimentos e especialidades é um indicador de desenvolvimento focado na saúde da população, mas que não pode ficar estagnado diante do crescimento populacional, aumento das enfermidades e envelhecimento da sociedade brasileira, exigindo um conjunto de políticas públicas mais focada na prevenção a fim de evitar custos com o tratamento de enfermidades que possam ser evitadas por outros meios como saneamento básico, educação e campanhas preventivas.

Esta UDH tem contado também com um cronograma das ações da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) na força-tarefa no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, as equipes verificam os possíveis pontos de criadouro e analisam os tanques e reservatórios de água em geral promovendo também orientação aos moradores de como eliminar e prevenir os focos do mosquito. O principal objetivo é mitigar o aumento dos casos de dengue e reforçar a conscientização das pessoas sobre a importância da prevenção (SEMUS, 2019).

g) Infraestrutura, Lazer e Regularização Fundiária

Se compararmos o Coroadinho do final da década de 1980 e início dos anos 1990, após a invasão, e o Coroadinho de 2019 veremos que mudanças significativas foram implementadas pelo poder público, organizações civis e comunidade em geral. Entretanto, quando nos damos conta do lapso temporal de mais de 30 anos e diluímos as obras realizadas fica perceptível que as políticas públicas promovidas na região foram tímidas em relação ao potencial que região merece diante de tantas pessoas carentes de atenção do poder público.

Cientes de que não é possível levantar todas as obras e investimentos feitos no Coroadinho nestes últimos 30 anos, vamos elencar pelos menos alguns que ao nosso juízo servem de exemplos de mudança na qualidade de vida da população

desta UDH e que mesmo de longe são compatíveis com a busca do desenvolvimento social e humano que nos propomos a discutir nesta pesquisa.

A população dessa UDH já sofreu muito com ruas esburacadas, sem asfaltamento, sem drenagem e tantas outras mazelas em infraestrutura, mas diante de constantes protestos, denúncias e reclamações, nos últimos 5 anos paulatinamente a UDH tem recebido constantes serviços de asfaltamento e melhoria nas ruas e avenidas por meio de obras do poder público. Vejamos algumas imagens de 2015, apenas por amostragem, das ruas e avenidas do bairro:

IMAGEM 18: AVENIDAS E RUAS ESBURACADAS



Fonte: Blogger Coroadinho em foco/Portal Imirante¹⁷

De acordo com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de São Luís (SEMOSP), mais de 300 ruas e avenidas da UDH Coroadinho receberam nova pavimentação asfáltica ou calçamento em bloquete, meio-fio, sarjetas e calçadas,

¹⁷ Em 2015 a população indignada com precariedade e buracos nas ruas, interditou a principal avenida do Coroadinho plantando bananeiras e bloqueando o tráfego de veículos como forma de protesto pelo descaso do poder público. Disponível em: < <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2015/07/08/mora-dores-do-coroadinho-undefinedplantamundefined-bananeiras-em-via-para-protestar/>> Acesso em: 22 fev. 2019.

proporcionando urbanização e viabilidade de tráfego para pedestres e motoristas em áreas que antes estavam degradadas e esquecidas pelo poder público. Paralelamente foi realizada a limpeza e desobstrução de bueiros e rede de esgoto que estavam entupidos impedindo o tráfego e propagando doenças e mal-estar, conforme se pode ver em algumas fotos na Imagem 19 (SEMOSP, 2019):

IMAGEM 19: RECUPERAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS



Fonte: SEMOSP (2019)

A drenagem era outro problema alarmante na área do Coroadinho, pois todas as vezes que chovia forte as ruas se alagavam, entrando água nas casas, impedindo o tráfego de veículos, causando acidentes e transtornos aos moradores e principalmente sendo um vetor para transmissão de doenças. Apesar de atingir várias regiões do Coroadinho, o ponto mais crítico e rotineiro se dava na entrada principal, nas proximidades do rio das Bicas, pois com a cheia do rio e excesso de lixo e vegetação combinado com um sistema de drenagem precário, rapidamente as ruas e casas eram invadidas pela água como se pode ver nas imagens a seguir:

IMAGEM 20: ALAGAMENTO NAS RUAS E CASAS NO PERÍODO DE CHUVA



Fonte: Blogger Coroadinho em foco

Segundo a SEMOSP para resolver esse problema foi necessário a implantação de uma nova rede de drenagem e um trabalho de intervenção, reestruturação e recuperação do canal do rio das Bicas com extensão de 2.095 metros, construção de unidades habitacionais, pavimentação e urbanização de praças nas margens esquerda e direita da bacia.

Também foi realizado a desobstrução do trecho do canal do Coroadinho que é contíguo à Unidade de Educação Básica Darcy Ribeiro, cuja obstrução sempre gerava inundações de ruas e casas no Sacavém, Coroadado e Coroadinho. Foram mais de 15 toneladas de material (lixo, lama, vegetação etc.) retiradas pelos maquinários da SEMOSP em uma extensão de 200 metros do canal, na margem da Avenida dos Africanos, e implantadas manilhas e canaletas para permitir maior vazão da água (SEMOSP, 2019). Vejamos fotos de várias obras realizadas para melhorar o sistema de drenagem nesta UDH:

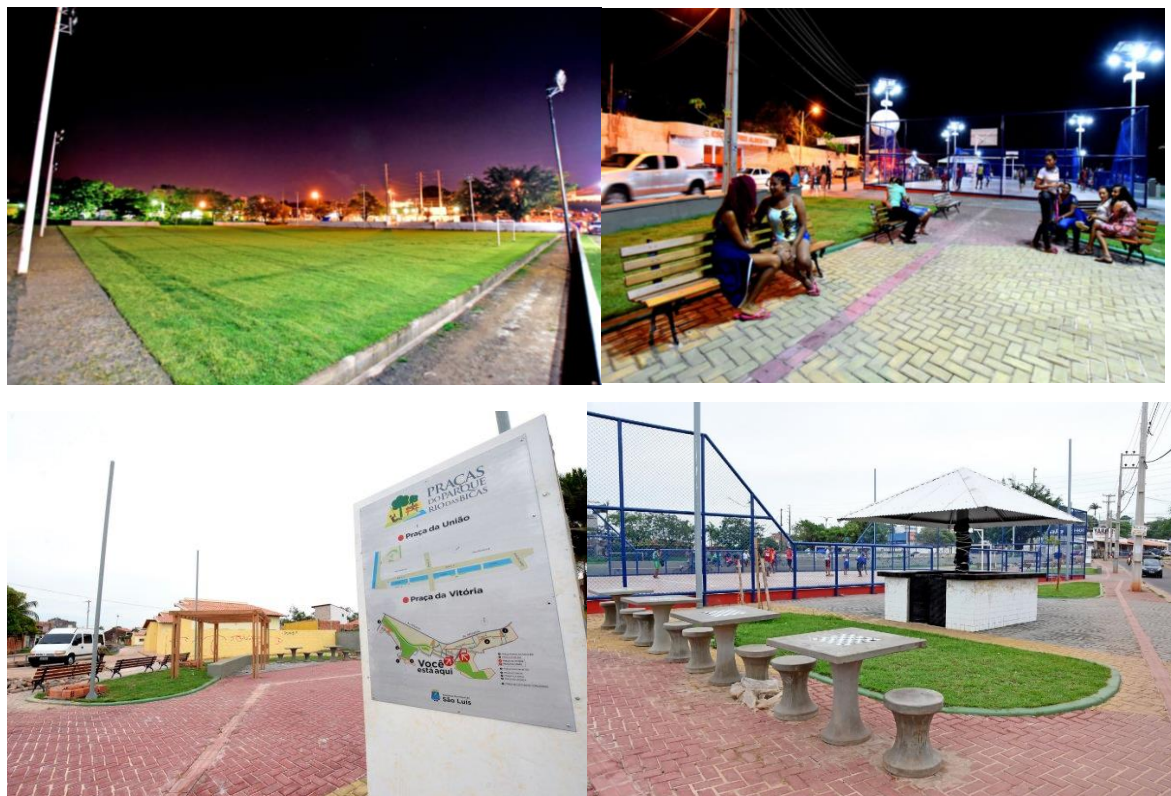
IMAGEM 21: OBRA DE RECUPERAÇÃO DO CANAL RIO DAS BICAS



Fonte: SEMOSP (2019)

Junto à recuperação do canal do rio das Bicas, com financiamento obtido junto ao Banco Mundial para limpeza e reestruturação do rio, serviços de drenagem, pavimentação e construção de casas, vieram também várias outras ações de urbanismo e paisagismo, como o parque urbano do rio das Bicas composto por cinco praças, sendo cada uma com playground, quadras esportivas, academias abertas, mesa de jogos, espaços de lazer e recreação, equipamentos diversos e revitalização do campo de futebol, promovendo assim cidadania para a população dessa região através de áreas urbanizadas e propícias ao lazer e cultura.

IMAGEM 22: CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS, QUADRAS E CAMPOS DE FUTEBOL



Fonte: SEMOSP (2019)

Na UDH Coroadinho, a prefeitura também investiu na limpeza geral da área e combate ao descarte irregular dos resíduos sólidos nas ruas e espaços vazios, com a implantação na área de dois Ecopontos que estão operando regularmente. Estes locais são instrumentos com o objetivo de garantir à população um local para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos recicláveis e volumosos, se tornando assim espaços de promoção da limpeza urbana. Segundo a SEMOSP os resíduos recicláveis são compostos, principalmente, por metais (como aço e alumínio), papel, papelão, embalagens longa vida, diferentes tipos de plásticos e vidro.

Já os resíduos volumosos são aqueles que tem grandes volumes e dificuldade de manejo como móveis velhos, eletrodomésticos imprestáveis, pneus, sucatas, entulhos de obras, restos de poda e capina etc. (SEMOSP, 2019). Um dos Ecopontos está localizado na Avenida dos Africanos, próximo à entrada do Coroadinho, ao lado do antigo Habibs, e o outro está localizado nas proximidades do Parque dos Nobres, também na Avenida dos Africanos, onde ambos estão atendendo toda a área da UDH Coroadinho.

MAGEM 23: ECOPONTO UDH COROADINHO



Fonte: SEMOSP (2019)

Como último exemplo de investimento no Coroadinho a ser apresentado, dentre outras obras que já foram executadas, trataremos dos serviços de reforma e ampliação do mercado do Coroadinho que foi construído em 1985, e está passando por uma reforma completa depois de quase 20 anos sem ter reparos em sua infraestrutura (SEMOSP, 2019).

O mercado e feira não tinham organização, limpeza e estrutura adequada. O esgoto e lama se misturavam com a população e vendedores expondo seus produtos sem condições de higiene e armazenamento. Não havia logística e nem organização das barracas e box de vendas, aparentando um verdadeiro caos e precariedade, sem contar inúmeros animais soltos vagando entre as barracas e box em busca de resto de comida. Vejamos algumas fotos na Imagem 24 de como a feira estava em situação de precariedade total:

IMAGEM 24: FEIRA DO COROADINHO

Fonte: Blogger Coroadinho em foco

Com a reforma e ampliação, que ainda está em andamento (novembro de 2019), o mercado e feira do Coroadinho se tornará um local mais agradável tanto para os feirantes quanto para a população. O obra que já está com algumas partes concluídas preveem acessibilidade às pessoas com deficiência; iluminação e ventilação natural; reestruturação de piso, revestimentos, teto e banheiros; revisão hidráulica, elétrica e sanitária; harmonização com o entorno; atendimento às normas reguladoras brasileiras; flexibilização e reorganização dos espaços de trabalho com a unificação das estruturas físicas existentes; instalação de equipamentos de segurança contra incêndio; inclusão de elementos que possibilitarão o manuseio e armazenagem adequados de alimentos, bem como o armazenamento de água e o descarte de resíduos sólidos (SEMOSP, 2019).

Não se pode esquecer que a feira e mercado tem influência direta na saúde, renda e trabalho da população dessa UDH, além da qualidade de vida que proporciona um ambiente limpo e saudável. Vejamos como está ficando a obra de reforma e ampliação da feira do Coroadinho.

IMAGEM 25: REFORMA DA FEIRA E MERCADO DO COROADINHO



Fonte: SEMOSP (2019)

Por fim, calha tratar da regularização fundiária no Coroadinho, haja vista que quase a totalidade dessa área é fruto de ocupação/invasão na segunda metade da década de 1980. Esse trabalho de regularização fundiária começou em 1990, mas foi caminhando a passos lentos ao longo dos anos. Mesmo assim, a UDH do Coroadinho tem sido beneficiada paulatinamente com a entrega de títulos de propriedade, pois:

A regularização fundiária urbana é mais adequada para resolver problemas de ocupações ilegais sem recorrer ao Poder Judiciário, por meio da chamada legitimação de posse, que pode ser conceituada como um instrumento de uso exclusivo para fins de regularização fundiária, constitui ato do poder público destinado a conferir título, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse, conforme o caput do art. 25 da Lei nº 13.465/2017. A legitimação de posse não ocorre somente em áreas privadas ou devolutas, mas também em área pública, destinadas exclusivamente à regularização fundiária de interesse social. (RAMOS JUNIOR; SOUZA, 2019, p.9)

O título, portanto, passa para o morador uma segurança sobre a propriedade de sua própria habitação, transformando em legal o direito sobre a moradia. O Coroadinho está entre as áreas onde a prefeitura tem dado continuidade à

regularização de habitações com entrega de títulos de propriedades, mas nos últimos 5 anos esses números têm aumentado. De acordo com a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação (SEMURH) por meio do Programa de Regularização Fundiária “Minha Casa Legal” devem ser entregues mais de 4 mil títulos na área do Coroadinho até 2020 (SEMURH, 2019).

4.3 Percepções sobre o desenvolvimento nas Vilas e Distritos da UDH Coroadinho a partir da pesquisa de campo

Além de todos os dados levantados/produzidos e analisados anteriormente, este pesquisador ainda considerou relevante compartilhar e destacar as percepções que teve na pesquisa de campo realizada, tanto através de observações e registros com mais de 500 (quinhentas) fotos e 20 (vinte) vídeos, como por meio de gravação em áudio e posterior degravação de depoimentos coletados e algumas entrevistas realizadas com moradores antigos do bairro (Apêndice). Toda essa pesquisa de campo se deu no afã de tecer considerações com maior fidedignidade sobre o desenvolvimento na UDH do Coroadinho e, também como um complemento ao estudo teórico bibliográfico e de análise de dados estatísticos fornecidos pelos órgãos oficiais, tomando como alicerce principalmente alguns problemas que ainda existem e servem de objeto de análise nas visitas de campo.

Como a UDH Coroadinho é composta de diversos distritos e vilas, resolvi iniciar os trabalhos pelo Distrito do Coroadinho (1), reconhecido como a área onde de fato se deu as primeiras ocupações no final da década de 1970 e que fica bem próximo à Avenida dos Africanos e rio das Bicas. A partir daí avancei mais ao interior da região seguindo pela Avenida Amália Saldanha (principal avenida da UDH) para visitar nesta ordem as seguintes áreas que também fazem parte desta UDH: Vila Conceição (2), Vila São Sebastião (3), Vila Vale Verde (4), Vila dos Frades (5), Bom Jesus (6), Primavera (7) e por fim o Parque Timbiras (8), seguindo uma rota em sentido horário. Ressalto que os números colocados ao lado de cada nome de distrito ou vila, tem o condão de facilitar a visualização da rota seguida, as respectivas áreas e algumas outras ponderações que farei no decorrer destas considerações. Vejamos na Imagem 26 as áreas e ordem de visita de acordo com a numeração sugerida:

IMAGEM 26 – ORDEM DE VISITAÇÃO DOS DISTRITOS E VILAS



Fonte: Elaboração própria (2019). Google Maps (satélite).

Percebi que o Coroadinho em si, enquanto área em que houve a primeira ocupação, é a região mais estruturada e que apresenta mudanças significativas em relação as demais áreas. À medida que vamos seguindo pelos outros distritos e vilas que compõem a UDH e que foram ocupados posteriormente em consequência da expansão do bairro – pois, já não havia mais terrenos para serem ocupados na área inicial de forma gratuita – verifiquei que a paisagem, estrutura urbana e condições de moradia não são as mesmas da área principal.

A primeira área analisada, Distrito do Coroadinho, é a região mais próxima da Avenida dos Africanos e, portanto, de acesso fácil ao restante da cidade, enquanto as demais vilas e distritos avançam em direção da reserva do Batatã ou de um dos braços do rio Bacanga, o que leva ao desmatamento e aterramento das áreas ocupadas. Assim, quanto mais recente é a área ocupada menos estrutura ela tem em relação às áreas mais antigas, funcionando como se fosse uma relação de centro e periferia dentro da própria UDH.

Isso é visível pela estrutura das residências, pavimentação das ruas, e pela quantidade de atividade comercial e prestação de serviços, que são os principais negócios da região. Inclusive no aspecto econômico posso destacar, que na Avenida Amália Saldanha está situada a principal e maior área comercial de toda a região, com

lojas e empreendimentos dos mais diversos tipos, como: padarias, farmácias, lojas de roupas, móveis, eletrodomésticos, bicicletas e motos, armarinhos, açougues, oficinas mecânicas, marcenarias, feira e mercado, frutarias, supermercados, malharias, dentre vários outros ramos de vendas e prestação de serviços.

Portanto, nesta área atualmente a maioria dos imóveis são prédios com dois ou três pavimentos, onde na parte de baixo dos imóveis na grande maioria funcionam pontos comerciais alugado para terceiros ou com negócios do proprietário ou familiares, enquanto os pavimentos superiores têm a função de residência ou depósito. Regra geral os proprietários destes imóveis nesta área são considerados com melhores condições financeiras e auferem renda ou pelo aluguel ou pela atividade comercial.

Há poucas pessoas com negócios no bairro que não moram na própria região, assim podemos afirmar que a maioria dos negócios são dos moradores do bairro, mesmo que não morem ou sejam proprietário dos prédios. Veja o que diz o Sr. J.R.M.J em um trecho de entrevista concedida por ocasião da pesquisa de campo:

(....) aqui não tinha muito negócio no começo do bairro mas hoje é loja e comércio para todo lado, o que não falta são opções dentro do Coroadinho, tem de tudo e isso é bom pra gente que não precisa ir pra fora comprar, mas de certo modo nós os comerciantes mais antigos perdemos espaço nas vendas, e por isso foi necessário alugar ou dividir nossas casas para fazer alguns pontos comerciais para gerar uma renda maior, e é daí que fomos vivendo todos esses anos¹⁸.

Em geral a Avenida Amália Saldanha está asfaltada e não sofre atualmente com problemas de drenagens, entretanto não há respeito às sinalizações de trânsito, principalmente no que tange a estacionamento, o que causa demorados e complicados engarrafamentos em horários de pico. O lixo é recolhido constantemente mas por causa da feira e das vendas, vez ou outra fica suja. A falta de padronização das casas, a fiação elétrica e fios de internet, telefonia e outros nos postes completam a poluição visual da área.

Ao todo só na Avenida Amália Saldanha contabilizei 209 pontos comerciais ativos, sem contar as ruas perpendiculares. Vejamos algumas fotos na Imagem 27 a seguir que demonstram porque essa área é a principal região comercial da UDH:

¹⁸ Sr. J.R.M.J, 70 anos, morador, comerciante. Entrevista concedida sobre o desenvolvimento no Coroadinho em 15 de setembro de 2019.

IMAGEM 27 – PRÉDIOS COMERCIAIS NA AVENIDA AMÁLIA SALDANHA

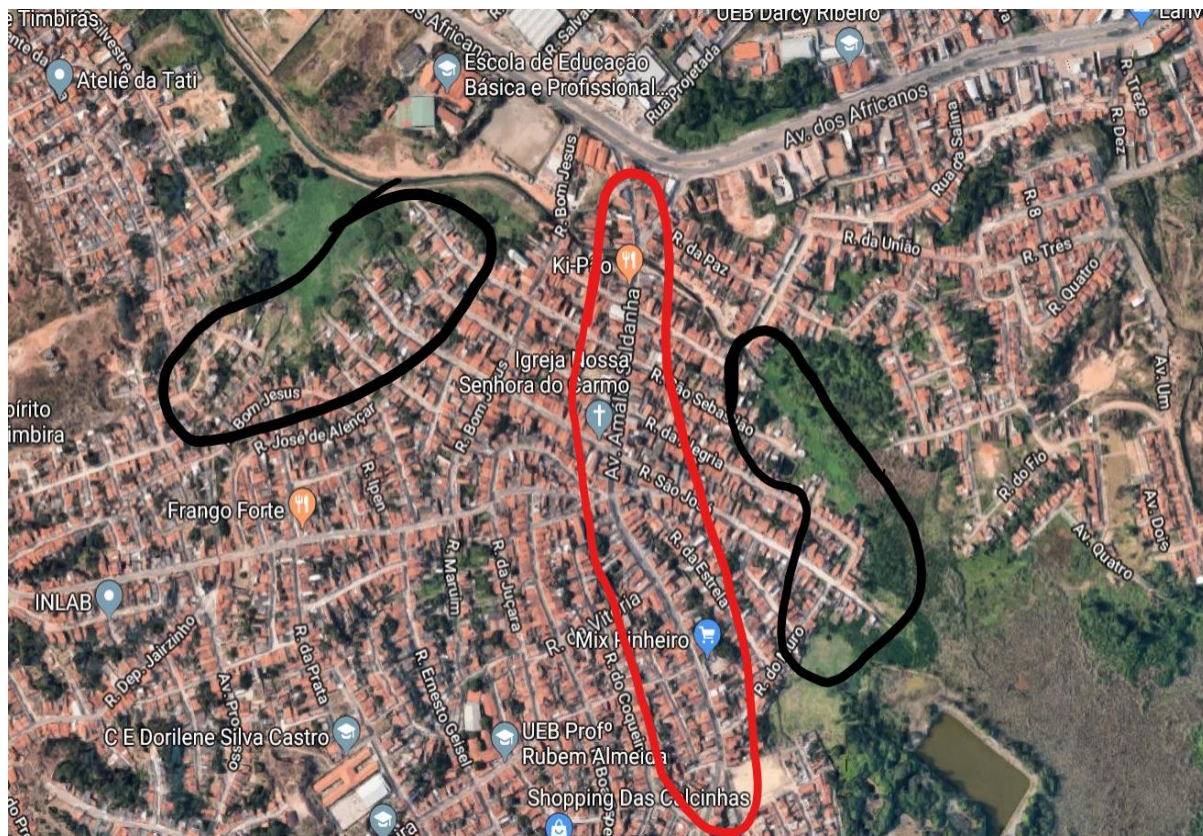


Fonte: Acervo próprio (2019).

Já no final das ruas transversais e perpendiculares à avenida principal, o que se vê são famílias mais pobres, tanto do lado esquerdo como do lado direito da Avenida Amália Saldanha, principalmente à medida que se aproxima da área alagada e com matagal, reproduzindo analogicamente a relação semelhante a um centro (avenida) e periferia (transversais). À medida que se distancia da avenida principal, as casas são mais precárias, com construções inacabadas e algumas até mesmo de madeira ou de taipa, o que demonstra o baixo poder aquisitivo e situação de pobreza das pessoas que residem nessa área. As ruas vão ficando sem estruturas de pavimentação e, percebe-se a pouca intervenção do poder público no que diz respeito a esgoto, asfalto e drenagem urbana. Observei também que o esgoto corre a céu aberto pela sarjeta e meio da rua, com capim nas ruas e na frente das casas, um verdadeiro ambiente propício para proliferação de doenças.

Vejamos onde se situam essas regiões de precariedade dentro do Distrito do Coroadinho. Na Imagem 28 demarquei de vermelho a Avenida Amália Saldanha onde se tem a grande concentração de comércios e serviços, e marquei de preto do lado esquerdo e direito da avenida principal as áreas que contrastam drasticamente em matéria de estrutura urbana e moradia, a qual descrevi acima com situação de precariedade:

IMAGEM 28 – ÁREAS DE PRECARIEDADE NAS TRANSVERSAIS DA AVENIDA AMÁLIA SALDANHA



Fonte: Elaboração própria (2019). Google Maps (satélite).

Analisando o processo de expansão do bairro, verifiquei que a existência de uma região precária muito próxima da região de grande comércio e com maior estrutura urbana se dá justamente porque algumas pessoas resolveram fazer moradia nas proximidades do centro comercial, e para isso buscaram os únicos lugares possíveis por perto, ou seja, as extremidades dessa área para poder construir suas moradias.

De todo modo, o poder público ainda não efetivou obras nestas áreas, talvez até por desconhecer oficialmente a sua extensão que vem aumentando continuamente. Vejamos algumas fotos, na Imagem 29, feitas durante a pesquisa de campo que mostram como estão as ruas e condições de moradia nestas áreas de extremidades da avenida principal, que são as mesmas áreas que demarcamos de preto na Imagem 28, anteriormente analisada:

IMAGEM 29 – CASAS E RUAS PRECÁRIAS NAS TRANSVERSAIS DA AVENIDA AMÁLIA SALDANHA



Fonte: Acervo próprio (2019).

Seguindo na direção da Vila Conceição e Vila São Sebastião encontrei uma área bem organizada, com casas aparentemente bem construídas, as ruas todas asfaltadas, praças públicas, sistema de drenagem urbana, vários comércios, escolas, sistema de transporte urbano pelas ruas da área, e outras melhorias efetivadas nos últimos anos que tornaram a estrutura urbana bem mais digna para a população. Vejamos algumas fotos na Imagem 30 sobre essas duas áreas:

IMAGEM 30 – CASAS E RUAS NA VILA CONCEIÇÃO E VILA SÃO SEBASTIÃO



Fonte: Acervo próprio (2019).

A Vila São Sebastião é uma área de morro, e portanto a maioria de suas casas estão construídas na encosta. A maioria das ruas, mesmo na encosta já estão asfaltadas, mas a população reclama da drenagem na época de chuvas e o medo de desmoronamento em determinadas regiões. Essa situação de vulnerabilidade se repete no Alto São Francisco e no Morro do Zé Bombom. Vejamos nas fotos da Imagem 31 as áreas de morros sem intervenção do poder público e que carecem de obras urgentes, inclusive para evitar desastres, e as áreas que já tiveram intervenção e atualmente estão asfaltadas e sem riscos para os moradores, conforme verifiquei por ocasião da visita *in loco* que realizei nesta região:

IMAGEM 31 – ÁREA COM INTERVENÇÃO X ÁREA DE RISCO



Fonte: Acervo próprio (2019).

Ressalto que nesta área de morro da Vila São Sebastião havia uma problemática antiga que foi resolvida em 2011, mas que pode voltar a se tornar um problema novamente com a expansão mais recente da população na Vila Vale Verde. Trata-se das redes de alta tensão da Eletronorte, pois parte da Vila São Sebastião foi construída debaixo das redes e torres de alta tensão, e assim conviveram por décadas, tendo casas, comércio, ponto final de ônibus, companhias de polícia etc. A prefeitura até chegou a tentar derrubar alguns imóveis em 2007, mas a população resistiu¹⁹ e se manteve morando debaixo da rede até que o governo e a Eletronorte

¹⁹ Ver reportagem disponível em: <<https://imirante.com/sao-luis/noticias/2007/08/22/prefeitura-derruba-imoveis-irregulares-no-coroadinho.shtml>> Acesso em: 26 dez. 2019.

resolveu retirar²⁰ as torres de lá em 2011 e, no lugar onde passava parte da rede foi construído uma praça com área de lazer e esportes para a comunidade, consolidando assim a ocupação dos populares na região. Vejamos a Imagem 32 a seguir:

IMAGEM 32 – LINHA DE ALTA TENSÃO NA VILA SÃO SEBASTIÃO



Fonte: Fotos do antes: Adaptado de Teixeira (2007). Fotos do depois: Acervo próprio (2019).

A partir da Vila São Sebastião descemos para a área chamada de Vila Vale Verde, que não fica no morro, mas se localiza já nas proximidades da Reserva Florestal do Batatã. Verifiquei que essa Vila surgiu a partir da invasão das terras da reserva florestal com o processo de expansão do Coroadinho, e hoje se estabeleceu como vila com casas de alvenaria, energia elétrica, algumas ruas já possuem asfaltamento e no local tem até um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Mas, constatei também que de todas as demais áreas visitadas esta é a que está com um processo mais acelerado de expansão do bairro, pois a mata está sendo derrubada e as terras estão sendo ocupadas paulatinamente. Ou seja, está ocorrendo um verdadeiro processo de invasão/ocupação e consequente expansão em direção à Reserva do Batatã e no sentido da Vila dos Frades. Vejamos na Imagem 33 a área em plena expansão que verificamos na pesquisa de campo, marcado em vermelho:

²⁰ Ver reportagem disponível em: <<https://coroadinhoemfoco.blogspot.com/2011/12/coroado-de-natal-sera-realizado-no-fim.html>> Acesso em: 26 dez. 2019.

IMAGEM 33 – EXPANSÃO DA VILA VALE VERDE



Fonte: Elaboração própria (2019). Google Maps (satélite).

Nesta área, o processo de expansão (ocupação/invasão) parece ser recente e ainda está acontecendo. As casas são de taipa, as ruas de terra e areia, os terrenos estão cercados de arame ou varas, há também algumas plantações e, tem terrenos que já estão até com os alicerces sendo construídos ou as paredes sendo levantadas de tijolos. Vejamos as fotos do local na Imagem 34 a seguir:

IMAGEM 34 – CASAS E TERRENOS NA EXPANSÃO DA VILA VALE VERDE



Fonte: Acervo próprio (2019).

Em seguida fui para área do Bom Jesus e Parque Timbiras, são duas áreas que receberam serviços e obras públicas mais recentes e apresentam no momento da pesquisa de campo uma boa estrutura urbana, haja vista que quase todas as ruas se encontram asfaltadas. Mesmo assim foi possível encontrar alguns trechos de ruas e avenidas com alguns buracos sendo formados no asfalto mais antigo. Algumas ruas foram calçadas com paralelepípedo e/ou bloquetes, e tem um ótimo acabamento juntamente com o meio-fio e calçadas. O sistema de drenagem não abrange todas as áreas, levando as pessoas que moram em áreas mais baixas sofrerem transtornos na época das chuvas, mas não foi possível verificar com maior propriedade porque não estávamos na época de chuva quando fizemos a pesquisa de campo.

Constatei também que foram construídas algumas praças e pequenas áreas de lazer em locais onde havia mato e poluição, proporcionando maior qualidade de vida aos moradores. Inclusive é no Bom Jesus que está localizada a 10ª Delegacia de Polícia Civil e a 2ª Unidade de Segurança Comunitária da Polícia Militar (USC) que abrangem toda a UDH. Majoritariamente as casas no Bom Jesus são de dois pavimentos. Vejamos algumas fotos na Imagem 35, coletadas na pesquisa de campo:

IMAGEM 35 – PRAÇAS, UNIDADES POLICIAIS E CASAS NO BOM JESUS



Fonte: Acervo próprio (2019).

Outra característica marcante no Bom Jesus está no comércio, entre outros serviços e negócios. Para fins de comparação, podemos afirmar que o Bom Jesus em matéria de infraestrutura urbana, condições das residências e negócios é o segundo mais bem posicionado de toda a UDH Coroadinho, ficando atrás apenas da região da

Avenida Amália Saldanha. Tem de tudo um pouco na área do Bom Jesus, de material de construção a frigoríficos, mas o ponto forte é o comércio de gêneros alimentícios e venda de confecções.

IMAGEM 36 – COMÉRCIO NO BOM JESUS



Fonte: Acervo próprio (2019).

Mas, no Bom Jesus e Parque Timbiras também encontrei problemas estruturais, como buracos, ruas sem asfalto, ausência de infraestrutura, drenagem, esgotamento, entre outros, que podemos verificar nas fotos da Imagem 37, a seguir:

IMAGEM 37 – PROBLEMAS NO BOM JESUS, PARQUE TIMBIRA E PRIMAVERA



Fonte: Acervo próprio (2019).

A região da Primavera, como vimos na Imagem 30, é bem mais carente e tem poucas casas grandes, de dois pavimentos e bem acabadas, ao contrário há bastante casas sem acabamento e mais simples em sua arquitetura. A precariedade das casas e aumento de área verde no Primavera se mostra mais acentuada à medida que nos afastamos do Bom Jesus e avançamos em direção à “Maré” que é um braço do rio Bacanga que passa por trás da região. Muitas ruas ainda estão sendo asfaltadas ou aguardando o asfaltamento e, é visível que a questão da drenagem e esgoto ainda é precário nessa área. Trata-se de uma região com muitas pessoas bem pobres, não há muitas praças e nem área de lazer e se distancia muito no quesito desenvolvimento quando comparado com o Bom Jesus ou o Coroadinho enquanto distrito.

Para encerrar os apontamentos sobre essa pesquisa de campo é prudente fazer algumas considerações em âmbito do que vimos e ouvimos. Percebi que as áreas mais bem estruturadas e com melhores condições de vida e renda estão no distrito do Coroadinho e Bom Jesus, principalmente na parte central onde ficam as avenidas e ruas principais e que é justamente o local onde se iniciou a ocupação na década de 1980. São portanto, as áreas mais antigas no que tange a ocupação, sendo também as áreas que receberam em primeiro lugar e com maior quantidade os serviços e obras públicas de infraestrutura já analisados.

Já nas regiões mais precárias como Vila dos Frades, São Sebastião, Primavera, Vila Verde entre outros que são produtos da expansão do bairro avançando cada vez mais mata adentro e por isso tem uma estrutura urbana incipiente e cujos serviços e obras públicas ainda não os alcança com a mesma intensidade que nas regiões mais antigas e onde se concentra as principais áreas comerciais.

Deve ser considerado também que na UDH como um todo a estrutura residencial de dois pavimentos passou a fazer parte majoritariamente da paisagem urbana, mas com maior intensidade no Coroadinho e Bom Jesus, principalmente nas avenidas, porém vão diminuindo ou ficando escassas a medida que se avança para as regiões de vilas mais periféricas. Nas ruas transversais e áreas mais carentes as casas se mantêm com apenas um pavimento e em alguns casos como já apontado encontramos ainda casas de taipa ou madeira.

Mas falar sobre este tipo de residência na UDH não envolve somente a escolha da arquitetura da habitação, diz muito mais do que isso. É possível perceber que as residências nesta UDH não podem ser financiadas pelo Estado pela falta da legalização fundiária, nem em relação a sua compra, construção e muito menos

reforma. Assim, a mudança de casa de taipa e madeira para casa de alvenaria de um pavimento e consequentemente uma nova mudança nessa paisagem aumentando consideravelmente o número de casas com 2 ou 3 pavimentos reflete ainda que indiretamente a melhoria na qualidade de vida da população, principalmente na questão renda e trabalho, enquanto quem ainda vive nas extremidades em condições precárias estão bem abaixo das condições mínimas exigidas para falar de dignidade.

Um fator que é relevante mencionar, pois foi verificado na pesquisa de campo é a relação entre o aumento das famílias e necessidade de ampliação da casa que na maioria das vezes se deu por meio da verticalização.

Geralmente quem tem suas casas a bastante tempo viu também seus filhos crescerem e constituírem netos, e esses familiares diante da dificuldade de adquirir uma nova residência viu como solução ampliar a casa no sentido vertical, solucionando parcialmente o problema da moradia. É o que se pode ver no relato do Sr. J.K.M.S:

(...) minha primeira casa foi de taipa em 1989, era só eu e minha mulher naquela época vivia de vender lanches em uma bicicleta no centro, aí tivemos o primeiro filho, depois o segundo, depois do terceiro e aos poucos fomos levantando os tijolos e cobrindo a casa com telha brasilit, nunca fizemos o acabamento por ser muito caro. Ai depois o mais velho casou e me deu um neto e por isso precisou vir morar comigo porque estava desempregado e não tinha casa para morar com a mulher, foi quando começamos a levantar de pouquinho o segundo andar daqui de casa onde eles têm o quarto deles²¹.

É claro que não podemos afirmar com propriedade que este crescimento no número de obras públicas, melhoria de renda da população, aumento de casas com dois pavimentos etc., isoladamente são sinônimos de desenvolvimento pleno, mas pelo menos são indicativos de mudanças favoráveis quando analisamos o desenvolvimento sobre o ponto de vista do IDH. Até porque o desenvolvimento não é um status, mas um processo, dinâmico e em constante movimento. Quando perguntamos aos moradores mais antigos que foram entrevistados se houve desenvolvimento no Coroadinho, obtivemos as seguintes respostas:

Olha muita coisa mudou, as obras só aconteciam na época da política quando os políticos queriam votos e por isso vinha fazer propaganda aqui no bairro com várias promessas e melhorias. Mas dizer que houve mudanças de verdade é mentira, a maioria das coisas foram feitas pelo povo chorando para os políticos ou então fazendo algum tipo de reivindicação na televisão mas

²¹ Sr. K.C.M.S, 72 anos, morador, vendedor de lanches. Entrevista concedida sobre o desenvolvimento no Coroadinho em 22 de agosto de 2019.

ninguém nunca olhou pelo Coroadinho porque o bairro é de gente pobre e o governo vai sempre cuidar dos deles, dos que tem dinheiro como eles²².

O Coroadinho sempre foi uma terra de problemas, desde a invasão que é assim, pois nenhum político colocou a mão na massa para mudar a realidade desse bairro. Sempre vivemos apenas de promessas mas nunca ninguém fez nada. É difícil de acreditar que em quase 40 anos de existência um bairro continue largado como o Coroadinho, é só ver outros bairros que surgiram depois do Coroadinho e que estão em condições melhores, pois é bairro de gente que tem dinheiro e que é do grupo dos políticos como Renascença, o Calhau e outros. Como tem dinheiro para investir no bairro mais recente e não tem dinheiro para investir num bairro mais antigo? nós deveríamos ter prioridade pois existimos há mais tempo e somos pessoas mais necessitadas²³.

(...) teve e muito (desenvolvimento), pois diante da situação em que vivíamos que era humilhante, as coisas nem se comparam, o bairro é outro, teve muito desenvolvimento sim, agora, só que não é como deveria ser, deveria ter mais coisas aqui, pelo tamanho do bairro, deveria ter mais benefícios.²⁴

Veja-se que a maioria dos entrevistados responde que não houve desenvolvimento nessa área, pois olham para o desenvolvimento como um *status* e estágio final em comparações com bairros elitizados dentro de São Luís e que surgiram bem depois do Coroadinho, mas que hoje estão em melhores condições de infraestrutura proporcionado pelo Estado. Outros que afirmam ter havido desenvolvimento se referem a ele como sinônimo de mudanças, melhorias, mas sem considerar a plenitude e complexidade do termo.

Isso nos leva a uma percepção de que a ideia de desenvolvimento que as pessoas têm é justamente o desenvolvimento que ocorreu ou ocorre nos bairros e regiões mais ricas e elitizadas da capital ou outras cidades, o que não deixa de ser um espelho da ideologia capitalista, já que os donos dos meios de produção se concentram em centros urbanos ricos, bem desenvolvidos e sem problemas com obras ou serviços públicos.

Também perguntei se havia uma esperança de mudança em relação ao desenvolvimento do Bairro, vejamos algumas respostas dadas pelos moradores:

Acredito que uma hora muda, tudo muda. Pior já passemos e já viemos, quando tudo aqui era abandonado e não tinha praticamente nada. Hoje tem escolas, feiras, comércios, hospitais, praças e muitas coisas que antes não se via por aqui, e nem se imaginava que um dia ia ter, né. Por isso eu acho

²² Sr. R.N.S.C, 66 anos, morador, pescador. Entrevista concedida sobre o desenvolvimento no Coroadinho em 24 de agosto de 2019.

²³ Sr. J.R.M.J, 70 anos, morador, comerciante. Entrevista concedida sobre o desenvolvimento no Coroadinho em 15 de setembro de 2019.

²⁴ Sr. J.F.C.B, 69 anos, morador, mestre de obras. Entrevista concedida sobre o desenvolvimento no Coroadinho em 06 de novembro de 2019.

que as coisas mudam devagar, é só esperar que muda. Talvez meus netos vão viver no Coroadinho melhor que hoje²⁵.

Bem, esperança sempre temos mas não acredito muito não. Eu acho que vão ficar fazendo só umas coisas aqui e outras ali, mas desenvolvimento é uma palavra muito forte para dizer que tem no Coroadinho. Aqui sempre vai ser lugar de gente pobre e lugar assim não muda fácil não. Mas espero que um dia possa mudar, só não sei se vou está viva para ver isso acontecer, espero que sim, espero muito²⁶.

Percebi, portanto, que as respostas são de quem tem esperança, acreditam que pode haver mudanças e desenvolvimento, mas demonstram incredulidade que isso seja imediato ou em curto prazo, ou ainda na mesma velocidade que aconteceu em bairros mais nobres.

No que diz respeito a essa percepção, entendo que esta incredulidade em relação às mudanças se dão por dois principais motivos: o primeiro deles pelo fato de que após a ocupação do bairro as mudanças mínimas esperadas se deu de forma muito lenta ao longo de mais de 30 anos e, mesmo assim a maioria só foram efetivadas na última década; o segundo motivo e não menos importante é a percepção (ainda que não científica) que a população tem de como funciona o sistema capitalista e suas relações com a política e economia para obter um resultado de desenvolvimento, ou seja, o capital não trabalha em prol de um estado previdenciário e assistencialista, pois a principal meta são os lucros e crescimento econômico e somente em um segundo plano está a busca pelo desenvolvimento humano e qualidade de vida.

De todo modo a pesquisa de campo foi fundamental para ter um contato maior com o objeto teórico e campo empírico de estudo, evitando apenas uma mera análise de dados e estatísticas coletadas por órgão oficiais e retratadas apenas por meio de pesquisa bibliográfica, papeis, quadros e tabelas. Gerou uma proximidade sensível mais intensa, humana e crítica, habilitando este pesquisador a tecer considerações com maior propriedade e maior poder de convencimento do que relata no trabalho e considera sobre o desenvolvimento da região em que vive.

²⁵ Sr. J.R.M.J, 70 anos, morador, comerciante. Entrevista concedida sobre o desenvolvimento no Coroadinho em 15 de setembro de 2019.

²⁶ Sra. M.J.S.G, 64 anos, moradora, artesã e dona de casa. Entrevista concedida sobre o desenvolvimento no Coroadinho em 19 de setembro de 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Coroadinho não foi obra do acaso, nem muito menos o seu surgimento e formação podem ser aceitos como uma evolução natural do mundo. A partir das condições em que se deu, podemos afirmar que se trata de uma construção histórica e social, em que são os homens que alteram a sociedade a partir do que existe, pois pretérito e futuro só existem em função do presente. É no presente que as decisões e ações servem de base para que exista o amanhã, e tão certo quanto isso é entender que tudo que existe hoje e existirá amanhã dependem do passado.

Não é pretensão usar de lugar comum para amparar essas considerações finais, mas apontarmos como primeira certeza desta pesquisa de que foi na história que buscamos os fundamentos para entender o que existe hoje e, poder analisar o que pode ser feito para mudar o futuro. É por isso que insistimos na afirmação de que a sociedade materialista foi construída social e historicamente pelos próprios homens, afastando-se a tese de uma evolução socialmente natural e aleatória.

Como resultado desse estudo e pesquisa conseguimos constatar que o Coroadinho mesmo antes de existir como bairro no século XX, já era produto histórico materialista das construções humanas de mais de 500 anos atrás, e essa primeira afirmação não provém de qualquer esoterismo ou misticismo, mas tem suas bases na história enquanto ciência sistemática, com método e objeto preciso.

Então, considerando os antecedentes históricos e a construção social do Brasil, do Nordeste e por consequência de São Luís até o início do século XX, podemos afirmar que a formação e o surgimento do Coroadinho é fruto do capitalismo exploratório exercido sobre nossas terras ao longo de quase cinco séculos e, portanto, representa exatamente o estado de subdesenvolvimento e precariedade que a maior parte das cidades brasileiras enfrentou e enfrenta até os dias atuais.

Podemos, neste mesmo sentido considerar que o próprio planejamento territorial e urbano está a serviço do sistema capitalista, pois se preocupa sempre com o desenvolvimento de onde está concentrado o capital. Em São Luís isso ocorreu principalmente no centro da cidade, onde se aglomerava a elite econômica. Mas a partir da segunda metade do século XX, com a tentativa de industrialização e desenvolvimentismo atrasado do Norte e Nordeste, principalmente nas décadas 1960 em diante com a criação da SUDENE, ocupações de grandes extensões de terras maranhenses com a Lei Sarney que ocasionou migrações de várias populações que

viviam no interior do estado para São Luís, implantação de grandes indústrias e investimentos estrangeiros como a ALCOA e o Programa Grande Carajás, entre outros fatores, levaram ao inchamento do centro de São Luís e a necessidade de expansão da cidade para outras áreas o que gerou ocupações irregulares e desprovidas de apoio e planejamento do Estado.

Constata-se, portanto que o Coroadinho foi formado na sua maioria por pessoas pobres e desprovidas de habitação, vinda do interior do Maranhão ou de outros estados, e até mesmo da própria capital, mas sem qualquer possibilidade de morar ao lado dos donos do capital no centro da cidade, e, portanto, foram expulsos para periferia onde passariam a sobreviver do jeito que podiam e sem investimentos públicos, já que inicialmente o planejamento capitalista não tem interesse direto em gastos com população que não lhe propicia retorno financeiro diretamente.

Em verdade, toda essa euforia de investimentos no Maranhão a partir de 1960 e inclusive dentro do chamado “milagre econômico” em nada desenvolveu o Maranhão ou São Luís como se esperava, mas apenas investiu recursos em infraestrutura onde era necessário para que os negócios pudessem prosperar e ser lucrativo a cada investimento. O Estado de Bem-estar Social nunca chegou por aqui, o Maranhão não se desenvolveu, São Luís tampouco e o Coroadinho nasceu neste contexto.

Nos poucos momentos em que houve melhorias na cidade, não se tratou de política pública de desenvolvimento enquanto busca pela qualidade de vida da população em geral, incluindo os pobres e miseráveis, mas apenas como efeito colateral da necessidade do desenvolvimento econômico dos lugares e pessoas que estão direta ou indiretamente ligadas ao poderio econômico capitalista.

De 1970, quando o Coroadinho começa de fato a ser ocupado massivamente, até o ano de 2010 relativo ao último Censo do IBGE, pouca coisa foi realizada no intuito de desenvolver a região, considerando o grande lapso temporal. A área era marcada por casas de taipa e restos de madeira, ruas de barro e lama sem qualquer planejamento, ausência de saneamento básico, ausência de segurança pública salvo nos momentos de embate para derrubada de casas, sem escolas e educação de qualidade, e tantas outras necessidades básicas que deveriam ser providas pelo Estado. Não houve políticas públicas efetivas para mudar essa realidade ao longo de muitos anos, não se pode afirmar que houve desenvolvimento nesta região neste

período, mas apenas pitadas de atuação do Estado em melhorias pontuais, na maioria das vezes em anos de pleito eleitoral.

O bairro cada vez mais aumentou em número de pessoas e casas, e na mesma velocidade se expandiu para dentro da área ocupada em direção à reserva do Batatã e do rio Bacanga. Esse processo de expansão que não ficou no passado, haja vista que constatamos isso na pesquisa de campo, pois na Vila Vale Verde há um processo de ocupação acontecendo em 2019, onde as pessoas estão construindo casas de taipa e até de alvenaria na área de mata, reproduzindo o cenário da década de 1980 quando das primeiras ocupações. Ora, se o procedimento de ocupações e garantia de um terreno ainda são os mesmos nesta região depois de mais de três décadas, no mínimo isso é um indicativo a ser considerado para análise de como está ocorrendo o desenvolvimento nesta UDH.

É claro que as primeiras casas paulatinamente foram se transformando de taipa para alvenaria, e hoje em algumas avenidas e ruas principais se nota muitas residências de dois pavimentos, mas essa condição não é geral e não pode ser levado como indicativo de qualidade de vida por si só, até porque é necessário que se tenha banheiro, esgotamento sanitário, destino para resíduos sólidos, energia elétrica, água encanada, drenagem urbana, e vários outros fatores que somados refletem uma vida digna. Logo, afirmamos, não apenas pelo estudo histórico e estatístico como também pela pesquisa de campo, que a mudança do tipo de residência taipa para alvenaria não é necessariamente sinônimo de desenvolvimento e muitas famílias ainda carecem desses padrões mínimos ao longo da UDH. Inclusive, destaca-se que muitas casas estão em áreas de riscos e encostas de morros, onde não há fácil acessibilidade e diante do período chuvoso podem facilmente sofrer os danos de tragédias diante da vulnerabilidade.

A ausência do Estado nas políticas de planejamento urbano e assentamento populacional gerou a existência de ruas estreitas e sem critérios, pessimamente divididas, construções irregulares, ausência de calçadas em determinadas áreas, e várias outras problemáticas que deveriam ser prevenidas por meio de intervenção dos órgãos próprios do poder executivo. Atualmente, não é possível fazer muito além do asfaltamento, sistemas de esgoto, e drenagem urbana, mesmo assim encontramos diversas ruas sem asfalto, vias que alagam facilmente quando chove invadindo as casas com toda sorte de enfermidades que a água pode trazer, e muito esgoto correndo pelas ruas e sarjetas. Um dos pontos que reflete até hoje essa omissão é

que mais de 30 anos depois a maioria das pessoas ainda não tem sua situação fundiária legalizada perante a Prefeitura de São Luís.

Parte da população está desempregada e portanto vivendo sem renda, apenas com benefícios assistenciais do Estado ou trabalho informal em que ganham valores irrisórios diante da inflação e aumento dos preços, geralmente abaixo do salário mínimo. Basta ir às feiras da UDH, como fizemos na pesquisa de campo, e observar muitas pessoas pedindo e recolhendo restos de comida para levar para casa. A grande maioria da população que trabalha ativamente exerce sua atividade fora do bairro, já que no bairro o principal tipo de negócio é o comércio e prestação de serviços.

Essa relação de trabalho e renda acaba refletindo na educação, que apesar de ter melhorado bastante com o número de escolas e de alunos em sala de aula, sem abandono dos estudos, não se pode ignorar que muitos não dão o devido valor aos estudos por ausência do incentivo e controle dos pais, ou ainda porque tem que muito cedo ajudá-los a complementar a renda familiar, ou por conta do uso de drogas, alcoolismo e até a prática de alguns delitos. A educação ainda é vista por muitos jovens no bairro como um ciclo obrigacional que deve ser simplesmente cumprido, o que reafirma o baixo índice de pessoas desta região que estão em cursos superiores e olham o ingresso na universidade como esperança de mudança de vida.

Por tudo isso, consideramos também em nossos estudos que o parâmetro de desenvolvimento marcado apenas pelo viés econômico não pode mais ser aceito como um padrão a ser seguido por países periféricos e regiões que demonstram bolsão de miséria como o Coroadinho, pois os benefícios desse tipo de desenvolvimento não alcançam diretamente esses aglomerados subnormais. Fomentar o crescimento da economia, principalmente economia de enclave como em São Luís sob o nome de desenvolvimento, não passa de uma ideologia do sistema capitalista para aumentar a produtividade e consequente exploração, gerando benefícios financeiros e estruturais apenas para parte da população, isto é, a classe dominante. Basta ver a comparação que fizemos entre os valores do IDHM para regiões mais nobres da capital e da UDH Coroadinho.

É necessário, portanto afirmar que o real desenvolvimento de uma região perpassa por fatores como a qualidade de vida, liberdade de escolhas onde o ser humano possa ter acesso com dignidade a saúde, educação, moradia, saneamento básico, água potável, emprego e renda que possam suprir suas necessidades e de

suas famílias, direito e acesso à segurança pública e o meio ambiente equilibrado, entre vários outros indicadores que mensuram um desenvolvimento humano e não apenas econômico de uma região, que possam de fato dar importância devida às pessoas e não somente ao capital como critério de desenvolvimento.

O desenvolvimento deve ser igual e humano, precisa trazer dignidade para as pessoas e precisa partir de um planejamento abrangente, ainda que em médio ou longo prazo, mas que possa contemplar todos os indicadores de qualidade de vida que um ser humano possa ter, principalmente as pessoas mais pobres que sofrem efeitos do sistema econômico baseado no lucro.

Afirmamos e corroboramos categoricamente a ausência do Estado e de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, humano e sustentável no Coroadinho, o que não era de se assustar se considerarmos os antecedentes históricos e a construção social do Bairro como já mencionado, e tudo isso se retrata facilmente nos dados estatísticos levantados ao longo das pesquisas com quadros demonstrativos, tabelas, fotos, entrevistas e sínteses que confirmam a precariedade e miséria que a população do Coroadinho foi submetida ao longo de todas essas décadas. E, até os dias atuais ainda sofre com a falta de um planejamento mais amplo e sólido para efetivar mudanças significativas.

Consideramos finalmente que o desenvolvimento econômico e humano foi tão ínfimo quando diluído ao longo de 30 anos nesta região considerando da época da ocupação até o ano de 2010, que podemos afirmar sem hesitar que neste período não houve desenvolvimento, mas apenas políticas públicas pontuais efetivadas em momentos singulares motivados principalmente por contexto de politicagem, a fim de despertar um sentimento de mudança nas pessoas que viveram um passado sofrido e diante de tanta miséria vista e sentida, acabam se contentando em ver desenvolvimento em obras públicas necessárias, básicas e atrasadas.

Também verificamos que de 2010 em diante muitas obras tem sido iniciadas na região do Coroadinho e não só a produção do espaço urbano organizado, socialmente digno e ambientalmente aceitável tem sido substituído paulatinamente pelo cenário de miséria e descaso das décadas passadas, mas se verifica uma possibilidade de mudança a partir da presença do Estado com maior constância nas necessidades da sociedade desta área. Mesmo diante de crises financeiras do setor público no Brasil todo, tem-se visto investimentos nas mais diversas áreas, promovendo a qualidade de vida da população carente, mesmo que em doses

pequenas e homeopáticas. Claro que não se pode deixar de mencionar que a UDH Coroadinho é uma região muito extensa que continua crescendo, e que depois de tanto tempo de descaso não é possível operar mudanças completas de forma repentina, por isso muitas áreas dentro da UDH continuam em situação de precariedade, mas já são em quantidade bem reduzidas.

Afirmar que estas obras e políticas públicas serão suficientes e adequadas para alterar a realidade passada ainda é muito precipitado, principalmente porque no país como um todo a redução de empregos e o aumento das desigualdades sociais tem aumentado constantemente, mesmo assim conseguimos olhar com muito otimismo tudo que tem sido realizado nos últimos 8 (oito) anos no Coroadinho para acreditar que a área tem saído de sua estagnação e começa aos poucos avançar com melhorias.

Provavelmente o Censo demográfico de 2020 vai trazer novos dados para análise e comparação com o ano 2000 e 2010, e então poderemos ter dados estatísticos sólidos para interpretar se estas políticas públicas têm promovido de fato desenvolvimento humano e sustentável que a população precisa e merece e confirmar as percepções que esboçamos na pesquisa de campo. De todo modo, este trabalho é ímpar diante da carência de estudos científicos promovido pela academia para discutir o desenvolvimento no Coroadinho, e por isso se mostra uma contribuição valiosíssima para subsidiar novos trabalhos, pesquisas e considerações sobre a região estudada.

REFERÊNCIAS

- AMADEO, Javier. **As raízes do liberalismo: liberdade e propriedade no pensamento político do século XVII**. São Paulo: Unifesp, 2017. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/02/raizes-liberalismo-questao-liberdade-e-propriedade.pdf>> Acesso em: 11 mar. 2019.
- AMIN, S. **O desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- ARCANGELI, Alberto. **O mito da terra: uma análise da colonização da pré-Amazônia maranhense**. São Luís: EDUFMA, 1987.
- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BARBOSA, Zulene Muniz. **O global e o regional: a experiência de desenvolvimento no Maranhão contemporâneo**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau, V.1, p. 113-128, 2013.
- BEAUD, Michel. **História do Capitalismo de 1500 aos Nossos Dias**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. V.1. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BOTELHO, Joan. **Conhecendo e debatendo a história do Maranhão**. São Luís: Editora Impacto, 2012.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. FGV Biblioteca Digital, 2006. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1973>> Acesso em: 16 jan. 2018.
- BURNETT, Frederico Lago. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais**. São Luís: EdUEMA, 2012.
- CATANI, Afrânio Mendes. **Primeiros Passos - o Que é Capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.
- COSTA, Marcos. **A história do Brasil para quem tem pressa**. 1.ed. - Rio de Janeiro: Valentina, 2016.

COUTO, Joaquim Miguel. **O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch**. Campinas: Revista Economia e Sociedade, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a03v16n1.pdf>> Acesso em: 13 jun. 2019.

CURVELO-MATOS, Heloísa Reis. **Análise Toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA** (Tese de doutorado). Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2014.

CUTRIM, John. **Edivaldo entrega casas no maior programa de urbanização já feito no Polo Coroadinho**. São Luís: Jornal Pequeno, 2017. Disponível em: <<https://jornalpequeno.blog.br/johncutrim/edivaldo-entrega-casas-no-maior-programa-de-urbanizacao-ja-feito-no-polo-coroadinho/#ixzz672uS0ZMV>> Acesso em: 10 mai. 2019.

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. **A reestruturação urbana maranhense: dinâmica e perspectivas**. São Luís: EDUFMA, 2017.

FERREIRA, Pinto. **Sociologia do desenvolvimento**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

FOCO, Coroadinho em. **História da Fundação do Coroadinho (2011)**. Disponível em: <http://coroadinhoemfoco.blogspot.com/2011/02/assim-foi-o-comeco.html> Acesso em: 21 out. 2018.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chigaco**. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

FRÓES, Joseane Ferreira. **Impactos sócio-urbanos no alto curso do rio das Bicas: contextualizando o Bairro do Coroadinho**. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2004.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional - Publifolha, 2000.

G1. **No Coroadinho 65% dos jovens estão envolvidos em crimes, diz pesquisa (2015)**. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/06/no-coroadin>

ho-65-dos-jovens-estao-envolvidos-em-crimes-diz-pesquisa.html. Acesso em: 04 dez. 2017.

GADELHA, Carlos Augusto Grabois. **Saúde e desenvolvimento: uma nova abordagem para uma nova política**. São Paulo: Rev. Saúde Pública, vol. 46, supl. 1, 2012. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102012000700002&lng=pt&tlng=pt> Acesso em: 12 abr. 2019.

GONTIJO, Cláudio. **As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico**. Revista de Economia Política, vol. 27, n. 3 (107), p. 413-430, jul-set, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n3/v27n3a06>> Acesso em: 19 dez. 2019.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Os limites do Capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

HIRSCHMAN, Albert. **A economia como ciência moral e política: Grandeza e decadência da economia do desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HOBBS, Thomas de Malmesbury. **Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2004 (Coleção Os Pensadores).

HOBSON, J. **A evolução do capitalismo moderno**. São Paulo: A. Cultural, 1984

IBARRA, David. **O neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Revista de Economia Política, vol.31, n. 2, Abr./Jun. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31572011000200004>> Acesso em: 28 jun. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Aglomerados Subnormais: o que é**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>> Acesso em: 16 out. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Notas Técnicas: Censo Demográfico 2010. Aglomerados subnormais–Informações**. Disponível em: <territoriaisftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Aglomerados_subnormais/Aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/notas_tecnicas.pdf> Acesso em: 10 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

INSTITUTO DA CIDADE, PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E RURAL (INCID). **São Luís em dados: PPA 2014-2017**. Disponível em: <<https://www.agencia.sao-luis.com.br/site/arquivodacidade/2227>> Acesso em: 21 mai. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Objetivos do desenvolvimento sustentável (2019)**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html>> Acesso em: 19 mai. 2019.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Índice de Desenvolvimento Municipal: 2008**. V.1. São Luís: IMESC, 2010.

INTERNATIONAL, Plan (2019). Conheça os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://plan.org.br/conheca-os-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>> Acesso em: 11 jul. 2019.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **Jerônimo de Albuquerque Maranhão: guerra e fundação no Brasil Colonial**. São Luís: UEMA, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LIMA, Lizânias de Souza; PEDRO, Antônio. **História da civilização ocidental**. São Paulo: FTD, 2005.

MACHADO, Luiz Toledo. **A teoria da dependência na América Latina**. São Paulo: Estudos avançados, vol.13, n.35, Jan./Abr. 1999. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141999000100018>> Acesso em: 14 jun. 2019.

MANDEL, E. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.

MARÇAL, Jairo. **História: Ensino Médio**. 2. ed. Curitiba: SEED-PR, 2006.

MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. São Luís: Editora Siliciano, 2001.

MINISTÉRIO DO INTERIOR (GTDN). **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1967.

MOTA, Antonia da Silva, **Coroadinho: histórico de ocupação de terras desde a década de 40 até os dias atuais**. 1990. Monografia. (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1990.

MOTA, Antonia da Silva. **A luta por moradia popular em São Luís do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2019.

MUELLER, C.C. **Crescimento, Desenvolvimento e Meio Ambiente**. In: Os economistas e as relações entre o Sistema Econômico e o Meio Ambiente. Brasília: FINANTEC-UNB, 2007.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente: Contribuição à história das ideias marxistas**. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **A Desigualdade Racial da Pobreza no Brasil**. Texto para discussão nº 2487. Brasília: Ipea, 2019.

PDDI, Estado do Maranhão. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana da Grande São Luís (RMGSL): Diagnóstico do Eixo Territorial**. São Luís; SECID, 2018.

PEREIRA, Ediléa Dutra; ZAINÉ, José Eduardo. **Mapa Geológico-geotécnico da Bacia do rio Bacanga - São Luís (MA)**. São Paulo, UNESP, Geociências, v. 26, n.1, p. 45-54, 2007. Disponível em: <https://revistageociencias.com.br/geociencias-arquivos/26_1/Art%205%20Edilea.pdf> Acesso em: 15 nov. 2018.

PROGAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento Humano do Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>> Acesso em: 10 jun. 2018.

PRONI, Marcelo Weishaupt. **História do capitalismo: uma visão panorâmica**. Campinas: UNICAMP/CESIT, 1997. Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/cesit/images/stories/25CadernosdoCESIT.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2019.

RAMOS JUNIOR, Lourival; SOUZA, Priscilla Ribeiro de. **Regularização Fundiária Urbana de São Luís: da Posse Ilegal à Propriedade Social**. Revista da Esmam, v. 11, n. 11, p. 149 - 164, 7 maio 2019.

RODRIGUES, Carla. **Capitalismo informacional, redes sociais e dispositivos móveis: hipóteses de articulação**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 20, p. 70-83, dez. 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/download/3133/pdf>> Acesso em: 17 set. 2019.

ROMA, Júlio César. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Revista Ciência e Cultura, vol.71, n.1, Jan./Mar. 2019. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>> Acesso em: 15 out. 2019.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica**. São Paulo: Estudos avançados, vol. 26, n.74, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>> Acesso em: 14 set. 2019.

SANTOS, Luciana Silva dos. **MORFOMETRIA DE BACIA HIDROGRÁFICA COSTEIRA: um estudo de caso da sub-bacia do rio das Bicas no município de São Luís - MA**. 2007. 99 f. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SÃO LUIS. LEI Nº 3.253, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992. **Zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano no município de São Luís**. Disponível em: <https://www.saoluis.ma.gov.br/midias/anexos/1188_3-lei_n._3.253_de_29.12.1992_d.o.m._n.88._pags._06-27.pdf> Acesso em: 10 jun. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema de Educação: Subsídios para a Conferência Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <conae.mec.gov.br/imagens/stories/pdf/conae_dermevalsaviani.pdf> Acesso em: 10 mai. 2019.

SCHNEIDER, Sergio; ESCHER, Fabiano **A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural**. Porto Alegre: UFRGS, Revista Sociologias, vol. 13, núm. 27, mai-ago, 2011, p. 180-219. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/868/86819458008.pdf>> Acesso em: 25 mai. 2018.

SEMED. **Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Luís (2019)**. Disponível em: <<https://www.saoluis.ma.gov.br/semmed>> Acesso em: 27 set. 2019.

SEMOSP. **Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos da Prefeitura de São Luís (2019)**. Disponível em: <<https://www.saoluis.ma.gov.br/semosp>> Acesso em: 17 set. 2019.

SEMURH. **Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação da Prefeitura de São Luís (2019)**. Disponível em: <<https://www.saoluis.ma.gov.br/semurh>> Acesso em: 30 set. 2019.

SEMUS. **Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de São Luís (2019)**. Disponível em: <<https://www.saoluis.ma.gov.br/semus>> Acesso em: 07 out. 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento Como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Afrânio et al. **Sociologia em movimento**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2016.

SOARES, Sergei. **Desigualdade no Brasil de 2016 a 2017: Um exercício de decomposição e análise de mercado de trabalho de pouca mudança**. Texto para discussão nº 2408. Rio de Janeiro: Ipea, 2018.

SOUZA, Ricardo Timm de; FOSSATTI, Nelson Costa. **Mauá: paradoxos de um visionário – obra comemorativa dos 200 anos de nascimento do Visconde de Mauá**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2013.

TEIXEIRA, Marcio Aleandro Correia. **Violência e Segurança Pública: uma análise das relações entre Polícia e Sociedade no Pólo Coroadinho**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2007.

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. 2.ed. São Luis: Conselho Regional de Economia do Maranhão, 2011.

VALDUGA, Tatiane Lúcia; FERREIRA, Jorge Manuel Leitão. **Um Olhar Sobre a Pobreza em Portugal e no Brasil**. Juiz de Fora: Revista Educação em Foco, v. 24, n. 1, p. 211-238, jan-abr, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/edu_foco/article/view/26035> Acesso em: 25 ago. 2019.

VIEIRA, Flávio Lúcio R. **Estado e questão regional: Por uma Economia Política da Região**. SAECULUM - Revista de História. João Pessoa, jan./jun. 2006.

WAGNER, Alfredo. **Anexo II: As secas do Nordeste e o Maranhão**. Brasília, 1981.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

APÊNDICE A – ENTREVISTA COM MORADORES ANTIGOS

1) R.N.S.C – masculino – 66 anos - Pescador

Pergunta - Desde quando o senhor mora no Coroadinho?

Resposta – Meu filho eu lembro de ter chegado aqui um pouco antes da invasão ser derrubada pela polícia, eu acho que era 1980 e a invasão ainda estava começando por essas bandas. Aqui era tudo mangue, era alagado e mato para todo lado, e as pessoas iam cortando os pés de pau e aproveitando para fazer as casas de taipa às vezes até mesmo com a lama do terreno. Não tinha nada aqui só essas casas mesmo de taipa.

Pergunta - O senhor presenciou a derrubada das casas pela polícia?

Resposta - Sim, algumas vezes a polícia junto com algumas pessoas que se diziam donas do terreno vinham e derrubava todas as casas e a gente não podia fazer nada, e alguns que tentavam bater de frente com a polícia acabavam sendo presos ou apanhava na frente de todo mundo e isso acaba servindo de exemplo para que ninguém se meter com eles, então a gente ficava só olhando as casas sendo derrubadas. Algumas pessoas tinham casas em outros lugares, mas outras só dependia desses barracos para morar e logo depois que a polícia ia embora eles voltavam a construir novamente para colocar suas coisas embaixo e passar a noite.

Pergunta - O senhor se mudou daqui alguma vez?

Resposta - Eu morava de aluguel perto do João Paulo naquela época e por isso vim tentar a sorte no barraco por aqui, então vinha só para vigiar o local pois não era certeza que a invasão ia dar certo. Depois que as coisas se acalmaram e a invasão ficou firme aí eu me mudei com minha família para cá e não pagamos mais aluguel e estou morando até hoje aqui.

Pergunta - O senhor acha que o bairro desenvolveu de lá para cá?

Resposta – Olha muita coisa mudou, as obras só aconteciam na época da política quando os políticos queriam votos e por isso vinha fazer propaganda aqui no bairro com várias promessas e melhorias. Mas dizer que houve mudanças de verdade é mentira, a maioria das coisas foram feitas pelo povo chorando para os políticos ou

então fazendo algum tipo de reivindicação na televisão mas ninguém nunca olhou pelo Coroadinho porque o bairro é de gente pobre e o governo vai sempre cuidar dos deles, dos que tem dinheiro como eles.

Pergunta - O senhor tem esperança de que as coisas vão mudar?

Resposta - Esperança a gente sempre tem e até que ultimamente se tem visto algumas melhorias aqui pelo bairro, mas não se sabe se é só por causa da política ou se realmente estão querendo mudar por essas bandas, mas sempre tem esperança de que nossa vida vai melhorar.

Pergunta - Como o senhor avalia esses mais de 30 anos que o senhor vive no Coroadinho?

Resposta - uma vida difícil de muito sofrimento, dificuldade para marcar uma consulta no hospital, dificuldade para arrumar um trabalho, problemas com a criminalidade e com a juventude que cada vez mais se envolve com as gangues e facções, muitas mortes e a polícia muito violenta e cometendo barbaridades, e o governo nunca olha pelo nosso bairro, está sempre deixando a nossa gente em último plano, fazendo promessas na época da política e dando desculpas depois. Se estamos aqui até hoje é porque somos fortes e não dependemos sempre dos políticos porque senão já não existia mais o Coroadinho.

2) J.R.M.J – masculino – 70 anos - Comerciante

Pergunta - Desde quando o senhor mora no Coroadinho?

Resposta – Cheguei aqui em 1987 e já tinham muitas casas, comprei um terreno de um homem que tinha tirado dois terrenos para dar uma para sua irmã que vinha do interior, mas ela desistiu e ele me vendeu um, mas moro aqui desde essa época, mas mesma casa.

Pergunta - O senhor viu mudanças no Coroadinho nos últimos anos?

Resposta – O Coroadinho sempre foi uma terra de problemas, desde a invasão que é assim, pois nenhum político colocou a mão na massa para mudar a realidade

desse bairro. Sempre vivemos apenas de promessas mas nunca ninguém fez nada. É difícil de acreditar que em quase 40 anos de existência um bairro continue largado como o Coroadinho, é só ver outros bairros que surgiram depois do Coroadinho e que estão em condições melhores, pois é bairro de gente que tem dinheiro e que é do grupo dos políticos como Renascença, o Calhau e outros. Como tem dinheiro para investir no bairro mais recente e não tem dinheiro para investir num bairro mais antigo? nós deveríamos ter prioridade pois existimos há mais tempo e somos pessoas mais necessitadas.

Pergunta - O senhor atribui a responsabilidade dessas ausências de mudanças ao governo?

Resposta – Claro, pois a política serve para isso que falei, é para ajudar os seus e deixar os outros para depois. Não adianta tentar mudar isso pois cada Prefeito que entra continua da mesma maneira, faz um pouquinho aqui e um pouquinho ali apenas para enganar população. Mas mudança mesmo não tem como tem em outros lugares aqui mesmo de São Luís. Quem deveria mudar era o governo. O pior de tudo é que nosso voto é igual e tenho mesmo valor e todos nós temos os mesmos direitos isso devia ser observado mas não é. Até os prefeitos que se dizem do povo quando entra na política se esquecem de onde vieram, nós temos vários exemplos de políticos que saíram do nosso bairro e de outros bairros mais pobres, mas que se esqueceram depois que foram eleitos. Todos eles foram embora do bairro e deixaram de morar aqui com suas famílias.

Pergunta - Então para o senhor não houve desenvolvimento aqui no Coroadinho?

Resposta – (risos)... Aqui nunca houve desenvolvimento, só enrolação e enganação contra o povo, pois quem acredita em desenvolvimento deve viver em outro bairro mas não aqui no Coroadinho, pois aqui isso nunca existiu. Sempre teve muito foi discriminação e violência de todas as formas mas desenvolvimento não passou por aqui. Tudo no começo é difícil, você sabe, e aqui não tinha muito negócio no começo do bairro mas hoje é loja e comércio para todo lado, o que não falta são opções dentro do Coroadinho, tem de tudo e isso é bom pra gente que não precisa ir pra fora comprar, mas de certo modo nós os comerciantes mais antigos perdemos espaço nas vendas, e por isso foi necessário alugar ou dividir nossas casas para fazer

alguns pontos comerciais para gerar uma renda maior, e é daí que fomos vivendo todos esses anos.

Pergunta - O senhor tem esperança de mudanças?

Resposta – Acredito que uma hora muda, tudo muda. Pior já passemos e já viemos, quando tudo aqui era abandonado e não tinha praticamente nada. Hoje tem escolas, feiras, comércio, hospitais, praças e muitas coisas que antes não se via por aqui, e nem se imaginava que um dia ia ter, né. Por isso eu acho que as coisas mudam devagar, é só esperar que muda. Talvez meus netos vão viver no Coroadinho melhor que hoje.

3) M.J.S.G – feminino – 64 anos – Artesã e dona de casa

Pergunta - Quando a senhora veio morar no Coroadinho?

R - Eu já cheguei aqui depois que a invasão estava quieta e a população tinha ganhado a terra na justiça, mas já tinha muita gente morando nestas bandas e então o jeito foi pegar uns terrenos mais na frente ali na Vila Conceição que ainda não estava muito lotada. Comprei com meu marido só o terreno com uma casa de taipa dentro mas não me lembro quanto paguei. Depois vendi lá e comprei um outro terreno lá no Bom Jesus para ficar perto da minha irmã e porque era mais ajeitado por lá.

Pergunta - A senhora tem visto mudanças no bairro desde que chegou aqui?

Resposta – Não muito. De lá para cá praticamente não mudou nada. Passou muitos anos sem asfalto e com poucas escolas por aqui, também não tinha esgoto e a água nessa área do Bom Jesus era muito difícil. Passamos muitos anos assim sofrendo com a falta de muita coisa, as coisas só começaram a mudar nos últimos 15 anos quando começaram a olhar para o Coroadinho, eu acho que foi principalmente por causa da violência e pelo número de mortes que tinha aqui e que apareceu em todos os jornais até mesmo em jornais nacionais.

Pergunta - Quando a senhora diz que nos últimos 15 anos começaram a olhar para o Coroadinho se refere a alguma melhoria?

Resposta – Assim, nunca fizeram muita coisa não, só algumas obras em determinados lugares para poder passar uma propaganda na televisão, mas a maioria mesmo da população do Coroadinho continua sofrendo com a falta de ruas asfaltadas, a falta de água encanada pois aqui a água dá dia sim e dia não somente de noite e na madrugada, alguns lugares não tem escola com vaga suficiente para nossos filhos e a maioria da nossa população é pobre e pena muito para conseguir um emprego com salário mínimo. Nós deveríamos ter maior atenção da prefeitura e até mesmo do Governador para mudar nossa realidade mas ano após ano nada acontece e vamos continuando do jeito que dá para levar, se virando por conta própria mesmo e olhando eles fazendo propaganda apenas de algumas poucas obras em alguns lugares específicos aqui no nosso bairro.

Pergunta - A senhora acredita no desenvolvimento do bairro e tem esperança de que mude?

Resposta – Bem, esperança sempre temos mas não acredito muito não. Eu acho que vão ficar fazendo só umas coisas aqui e outras ali, mas desenvolvimento é uma palavra muito forte para dizer que tem no Coroadinho. Aqui sempre vai ser lugar de gente pobre e lugar assim não muda fácil não. Mas espero que um dia possa mudar, só não sei se vou está viva para ver isso acontecer, espero que sim, espero muito.

4) J.F.C.B – masculino – 69 anos – Mestre de obras

Pergunta - Desde quando o senhor mora no Coroadinho?

Resposta – tenho noção que tem mais de 30 anos, tinha uma fonte com várias lavanderias mandada fazer por Mauro Fecury, no meio da rua, não passava carro, era tudo de terra. Não passava ônibus também, tinha que ir para Avenida dos Africanos para pegar a condução. Comprei a casa depois que a invasão já estava assentada, era uma casinha de taipa pequena, sem água encanada, com energia mas sendo gambiarra. Comprei por 15.000 cruzeiros de um vizinho das proximidades. No rio das

Bicas era uma ponte de madeira, quando fomos sair tinha que ir descalço com o calçado na bolsa, e só na avenida colocávamos. Tinham poucas casas de alvenaria, mas a maioria eram só taipas. Na época de cafeteira foi que fizeram uns benefícios nas ruas. Não tinha escola pública, só pequenos colégios particulares, comunitários e uma escola dos padres que funcionava na Vila dos Frades que recebeu esse nome justamente porque os seminaristas moravam na região. Na região em que comprei a casa era tudo morro, mas foram desbastando e vendendo o barro na época, e quando cheguei o morro já estava bem longe da minha casa, hoje ele está na área onde fica a escola Estadual. Ainda não existia o hospital, até trabalhei na construção dele. Foi só na época de Jackson Lago que começaram a dar os títulos das casas, mas agora estão dizendo que não tem validade. Não tinha ainda bem formado as áreas da vila conceição, nem vila São Sebastião nem outras áreas que hoje existem, apenas poucas pessoas iam migrando para lá e com o tempo foi se formando esses bairros por aqui por perto.

Pergunta - O senhor presenciou a derrubada das casas pela polícia?

Resposta – não, depois que eu cheguei aqui já não tinha mais problemas com a polícia, mas antes eu soube que teve muito disso. Antes eu morava de aluguel, e por não ter casa e com a ajuda de um primo resolveram comprar uma casa no Coroadinho. Nasci em Carema, Santa Rita e vim pra São Luís em 1964 com 14 anos, para trabalhar. Depois arrumei família e fui morar na Fialho, depois Canto da Fabril e depois para a Vila Embratel, até que definitivamente vim para o Coroadinho e estou aqui até hoje.

Pergunta - O senhor acha que o bairro desenvolveu de lá para cá?

Resposta – teve e muito, pois diante da situação em que vivíamos que era humilhante, as coisas nem se comparam, o bairro é outro, teve muito desenvolvimento sim, agora, só que não é como deveria ser, deveria ter mais coisas aqui, pelo tamanho do bairro, deveria ter mais benefícios.

Pergunta - O senhor tem esperança de que as coisas vão mudar?

Resposta – eu acho que não muda mais tanto a estrutura, já que pela população que temos já deveria ter outras coisas como bancos, lotéricas, correios e nada disso tem aqui, talvez ainda venham, mas a demora é grande.

5) K.C.M.S - masculino - 72 anos - Vendedor de lanches

Pergunta - Desde quando o senhor mora no Coroadinho?

Resposta - Eu cheguei aqui em São Luís com os meus pais acho que em 1970 mais ou menos, pois eu lembro que papai dizia que eu tinha 10 anos quando viemos do interior para cá. Meu pai já morreu mas ele sempre contava pra gente que lutou muito para ter um terreno aqui em São Luís. Todo lugar que ele ia atrás de casa tinha mato e tinha um dono, era muita terra sem casa mas todas com dono, sabe. Ficamos andando vários lugares em São Luís até saber da invasão do Coroadinho e viemos todos pra cá, era eu, o pai, a mãe meu tio e mais três irmãos meus. Ainda ajudei a construir o barraco de barro e vara tirado do mato daqui mesmo com facão.

Pergunta - O senhor presenciou a derrubada das casas pela polícia?

Resposta – Depois que chegamos aqui várias pessoas também fizeram casa e seus barracos, até que começaram a aparecer os donos e ameaçavam de expulsar a gente deu até polícia várias vezes, até que um dia veio um pessoal da prefeitura junto com a polícia e derrubaram nossas casas. Nós ficamos ali vigiando nossas coisas para ninguém roubar, e dormimos no chão mesmo até no outro dia de manhã quando formos e ficamos em uma escola no Coroadó. Depois de dois dias voltaram a construir os barracos e meu pai também foi lá construir o nosso e guardar o terreno para ninguém ficar. Voltamos alguns dias depois e ficamos lá por um bom tempo. Não sei dizer quanto tempo, só sei que ainda derrubaram nosso barraco mais uma vez.

Pergunta – Como foi morar aqui todos esses anos?

Resposta – Muito difícil, mas ficamos até hoje, ganhamos o direito de morar aqui, e da terra que não era de ninguém passou a ser nossa depois de muita briga dos políticos e das autoridades. Minha primeira casa foi de taipa em 1989 era só eu e minha mulher, eu já não morava com meu pai, naquela época vivia de vender lanches em uma bicicleta no centro, aí tivemos o primeiro filho, depois o segundo, depois do terceiro e aos poucos fomos levantando os tijolos e cobrindo a casa com telha brasilit, nunca fizemos o acabamento por ser muito caro. Ai depois o mais velho casou e me deu um neto e por isso precisou vir morar comigo porque estava desempregado e não tinha casa para morar com a mulher, foi quando começamos a levantar de pouquinho o segundo andar daqui de casa onde eles têm o quarto deles

Pergunta - O senhor acha que o bairro desenvolveu de lá para cá?

Resposta – Eu acho que teve muitas mudanças sim e acho que houve desenvolvimento, pois tudo aqui era barraco e mata, tinha muito mangue e lama, cheio de morro também, não tinha nada aqui né. Hoje tá tudo asfaltado, tem muita escola, tem hospital que meu pai inclusive ajudou a construir, tem ônibus e muitas outras coisas que a gente nem pensava que ia ter. Então eu acho que teve desenvolvimento sim.

Pergunta - O senhor tem esperança de que as coisas vão mudar?

Resposta – Acho também que as coisas ainda vão melhorar muito, dos prefeitos esse foi o melhorzinho para gente, e o governador também tem ajudado muito os bairros carentes, construíram até praças para a gente ficar. Tinha muita coisa largada aqui que já estão mudando.

APÊNDICE B – MAPA DE FOTOS DAS PESQUISAS DE CAMPO

Apenas uma amostra de 240 fotos das mais de 500 que foram feitas pelo próprio autor do trabalho durante a pesquisa de campo realizada nos distritos que compõe a UDH do Coroadinho.















ANEXO

<https://imirante.com/sao-luis/noticias/2007/08/22/prefeitura-derruba-imoveis-irregulares-no-coroadinho.shtml>

imirante
com

RISCO

Prefeitura derruba imóveis irregulares no Coroadinho

Os imóveis foram erguidos em baixo das torres de alta tensão, o que representa perigo de acidente.



IMIRANTE.COM E TV MIRANTE
22/08/2007 às 20h42

SÃO LUÍS - A prefeitura de São Luís iniciou nesta quarta-feira (22), a retirada de construções irregulares na vila São Sebastião, no Coroadinho. Os imóveis foram erguidos embaixo das torres de transmissão de energia da Eletronorte.

De acordo com a solicitação da Eletronorte, a demolição dos três imóveis era necessária, já que as construções estavam sob a rede de alta tensão, o que representa perigo de acidente.

A comunidade promete resisitir à desocupação.

<https://coroadinhoemfoco.blogspot.com/2011/12/coroado-de-natal-sera-realizado-no-fim.html>

sexta-feira, 9 de dezembro de 2011

Coroado de Natal será realizado no fim de semana em São Luís

A 5ª edição do evento tem como tema: "Voluntariado e Cidadania" e ocorre no polo do Coroadinho.

SÃO LUÍS - Será realizado neste sábado (10) e domingo (11), o 5º Coroado de Natal, com o tema Voluntariado e Cidadania. O evento no polo Coroadinho/Alto São Sebastião. A Coordenação do 5º Coroado de Natal espera um público de 10 mil pessoas durante os dois dias. As atividades do evento acontecerão no Complexo Viva Coroadinho, que será inaugurado oficialmente pelo governo do Estado ainda este mês. De acordo com a coordenadora do evento, Nery Mendonça, o Coroado de Natal serve para mostrar o que o polo Coroadinho tem de mais belo na literatura, dança, música, e a arte em geral. "Com o envolvimento da comunidade, empresários e o poder público para a realização de obras e serviços nas áreas de segurança, urbanismo, saúde, cidadania e cultura, buscamos construir uma identidade cultural para todo o polo Coroadinho", afirmou.

Toda a movimentação tem por finalidade contribuir para a inclusão sociocultural na comunidade, a valorização dos bens culturais e do rico patrimônio histórico, arqueológico e natural, ali existentes, para ajudar na elevação da auto-estima de seus habitantes e na promoção da geração de emprego e renda; além de discutir políticas públicas nas áreas da educação, saúde, urbanização, esporte, segurança pública, saneamento básico e limpeza pública.

Além das apresentações artísticas e culturais, os moradores do bairro terão acesso à emissão de documentos como carteira de identidade, registro de nascimento, e consultas oftalmológicas, testes preventivos de câncer do colo do útero, diabetes, hipertensão arterial e distribuição de medicamentos. O bairro - Em toda a área do Coroadinho, bairro que surgiu como uma invasão nos anos 1980 e que hoje abriga 70 mil moradores, 70 organizações prestam algum tipo de trabalho voluntário, 38 delas são escolas comunitárias que suprem a falta de escolas públicas para as crianças da comunidade. "O Coroado de Natal surgiu como uma alusão a todas as atividades desenvolvidas por essas entidades", explicou Nery Mendonça.

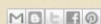
Este ano, o evento será realizado no Viva Coroadinho, que, oficialmente, será inaugurado ainda este mês pelo Governo do Estado. A área de esporte e lazer do bairro foi construída no Alto São Sebastião, área onde ficava a antiga rede de alta tensão da Eletronorte. No local, havia muito lixo acumulado e o mato já tomava conta do terreno que recebeu um espaço comunitário de 250 metros lineares.

As comemorações deste ano acontecem também por causa da construção de uma escola de nível médio para atender aos alunos do polo e pela instalação de uma unidade de segurança comunitária de 412 m² no bairro para atendimento 24 horas e que contará com 90 policiais militares, 5 viaturas, 2 motocicletas e monitoramento por vídeo.

- Essas eram antigas solicitações da comunidade. Ainda há outras para serem atendidas, mas aos poucos estamos tendo acesso aos serviços públicos essenciais - comentou Nery Mendonça.

Fonte: Imirante.com / O Estado
Em: 09/12/2011 - 08h25

Postado por **Coroadinho em Foco** às 10:15



Postagens populares



SUICÍDIO DE JOVEM COMOVE A CIDADE DE MONÇÃO NO MARANHÃO
Thalia Meireles. O suicídio por enforcamento da adolescente Thalia Mendes Meireles na sexta-feira santa (14), comoveu a população da c...



EM BO, MÃE DA ADOLESCENTE QUE COMETEU SUICÍDIO, DIZ QUE PAI BIOLÓGICO ABUSAVA DA FILHA
Thalia Meireles Em Certidão de Ocorrência, na delegacia da cidade de Monção, Francimara Rocha Mendes confirmou as informações postadas ...



JOVEM É EXECUTADO EM VIA PÚBLICA NO COROADINHO
Um jovem de 19 anos, identificado como Bruno Gomes Silva, foi morto com tiros na costa e na cabeça por volta das 12h20m desta segunda-feira...



APÓS COMPLICAÇÕES CAUSADA POR DIABETES, MORRE ZÉ MARIA
Zé Maria É com pesar que noticiamos o falecimento no início da tarde desta terça-feira (29), do morador do Coroadinho, José Maria Pires...



HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO DO COROADINHO
A ocupação das terras do Coroadinho aconteceu em março de 1977, porém, bem antes de chegarem os primeiros ocupantes na área até então c...



MULHER É ASSASSINADA PELO EX-MARIDO NO COROADINHO
Andréa foi morta pelo ex-marido Um bárbaro assassinato ocorreu na tarde de ontem, quarta-feira (21), chocou e revoltou os moradores d...



PROCON MÓVEL ATENDERÁ NOS BAIRROS DO COROADINHO, NOVA REPÚBLICA E LIBERDADE
Atendimento oferecido pelo Procon Móvel Os serviços do Procon Móvel estão disponíveis nos bairros Nova República, Liberdade e Coroadin...

MORADOR DO COROADINHO MORRE VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO
Nodson Serra Sousa Morreu vítima de acidente